

SETEMBRO 2020 | ED. Nº04

VOL. 04

GOIÂNIA-GO

REFAN

Revista Eletrônica da Faculdade Noroeste



CENTRO DE ENSINO NOROESTE LTDA-ME

Faculdade Noroeste

Diretora Pedagógica: Profa. Dra Cleyde Ferreira Barreto Valotto

Diretor Geral: Prof. Adriano Franco Valotto



Avenida Mangalô, 2385 Morada do Sol, 74085-10 Goiânia-GO.

APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica da Faculdade Noroeste (REFAN) tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais nas seguintes áreas: Pedagogia, Letras, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Biomedicina, Radiologia. Estética e Cosmética, Serviço Social, Farmácia e Educação Física. Compreendem-se por trabalhos, os artigos decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas, de experiências pedagógicas e de elaboração de resenhas resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas sobre práticas.

A Revista não aceita trabalhos encaminhados simultaneamente para outros periódicos ou para livros.

A REFAN tem como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores e públicos interessados na área em geral.

Com fluxo aberto ao longo de todo ano, a revista segue uma publicação semestral e permanente, vinculada a Faculdade Noroeste. Seu lançamento se deu no ano de 2019. É publicada unicamente em versão online pelo endereço eletrônico: <https://fanduca.com.br/graduacao/revista-eletronica/>.

A publicação de um artigo implica na cessão integral dos direitos autorais a REFAN, para divulgação por meio eletrônico – internet.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

Os trabalhos deverão ser enviados ao Presidente da Comissão Editorial, via e-mail, (artigos@faculdadesfanpadrao.com.br), que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas. Os artigos serão encaminhados, sem identificação, a no mínimo dois avaliadores externos. No caso de discrepância avaliativa será enviado a um terceiro parecerista. O nome dos avaliadores será mantido em sigilo.

1. A REFAN publica artigos originais e inéditos, considerando a linha editorial da Revista, tratamento dado ao tema, consistência e rigor. Os artigos deverão lhe ser destinados com exclusividade.
2. O resumo e o abstract apresentados devem conter de 150 à 250 palavras, indicando objetivo do estudo, abordagem metodológica e resultados. Os resumos e abstracts que estiverem sem essas informações serão considerados incompletos e o artigo será rejeitado.
3. As referências bibliográficas que estiverem discrepantes em relação às

normas de publicação levarão a rejeição do artigo.

SUBMISSÕES

As submissões devem ser realizadas exclusivamente por e-mail, (artigos@faculdadesfanpadrao.com.br).

NORMAS

1. Serão considerados para publicação trabalhos que se enquadrem nas seguintes categorias: artigos de estudos teóricos, resultados de pesquisas, ensaios e resenhas.

2. Os trabalhos deverão ser enviados ao Editor Chefe, via e-mail, que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas.

4. A Revista, através do editor científico, notificará o autor principal se o artigo foi aprovado para publicação ou rejeitado. A notificação será acompanhada de cópia do conteúdo dos pareceres, sem a identificação dos avaliadores.

5. Os artigos que são resultados de pesquisas que envolvem seres humanos (entrevistas, experimentações, etc.) devem indicar o respeito aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica. Quando houver a permissão para a identificação do sujeito e ou uso de imagens, é preciso informar em nota. É preciso garantir o anonimato aos participantes da pesquisa e, se necessário, às instituições que assim o solicitarem.

Todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem vir acompanhadas da aprovação do Comitê de Ética, e ser submetido como documento suplementar.

6. Caso haja, deve ser indicado em nota de rodapé, no início do texto a fonte de financiamento relacionado ao trabalho a ser publicado.

7. Os textos dos artigos deverão ter uma extensão entre 8 a 12 laudas, não contados o resumo e as referências.

8. O texto deverá apresentar, inicialmente, os resumos entre 150 a 250 palavras, para isso, ver a NBR 6028, de novembro de 2003 da ABNT. O resumo não deverá ser redigido na primeira pessoa e deverá conter o foco temático, objetivo, método, resultados e conclusões do trabalho. Deverão ser indicadas três palavras-chave.

10. O número de autores recomendado por artigo é de, no máximo, sete;

11. Os textos devem ser escritos de forma clara e fluente. A utilização de notas finais deve ser para alguma informação de caráter explicativo, não excedendo a utilização de 200 palavras em cada nota. O autor deverá cuidar para não utilizar referências que possam identificá-lo no processo de avaliação, como “em meus trabalhos anteriores, em minha tese, em minha dissertação”, etc. Se o trabalho for aceito, essas informações poderão constar na versão final do artigo.

12. Para a avaliação dos manuscritos serão observados os seguintes critérios: 1) relevância e abrangência do tema; 2) caráter inovador, desenvolvimento e aprofundamento do tema; 3) estrutura teórica e metodológica do trabalho; 4) conclusão e contribuição para área.

13. As citações devem seguir a NBR 10520, de agosto de 2002, da ABNT, a qual determina que:

– citações diretas com menos de três linhas devem vir inseridas no texto e colocadas entre aspas duplas. Deve constar a indicação do autor da citação.

Exemplos:

No final da citação: “Citação” (SILVA; GOMES, ano, p. 123).

No início ou inserida no texto: Segundo Silva (ano, p. 123) “Citação”, ou ainda, Silva (ano, p. 123) diz que: “[...] citação”.

– citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto e sem aspas. Ao final, deve constar: (SOBRENOME DO AUTOR CITADO, ano, p. 123).

– citações indiretas, ou seja, texto baseado na obra do autor consultado, deve ser adotado o mesmo critério anterior para a referência do autor; se fora dos parênteses, o sobrenome começa com maiúscula e depois letras minúsculas; se entre parênteses, o sobrenome aparece em letras maiúsculas.

– devem ser usados os seguintes recursos:

[...] para indicar supressões;

[] para indicar interpolações, acréscimos ou comentários;

itálico para dar ênfase;

(informação verbal) para dados oriundos de informação verbal em palestras, debates etc., com os dados referenciais em nota de rodapé. Exemplo de nota de rodapé: 1Notícia fornecida por Nome e Sobrenome do palestrante no Evento, em Local, em mês e ano.

grifo do autor ou grifo nosso: são usados após a paginação para esclarecer a autoria do grifo. Ex.: (SILVA, ano, p. 123, grifo do autor).

14. Os conceitos e afirmações contidas nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

15. A revisão ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade do(s) autor(es) do artigo.

16. As referências deverão ser redigidas segundo as normas da ABNT NBR 6023 de agosto de 2002. Incluir somente obras mencionadas no texto.

NORMAS: Todos os exemplos aqui apresentados são fictícios.

– Autor pessoal

ÚLTIMO SOBRENOME (Caixa alta), Nome e Sobrenome. Título. 2. ed. (Número da edição) Local: Editora, ano.

– Até 3 autores

SILVA, Emanuel Tavares; GOMES, Galvão Vieira; SOUZA, Maria Nunes. Título. 13. ed. rev. e aum. Local: Editora, ano.

– Mais de 3 autores

SILVA, Emanuel Tavares. et al. Título: subtítulo. Local: Editora, ano.

– Organizador (es), coordenador (es), tradutor (es)

SILVA, Emanuel Tavares; GOMES, Galvão Vieira. (Orgs.). Título: subtítulo. Tradução de Nome e Sobrenome. [S.l.: s.n.] (Caso não contenha local e editora na obra referenciada), ano.

– Autor entidade

BRASIL. Ministério da Educação. Título. Brasília, DF, ano.

– Autoria desconhecida

PRIMEIRA palavra do título. Local: Editora, ano.

– Partes/capítulo de obra

SILVA, Emanuel Tavares. Título da parte. In: SOUZA, Maria Nunes. (Org.). Título da publicação: subtítulo. Local: Editora, ano. p. 3-9.

SILVA, Emanuel Tavares. Título da parte. In: SILVA, Emanuel Tavares (mesmo que o autor da parte seja igual ao da publicação no todo). Título da publicação. Local: Editora, ano. p. 3-9.

Monografias e partes de monografias em meio eletrônico e on-line

SILVA, Emanuel Tavares. Título. Local: Editora, ano. 1 CD-ROM.

SANTA MARIA. In: ENCICLOPÉDIA virtual dos municípios do RS. Local: Editora, ano. CD-ROM 1.

SILVA, Emanuel Tavares. Título. [S.l]: Editora, ano. Disponível em: <http://www.ufsm.br>. Acesso em: 3 jan. 2000.

VERBETE. In: DICIONÁRIO de línguas estrangeiras. Local: Editora, ano. Disponível em: <http://www.url completa>. Acesso em: 3 jan. 2000.

– Eventos (trabalhos apresentados)

SILVA, Emanuel Tavares.; GOMES, Galvão Vieira. Título. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 1. (Numeração do evento, se houver), ano, local (do evento). Anais ... (mesmo caso para Resumos...) Local (da publicação): Editora, ano. p. 3-9. (Quando em meio eletrônico, adicione a descrição física do recurso utilizado após a paginação. Ex.: ... p. 3-9. 1 CD-ROM.)

– Eventos (trabalhos apresentados) on-line:

SILVA, Emanuel Tavares.; GOMES, Galvão Vieira. Título. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 1. (Numeração do evento, se houver), ano, local (do evento). Anais eletrônicos... Local: Editora, ano. Disponível em: <http://www.url completa>. Acesso em: 3 jan. 2000.

– Artigos e/ou matéria de revista

SILVA, Emanuel Tavares. Título do artigo. Título da revista, local, n. 1 (número da publicação), p. 3-9 (paginação inicial e final), jan. 2000 (data da publicação).

CORPO EDITORIAL

Editores

Prof. Me. Adriano Franco Valotto

Profa. Ma. Alyne Oliveira da Costa

Profa. Dra. Cleyde Ferreira Barreto Valotto

Prof. Me. Júlio César Coelho do Nascimento

Avaliadores Ad-hoc

Profa. Ma. Jessica da Silva Campos

Prof. Me. Gyannini Jácomo Cândido do Prado

Prof. Ma. Érica Camelo Viana Lopes

Prof. Me. Marcelo Carneiro dos Santos

Prof. Me. José Vitor Magalhães Martins

Profa Dra. Lívia do Carmo Silva

Prof. Me. Sebastião Marques Gonçalves

Profa Ma. Mayline Regina Silva

Profa. Ma Layena Lindsay Souza Martins Ribeiro

Profa. Especialista Adriana Maria da Silva Santos

Prof. Especialista Eizecson Batista da Paz

Profa. Especialista Jheniffer da Silva Campos

Profa Ma. Marília Belmira de Castro Rego

Prof. Me. Guilherme Augusto da Costa

Sineide Denice Mendonça

Bibliotecária – CRB 1673

ENDEREÇO DA REVISTA

Contato principal

Faculdade Noroeste (FAN)

Av. Mangalô, nº 2385 - St. Morada do Sol, Goiânia - GO, 74475-115

Telefone: [\(62\) 3293-1993](tel:(62)3293-1993)

Whatsapp: [\(62\) 9 9969-7617](tel:(62)99969-7617)

E-mail: artigos@faculdadesfanpadrao.com.br

Endereço eletrônico: fanduca/revistaeletronica

Periodicidade

Publicação contínua

O recebimento de artigos caracteriza-se por fluxo contínuo sem que seja possível prever a data de sua publicação.

SUMÁRIO

| | | |
|---|--|----|
| 1 | Contribuições da psicologia no processo de desenvolvimento e aprendizagem humana no ambiente institucional | 12 |
| | Jaqueline da Silva Santos Jeisa Emmily Barreto Melo Poliana de Paula Rodrigues Gonçalves | |
| 2 | Documentação para estruturação da farmácia hospitalar | 24 |
| | Ana Flávia Lustosa Gabriela Oliveira Idelvon Romualdo Pereira Margarida Aires Pimenta José Reginaldo Reis Paulo Vittor Rodrigues Denice Lago | |
| 3 | Gerenciamento de informações nas empresas | 33 |
| | Jhones Santos Soares Renata Barbosa Rodrigues Fernando José A. Moraes | |
| 4 | De cinco pandemias históricas ao novo Coronavírus: Uma questão que envolve uma época marcada pela disseminação da informação tecnologia | 39 |
| | Juliano Gusmão Marisa Silva Bruna Nicole Cristiane Nogueira Domingos Alves Jaqueline Souza Priscila Xavier | |
| 5 | A Pedagogia do multiletramento na literatura infantil | 45 |
| | Nelcileide Alvino Simone Peres Suely Pinheiro Michel Ribeiro Vânia Silva Érica Garcez | |
| 6 | Diversidade racial no cenário da educação infantil: uma breve revisão | 51 |
| | Fernanda Martins Faria Déborah Malaquias de Paula Rosângela Matos dos Santos Vanessa das Ilhas Silva Bheatryz Borges Ferreira Pinheiro de Sousa Bethânia Silva Stival. Manoela Marilda Batista Barbosa | |
| 7 | Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados | 58 |
| | Alessandra Alves Martins Bruna Costa Guimarães Marcus Vinícius Martins Patrick Mickael Soares Gomes Priscila Maria do Couto Valéria Batista de Araújo | |

| | | |
|----|--|----|
| | Nathália Siqueira Sardinha da Costa Gomes | |
| 8 | Documentos pedagógicos norteadores no ensino e os saberes utilizados | 63 |
| | Bethânia Silva Stival | |
| | Bheatryz Borges Ferreira Pinheiro de Sousa | |
| | Fernanda Martins Faria | |
| | Déborah Malaquias de Paula | |
| | Rosângela Matos dos Santos | |
| | Vanessa das ilhas Silva | |
| | Manoela Marilda Batista Barbosa | |
| 9 | Tempo, memórias e narrativas: análise sobre o aprisionamento e a libertação feminina na obra <i>a cor Púrpura</i> | 71 |
| | Josiene Camelo Ferreira Antunes | |
| | Daniela Kedna Ferreira Lima | |
| | Nayara Ruben Calaça di Menezes | |
| | Sidelmar Alves da Silva Kunz | |
| 10 | Testes pré-transfusionais e biossegurança na hemoterapia: sua importância no processo de doação de sangue | 85 |
| | Amanda Munik Freitas | |
| | Hillary Borges Arantes | |
| | Lionnel dos Santos Silva | |
| | Maria Eduarda Queiroz | |
| | Polliana Rodrigues Leite | |
| | Lívia do Carmo Silva | |
| 11 | Violência sexual infantil um enfrentamento para o Serviço Social | 97 |
| | Marlon Gomes da Silva | |
| | Josiene Camelo Ferreira Antunes | |

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM HUMANA NO AMBIENTE INSTITUCIONAL

Jaqueline da Silva Santos
Jeisa Emmily Barreto Melo
Poliana de Paula Rodrigues Gonçalves

RESUMO

O presente estudo faz uma breve apresentação da teoria de Piaget e suas contribuições no processo e aprendizagem humana, especialmente no ambiente institucional. Objetivou-se evidenciar as contribuições da teoria no desenvolvimento humano, sobretudo, na aprendizagem escolar. Os resultados apontaram que a escola é um ambiente que deve desenvolver a criatividade da criança e que este ambiente é extremamente importante para o desenvolvimento intelectual. Evidencia-se que é fundamental a atuação do psicólogo na educação infantil, a fim de contribuir para o desenvolvimento de recursos da personalidade das crianças, visando a formação de indivíduos autônomos, críticos e solidários.

Palavras-Chave: Teoria de Piaget ,educação pré operatória; psicologia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma síntese da teoria de Jean Piaget e como essa pode ser relevante, em seus conceitos buscando a compreensão em obras do autor, e de pesquisadores que discutem sua teoria, para melhor ampliação da construção do saber.

O objetivo principal é evidenciar de que maneira essa teoria pode contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem escolar, e como a psicologia se faz presente nesses conceitos. Segundo Lefrançois (2008), a teoria de Piaget tem como essência sua ênfase na gênese do desenvolvimento do conhecimento o que chamou de epistemologia genética. Entretanto, também é uma teoria da aprendizagem, pois só há aprendizagem se houver desenvolvimento, ou seja, o sujeito desenvolve-se e com isso aprende sobre o mundo e sobre si mesmo. "Maturação, experiência ativa, equilíbrio e interação social são as forças que moldam a aprendizagem" (PIAGET *apud* LEFRANÇOIS, 2008, p.260).

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho tem como finalidade esclarecer o que a psicologia colabora e o desenvolvimento de aprendizagem humana no ambiente escolar. Este estudo foi feito através de pesquisas e estudos em grupos. Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, discutido com as integrantes do

grupo, propostas entre os artigos que o professor nos proporcionou, e através de pesquisas na internet, livros, e as discussões de videoconferências durante a aula.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Jean Piaget foi um ser de extrema importância para compreensão de fatores ocorridos com a criança ao longo do seu desenvolvimento, e define a educação como uma via de mão dupla, onde deve haver troca de conhecimentos espontâneos. Acomodação e Assimilação são teorias criadas por Piaget para haver aprendizagem. Na sala de aula Piaget afirma que o principal objetivo da educação é criar indivíduos que sejam capazes de criar coisas novas.

Nas escolas o papel do psicólogo é de extrema ajuda e importância, embora a presença de um profissional como esse seja incomum de se encontrar nas escolas. O papel do psicólogo nas instituições de ensino não se restringe apenas aos alunos, envolve todo o corpo docente e a comunidade, sendo fundamental que os psicólogos que atuam diretamente na instituição escolar preocupem-se com a melhoria das práticas pedagógicas, garantindo que a escola utilize-se dos conhecimentos psicológicos na elaboração de suas propostas de trabalho.

13

3.1 Conceitos Iniciais, Conhecendo a História

Jean Piaget (1896-1980) foi um renomado biólogo (psicólogo e filósofo suíço, conhecido por seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil. Piaget dedicou boa parte de sua carreira profissional interagindo com crianças e estudando seu processo de raciocínio. Seus estudos tiveram um grande impacto sobre os campos da Psicologia e Pedagogia.

Em seu contexto segundo Piaget , a criança se expressa com as fontes, a gênese, dos conhecimentos e da capacidade para conhecer. atribuindo mecanismos iniciais de transformação, que explicam o que a faz construir novas formas de organização de sua atividade. Nesse sentido se interessa pelas crenças infantis, e pelas teorias a respeito de fenômenos internos, e também dos fenômenos da natureza (Piaget, 1926), como enalteceu em seu conceito, ouvindo as crianças e lhes perguntando sobre o que pensam, e como se desenvolvem ,e como conhecem o mundo e si mesmas.

Segundo Palmer (2010), Piaget definiu a educação como uma relação de duas mãos, onde de um lado está o indivíduo em crescimento e de outro está os valores sociais, intelectuais e morais que o professor tem o dever de inculcar no

sujeito educando. Podemos dizer então que ao ensinar o professor também desenvolve valores e normas que deverão ser apreendidas pelos estudantes com o objetivo de melhor se adaptar ao meio e agir sobre ele. E ao aprender isso, o educando é capaz de compreender como a sociedade está organizada e sente a necessidade de adaptar-se a essa realidade construindo conhecimentos que possibilite sua adaptação.

3.2 Genética Epistemológica

Em sua atuação na Genética Epistemológica sua preocupação em compreender como o conhecimento (aprendizagem) acontecia no organismo humano Maturação biológica Adaptação: adaptação do mundo através dos processos de assimilação e acomodação. Para Piaget a aprendizagem ocorre através dos seguintes processos: Assimilação: processo de assimilar um objeto concreto mentalmente Acomodação: introdução de conteúdos subjetivos (significação).

Assimilação e acomodação

A assimilação é semelhante à assimilação biológica do alimento; as crianças elaboram as informações que recebem do meio ambiente de forma similar à ingestão e absorção dos alimentos. Em outras palavras, as crianças, ao tentarem compreender suas experiências realizam utilizando o que já conheciam, procurando interpretá-las (assimilação), ao mesmo tempo em que as experiências modificam seu conhecimento (acomodação), seu elevado egocentrismo. Piaget (2011) ressalta que, o importante não é a explicação de equilíbrio, mas sim o processo de equilibração, sendo o equilíbrio o resultado desse processo. E esse processo de equilibração envolve, a assimilação e acomodação. Piaget (2007), ainda diz que o equilíbrio é uma propriedade intrínseca e constitutiva da vida orgânica e mental e nesse sentido, explicá-lo é indispensável para os esclarecimentos biológicos e psicológicos.

Levando em conta, então, esta interação fundamental entre fatores internos e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação desses esquemas a situação atual. Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente, para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos ou, mais em geral, entre a

assimilação e a acomodação (PIAGET, 2011, p.89).

Em complementação ao raciocínio (BECKER, 2010, p.31) a acomodação, atividade centrífuga dos esquemas progressivamente se diferencia, a assimilação coordena e unifica a atividade do sujeito. Dessa progressiva complementaridade, Piaget conclui que a experiência, longe de emancipar-se da atividade intelectual, só progride na medida em que é organizada e animada pela própria inteligência.

3.3 Atribuição ao conhecimento

Souza (2013) atribui que o desenvolvimento indica o que se conserva e o que se transforma ao longo do tempo e sob a influência de diferentes fatores, numa sucessão de formas de organização da atividade (estruturas), integrando aspectos cognitivos, afetivos e morais. Os conhecimentos são de várias naturezas: física, lógico-matemática e social e recaem sobre o mundo e o eu (si mesmo), sendo concebidos como o resultado da relação dialética entre estrutura e gênese; sujeito e objeto; afetividade e inteligência. Não foi objeto de estudo de Piaget especificamente as relações eu-outro, mas sua abordagem sobre as relações entre eu e não eu e sobre a lógica das significações, desde a lógica das ações e a construção do real do período sensório-motor, podem contribuir para o entendimento do papel do outro no desenvolvimento infantil (SOUZA, 2013).

Sabemos que Piaget explicou o funcionamento das operações racionais usando o modelo da lógica matemática (PIAGET, 1976), bem como enalteceu a relação entre a Psicologia e as disciplinas lógico-matemáticas, no que se refere ao fato de que o estudo das estruturas da inteligência da criança parece convergir para o que estas disciplinas definiram como estruturas matemáticas. Nesse sentido, o autor chega a dizer que três estruturas-mãe (de acordo com o modelo da escola de Bourbaki), a saber: a) as estruturas algébricas com suas operações reversíveis; b) as estruturas de ordem e c) as estruturas topológicas, podem ser observadas no pensamento da criança sob a forma de operações elementares de classes; estruturas ordinais que governam relações e estruturas topológicas baseadas em regiões, fechamentos e fronteiras, etc... Assim, o autor concebe uma forte aproximação entre a psicologia do desenvolvimento da inteligência e as disciplinas lógico-matemáticas (PIAGET, 1979).

A lógica é, então, o ponto forte da evolução do pensamento da criança e também da visão do autor sobre o juízo moral e a afetividade (neste último caso, equiparando a operação à vontade que coordena valores em sistemas

hierárquicos). O modo como esta lógica do pensamento vem suplantando a lógica das ações e as representações irreversíveis expressas por meio de evidências como a construção psicológica se articula com a explicação epistemológica. Este ponto é destacado no texto de Smith sob a denominação normatividade, para se referir ao modo como a abordagem piagetiana concilia perguntas epistemológicas sobre normas e mecanismos de construção com métodos psicológicos de investigação (entrevista clínica; provas operatórias).

Entretanto segundo Matthews (1983), estar perplexo é se interessar por desvendar o mundo; está curioso no sentido pleno e piagetiano da palavra. "a filosofia não poderia responder todas as perguntas que desejamos, mas teria o poder de colocar problemas e perguntas que aumentam o interesse pelo mundo promovendo a perplexidade e a curiosidade mesmo diante de coisas simples da vida diária "(Ibid pp. 12).

3.4 Teoria piagetiana nas salas de aula

A teoria de Piaget, ou "teoria da equilibração majorante", pressupõe dois aspectos centrais: o estrutural e o processual. O aspecto estrutural refere-se ao conjunto de esquemas já construído pela criança. Entende-se por esquema uma "coordenação de ação", um "saber fazer", por meio do qual o sujeito assimila os objetos à sua forma de pensar, ou seja, às suas estruturas de pensamento. O sistema cognitivo é, desta maneira, composto por um conjunto de estruturas, as quais, por sua vez, são formadas por conjuntos de esquemas que, na interação sujeito-objeto, propiciam diferentes tipos de conteúdos ou ações.

O aspecto processual, de outro lado, diz respeito às alterações que tais ações ou conteúdos exercem sobre os esquemas, as estruturas e os sistemas, levando a um aprimoramento da forma com a qual estes, antes, se configuravam. Trata-se, portanto, de processos de mudança, da passagem de uma para outra etapa de desenvolvimento, ou seja, da construção de estruturas cognitivas novas e superiores às precedentes (Macedo, 1979).

Entretanto Piaget (1932/1994) relata em que no Juízo Moral na Criança, em 1932. Observa as relações entre crianças a partir dos jogos infantis (bolinha de gude e esconde-esconde) e investiga o desenvolvimento moral através do juízo das crianças, a partir de situações fictícias (historietas) propostas a elas. A cooperação é explicada como um tipo característico de relação, relações de cooperação, que está relacionada com a moral autônoma. O produto do respeito

mútuo é a superação da heteronomia moral, tratada como um tipo de relação que sucede às relações de coação próprias do respeito unilateral. Nesse sentido: “É preciso distinguir, em todos os domínios, dois tipos de relações sociais: a coação e a cooperação, a primeira implicando um elemento de respeito unilateral, de autoridade, de prestígio; a segunda uma simples troca de indivíduos iguais” (Piaget, 1932/1994, p. 58).Mencionaremos algumas de suas citações:

“[...] a cooperação só pode nascer entre iguais” (p. 58) e a “[...] prática da reciprocidade, portanto, da universalidade moral e da generosidade em sua relação com companheiros” (p. 64).
[...] conforme a cooperação substitui a coação, a criança dissocia seu eu do pensamento do outro” (p. 82) – retoma a ideia de processo, desenvolvimento da noção de cooperação: “[...] o respeito mútuo ou a cooperação nunca se verificam completamente. São formas de equilíbrio não só limitadas, mas ideais” (p. 83). obras (Piaget, 1932/1994) .

A inteligência não aparece, de modo algum, num dado momento do desenvolvimento mental, como um mecanismo completamente montado e radicalmente diferente dos que o precederam. Apresenta, pelo contrário uma continuidade admirável com os processos adquiridos ou mesmo inatos respeitantes à associação habitual e ao reflexo, processos sobre os quais ela se baseia, ao mesmo tempo em que os utiliza (PIAGET, 1986, p.23).

Para Piaget(1986), o principal objetivo da educação é criar indivíduos que sejam capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir aquilo que outras gerações fizeram. Isto significa dizer que a educação não pode mais trabalhar para que os alunos apenas memorizem, mas principalmente para que estes alunos além de memorizar sejam autônomos para inventar, produzir e criar novos conhecimentos, que esses alunos não conheçam somente o produto do ensino, mas participem do processo de construção do produto. Segundo Coll (2009), a aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que o aluno não copia ou reproduz sua realidade, pelo contrário, quando ele é capaz de elaborar uma representação pessoal sobre o objeto da realidade ou conteúdo que quer aprender. Essa elaboração consiste em aproximar-se do objeto ou conteúdo com o objetivo de apreendê-lo. E isso acontece a partir das experiências, interesses e dos conhecimentos prévios do aluno.

3.5 Teoria de piaget e a psicologia

Diante das ponderações mencionadas no texto de 1931, Introdução Psicológica à Educação Internacional (Piaget 1931b/1998, p. 85), apresenta uma nova forma

de compreender a cooperação: o método da cooperação. Nesse sentido, destaca-se: A ideia que defendemos é bem mais concreta: trata-se apenas de criar em cada pessoa um método de compreensão e de reciprocidade. Que cada um, sem abandonar seu ponto de vista, e sem procurar suprimir suas crenças e seus sentimentos, que fazem dele um homem de carne e osso, vinculado a uma porção bem delimitada e bem viva do universo, aprenda a se situar no conjunto dos outros homens. Que cada um se agarre assim à sua própria perspectiva, como a única que conhece desde dentro, mas compreenda que a verdade, em todas as coisas, nunca se encontra pronta, mas é elaborada penosamente, graças à própria coordenação dessas realidades.

“O ponto essencial de nossa teoria é o de que o conhecimento resulta de interações entre sujeito e objeto que são mais ricas do que aquilo que os objetos podem fornecer por eles mesmo” (PIAGET, apud, BECKER, 2010, p.87). Diante disso, fica evidente que para Piaget, o conhecimento não ocorre pelas informações que os objetos têm, mas pela ação do sujeito sobre essas informações transformando-as em conhecimentos.

18

3.6 Psicologia escolar e educação infantil

Para Vokoy e Pedroza (2005, p.1) a criança nos dias atuais se insere no sistema educacional cada vez mais cedo. Tais mudanças foram provocadas por uma maior participação feminina no mercado de trabalho, o que ocasionou a alteração da rotina de cuidados e a educação dos filhos. Esse fato é relacionado com a criação das creches. Nesse sentido, a creche estava sempre associada a um caráter assistencialista e se preocupava apenas com a alimentação, a higiene e a segurança física.

Porém o papel da creches vai além disso, segundo Wallon (1934), a criança deve ser estudada na sucessão das etapas de desenvolvimento caracterizadas pelos domínios funcionais da afetividade, do ato motor e do conhecimento, entendidos como sendo desenvolvidos primordialmente pelo meio social. Os estágios do desenvolvimento propostos por Wallon (1934) têm início na vida intrauterina, caracterizada por uma simbiose orgânica. Após o nascimento, apresentasse o estágio *impulsivo- emocional* no qual prevalece a emoção, caracterizado como o período da *simbiose afetiva*. No período seguinte, que vai até os 2 anos de idade, a criança encontra-se no estágio sensório-motor e projetivo, voltando-se para a exploração do mundo físico. Gradualmente, com a aquisição da

marcha e da linguagem, a criança apresenta modificações no seu padrão de interação com o mundo, por essa razão merece e deve ter um acompanhamento mais de perto e preciso.

A presença de um psicólogo em uma instituição é algo que vem sendo bastante discutido. Porém Souza (1997) aponta a necessidade de mudança na atuação do psicólogo, pois ele vem desenvolvendo suas atividades pautadas na individualidade do aluno e na queixa do professor da falta de condições de trabalho e das deficiências e dificuldades de aprendizagem das crianças. Dessa forma, as relações sociais existentes na escola não são consideradas como constituintes dos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Souza (2000) afirma que não existem modelos pré-concebidos para se trabalhar na escola, mas "princípios norteadores de uma prática a serviço da superação da exclusão, da estigmatização e da desigualdade" (p.136).

Sayão e Guarido (1997) também salientam a necessidade da mudança do foco da atuação do psicólogo escolar, para não ser restrito à orientação psicológica sobre as crianças, mas envolver os aspectos da relação entre a equipe e os educadores, contemplando os conflitos, as insatisfações e contradições inerentes às práticas sociais. Partindo dessas ideias os seguintes pontos podem ser trabalhados: trabalho com os professores; trabalhos criativos e que chamem a atenção; interdisciplinaridade; trabalho junto às famílias; e trabalho com a criança.

O trabalho a ser desenvolvido pelo psicólogo deve ter como objeto as relações nas quais a criança circula. No entanto, existem crianças que precisam de atendimento individual, pois podem estar sofrendo ou até mesmo encontrarem-se paralisada (VOKOY; PEDROZA, 2005, p.6).

3.7 Psicologia e os processos de desenvolvimento e aprendizagem na educação infantil

A Educação Infantil foi vista durante um grande tempo como uma forma de cuidar, onde a escola era somente um lugar que as crianças ficavam para os pais trabalharem, não contando com nenhuma preocupação no que diz respeito ao caráter pedagógico que está inserido em todo contexto educacional (MELLO, RUBIO, 2013, p.3). Porém a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança. Conforme a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96)- colocando-a na mesma importância com o Ensino Fundamental e Médio. Sobre a Educação Infantil, a LDB diz:

"A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade" (LDB, CAP.II; SEÇÃOII; ART.29- LDB)

Ou seja, ao se tratar de criança para obtenção de sucesso em seu desenvolvimento e ensino-aprendizagem tem que haver principalmente a afetividade. Para Jean Piaget, "o desenvolvimento intelectual é considerado como tendo dois componentes: o cognitivo e o afetivo". Paralelo ao desenvolvimento cognitivo está o desenvolvimento afetivo. Afeto inclui sentimentos, interesses, desejos, tendências, valores e emoções em geral.

Conforme Piaget (1995) elas são inseparáveis, pois, defende que toda ação e pensamento comportam um aspecto cognitivo, representado pelas estruturas mentais, e um aspecto afetivo, representado por uma energética, que é a afetividade. Ou seja, "a afetividade constitui aspecto indissociável da inteligência, pois ela impulsiona o sujeito a realizar as atividades propostas".

Para Freire (1996) "... quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado", confirmando a necessidade de uma educação global, visando o completo desenvolvimento do indivíduo e a compreensão do docente de que o processo de ensino e aprendizagem não está centrado no conhecimento do professor, mas que deve ser construído e produzido a partir da interação deste com o educando. A criança deve ser estimulada em todas as habilidades e, para isso, o professor deve estar ciente de que ensinar é uma especificidade humana, não é transferir conhecimento, e exige a participação de todos os segmentos envolvidos (MELLO, RUBIO, 2013,p.9)

Mas o que fazer quando não é notório o desenvolvimento e a aprendizagem da criança? Segundo Andaló (1984) a tendência da escola é centrar as causas de tais dificuldades nos alunos. As medidas que vêm sendo utilizadas para tentar resolver resumem-se basicamente em:

1. Encaminhar os "casos-problema" ao Serviço de Orientação Educacional ou ao Serviço de Psicologia, como se os profissionais destas áreas tivessem soluções mágicas e prontas para tais casos;
 2. Criar mecanismos de controle cada vez mais rígidos e repressivos sobre o comportamento dos educandos através de inspetores de aluno, comunicações aos pais, reduções nas notas, multiplicação das avaliações etc.
- Com relação aos Serviços de Orientação Educacional, com exceções evidentemente, temos observado alguns aspectos:
- a. não conseguem dar vazão ao crescente número de casos difíceis encaminhados;
 - b. buscam contatos com os pais, numa tentativa, na maioria das

vezes infrutífera, de transferir a resolução dos problemas para o âmbito familiar;

c. desenvolvem trabalhos junto ao corpo discente através de aulas tradicionais onde são desenvolvidos temas, com uma conotação quase sempre de caráter moral, discorrendo sobre a necessidade de "comportar-se bem, ser bom aluno, bom filho" etc., numa tentativa de fazer com que os educandos venham a preencher as expectativas que a instituição, especialmente os professores, têm deles (ANDALÓ, 1984,p.3).

A alternativa de buscar um profissional capacitado em detectar possíveis problemas e resolvê-los é quase nula ou é inexistente. Para Andaló (1984) a presença de um psicólogo é de extrema necessidade. É uma alternativa que parece mais adequada e que não exclui, pelo contrário, se beneficia das contribuições da Psicologia clínica e da Psicologia acadêmica, seria a do psicólogo escolar como agente de mudanças dentro da instituição-escola, onde funcionaria como um elemento catalisador de reflexões, um conscientizador dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição (ANDALÓ, 1984,p.5).

Ou seja, atuar junto ao corpo docente e discente, a direção e a equipe técnica, para conscientizar da realidade da escola, refletir com eles sobre os seus objetivos, sobre a concepção que subjaz ao processo educacional empregado, sobre as expectativas que têm de seus alunos, sobre o tipo de relação professor-aluno existente, enfim sobre a organização como um todo, ressaltando que o trabalho do psicólogo não se restringe somente aos alunos, engloba toda a instituição de ensino, incluindo também a comunidade.

Quanto ao lugar ocupado pelo psicólogo escolar, Ragonesi (1997) diz que "o melhor lugar para o psicólogo é o lugar possível, seja dentro ou fora de uma instituição". O mais importante é que ele se insira na educação, assumindo um compromisso teórico e prático com as questões da escola, que é o seu foco de atenção. Ainda segundo Ragonesi (1997), é fundamental que os psicólogos que atuam diretamente na instituição escolar preocupem-se com a melhoria das práticas pedagógicas, garantindo que a escola utilize-se dos conhecimentos psicológicos na elaboração de suas propostas de trabalho, visando a atingir o objetivo maior da educação: a humanização.

4.CONCLUSÃO

Ao término do estudo concluímos que o desenvolvido ficou notório, o conhecimento como suas pesquisas contribui na forma de repensar sobre o conhecimento. Este trabalho constitui-se de uma síntese do pensamento

piagetiano, no sentido de oferecer informações. Conclui-se que é fundamental a atuação do Psicólogo na Educação Infantil, a fim de contribuir para o desenvolvimento de recursos da personalidade das crianças, visando a formação de indivíduos autônomos, críticos e solidários. Concordamos com Souza (1997), quando aponta a necessidade da presença do psicólogo no dia-a-dia da escola para criar um espaço de diálogo e reflexão a fim de contribuir para a construção de uma escola ou mais instituições.

5.REFERÊNCIAS

ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda.O Papel do Psicólogo Escolar.Vol 4, n 1,Brasília, 1984. Disponível em:<<https://revista@cfp.org.br> Acesso em: 30,08,2020.

BECKER, Fernando. O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: Da ação à operação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BECKER, Fernando. Seis estudos de Piaget. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COLL, César. (et. al).O construtivismo na sala de aula. Tradução: Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 9º ed.- São Paulo: Paz e Terra, 1996. - (coleção leitura).

LEFRANÇOIS, Guy R. Teorias da Aprendizagem. Tradução: Vera Magyar. 5ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MACEDO, L. Crianças Com problemas de aprendizagem: considerações a partir de uma perspectiva construtiva. [S.L: s.n., 19--]

MACEDO, L. Inconsciente e recalçamento cognitivo. São Paulo: Centro de Estudos em Psicopatologia, Psicoterapia e Psicanálise, 1987.

MACEDO, L. Os processos de equilibração majorante.Ciência e Cultura, São Paulo, v.31,out. 1979.

MATTEWS, G.B. (1983)-El nino y la Filosofia., México: Fondo de Cultura Economica.

MELLO,Tagides; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A importância da Afetividade na relação Professor/Aluno no Processo de Ensino/Aprendizagem na Educação Infantil. Revista eletrônica Saberes da Educação- volume 4,n 1, 2013. Disponível em: <<https://www.docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf> Acesso em:30, 08,2020.

PALMER, Joy A. 50 Grandes educadores modernos: De Piaget a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2010.

PIAGET, J. (1976)-Ensaio de lógica operatória. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

PIAGET, J. et al. Abstração reflexionante. Relações lógico-elementares e ordem das relações espaciais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PIAGET, Jean. Epistemologia Genética. Tradução: Álvaro Cabral. 3ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

PIAGET, Jean. Introdução Psicológica à Educação Internacional. In: PIAGET, Jean. Sobre a Pedagogia: textos inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, [1931b] 1998. P. 85.

PIAGET, Jean. O Juízo Moral na Criança. Porto Alegre: Artes Médicas, [1932] 1994.

PIAGET, J. (1926)-La représentation du monde chez l'enfant. Neuchatel: Delachaux et Niestlé

PIAGET, J. (1979)- Relations between psychology and other sciences. In: Annual Review of Psychology, vol. 30, pp. 1-8.

Ragonesi, M. E. M. M (1997). Psicologia Escolar: Pensamento crítico e práticas profissionais. Tese de Doutorado Não Publicada. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sayão, Y. & Guarido.(1997). Intervenção Psicológica em creche/ Pré- escola. Em: A.M. Machado & M.P.R de S. Souza (Orgs.), *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos.*(pp.79-88). São Paulo: Casa do Psicólogo.

SOUZA, M. T. C. C.(2013). The role of sense-making for the construction of the I and the object through fairy tales. *Interaccoes*,v. 9, p. 93-105.

SOUZA, M.P.R. (1997) As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil. Em: A.M. Machado & M.P.R de S. Souza (Orgs.), *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos.* (pp.139- 156). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Souza, M.P.R. (2000). A queixa escolar na formação de psicólogos: desafios e perspectivas Em: E. de R. Tanamachi; M.L. da Rocha, & M.P.R. Souza, (Orgs). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos.* (pp.105-142). São Paulo: Casa do Psicólogo.

VOKOY, Tatiana; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Psicologia Escolar em Educação Infantil: Reflexões de uma atuação. Vol 9, n 1, Campinas 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000100009>. Acesso em: 31, 08, 2020.

Wallon. (1934). *Les origines du caractère chez l'enfant*. Paris: P.U.F., 1949.

DOCUMENTAÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA FARMÁCIA HOSPITALAR

Ana Flávia Lustosa
Gabriela Oliveira
Idelvon Romualdo Pereira
Margarida Aires Pimenta
José Reginaldo Reis
Paulo Vittor Rodrigues
Denice Lago

RESUMO

Farmácia é um estabelecimento de saúde, por lei, e, para operarem legal e regularmente, devem manter diversos documentos junto aos órgãos fiscalizadores. Além dos documentos de praxe para o funcionamento de qualquer empresa as farmácias são obrigadas a possuírem também: Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autorização Especial (AE), emitida pela ANVISA (documento exigido apenas para farmácias de manipulação); Certificado de Regularidade Técnica (CRT), emitido pelas agências de vigilância de saúde municipais, regionais ou estaduais. Esses documentos devem ser renovados anualmente e servem para garantir a qualidade das instalações físicas das farmácias, dos produtos ali comercializados e das condições de higiene e de segurança para os pacientes, clientes e funcionários da empresa.

Palavras-chaves: Administrativa, Estruturais, Distribuição, Farmacêutico.

ABSTRACT

Pharmacy is a health establishment, by law, and in order to operate legally and regularly, they must keep several documents with the inspection agencies. In addition to the usual documents for the operation of any company as pharmacies, they are also required to have: Company Operation Authorization (AFE), issued by the National Health Surveillance Agency (ANVISA); Special Authorization (AE), issued by ANVISA (document required only for handling pharmacies); Technical Regularity Certificate (CRT), issued by the municipal, regional or state health surveillance agencies. These documents must be renewed annually and guarantee the quality of the physical facilities of the pharmacies, the products sold there and the hygiene and safety conditions for the patients, customers and employees of the company.

Keywords: Administrative, Structural, Distribution, Pharmaceutical.

1. INTRODUÇÃO

A Documentação para Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar, contém referenciais técnicos, legais, estruturais e funcionais, além das atribuições essenciais dos serviços, de forma a contribuir na execução das atividades que assegurem as condições de segurança e de qualidade necessárias ao paciente hospitalizado. A farmácia Hospitalar é uma unidade clínica, administrativa e econômica, dirigida por farmacêutico, ligada à

direção do hospital, adaptada e integrada funcionalmente com as demais unidades administrativas e de assistência ao paciente (NOVAES MARIA RITA, 2017).

2. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo fazer uma explanação sobre Documentação para a Estruturação de uma Farmacia Hospitalar. Realizou-se uma busca por artigos científicos em distintas plataformas tais como: Revista Científica, Livros, e em outras que tenham abordado o assunto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Documentos exigidos do Gestor da Farmácia hospitalar

A Direção Técnica da Farmácia Hospitalar e de responsabilidade exclusiva de Farmacêutico, regularmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia, deve estar focada em prestar assistência farmacêutica conforme a Política Nacional de Assistência Farmacêutica PNAF (Resolução CNS Nº 338/2004), e também a Política Nacional de Medicamento (Portaria MS 3.916/1998).

O farmacêutico tem importantes funções clínicas, administrativas e consultivas, e a assistência farmacêutica deve ser desenvolvida em um setor interligado aos demais no hospital. A SBRAFH (Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde) recomenda que os farmacêuticos atuantes na farmácia hospitalar tem que ter as seguintes documentos: Prova de título emitido pela SBRAFH; Certificado de Residência uni ou multi profissional desenvolvida no âmbito hospitalar ou do serviço de saúde; Certificado de curso de pós-graduação Lato Sensu reconhecido pelo MEC na área da Farmácia Hospitalar ou áreas afins relativas às atividades desempenhadas nos serviços de saúde (NOVAES MARIA RITA, 2017).

3.2 Documentos do CAF Logística Farmacêutica dos medicamentos.

A logística farmacêutica é um conjunto de procedimentos realizados juntos à cadeia de suprimentos com o objetivo de planejar, controlar e estruturar o fluxo de armazenamento de recursos e serviços como a armazenagem, a distribuição e o transporte dos medicamentos, são responsáveis por garantir a qualidade dos medicamentos entregue ao paciente, durante esse processo de saída dos medicamentos da CAF até as farmácias hospitalares (MILÃO DENISE, et al 2016).

Há certo preparo e uma atenção especial principalmente quando se fala de

medicamentos termolábeis, produtos sensíveis à temperaturas e seu transporte se torna uma etapa crucial para garantir a chegada do produto em condições ideal de consumo, sem alteração em sua fórmula e tendo o efeito proposto pelo fabricante. Para o transportes de medicamentos foram exigidos alguns documentos, de acordo com a portaria nº1052/ 1998, são necessários o manual de boas práticas vinculado ao ministério da saúde, comprovar que o veículo utilizado está apto a Transportar Produtos Farmacêuticos, comprovar a Assistência Técnica de um Farmacêutico, possuir Autorização de Funcionamento (AFE), Autorização Especial (AE) para o transporte de medicamentos controlados e Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA, 2013).

3.3 Documentos da Infraestrutura da Farmácia Hospitalar

A infraestrutura da farmácia hospitalar e de serviços de saúde deve ter uma boa localização e de fácil acesso ao pacientes. E deve garantir os material necessário para todo funcionamento hospitalar. E a atuação eficiente do farmacêutico na farmácia hospitalar é fundamental para um bom funcionamento da unidade e devem ter os seguintes ambientes, a área administrativa, área para armazenamentos de medicamentos e produtos que são utilizados no âmbito hospitalar, a área de dispensação de medicamentos que sempre deve ter a orientação farmacêutica e a disponibilidade de equipamento (SBRAFH, 2017).

E de responsabilidade do farmacêutico garantir que nunca falte os materiais necessário na farmácia hospitalar, a disponibilidade de equipamentos e instalações adequadas de medicamentos. No local tem de ter um sistema de gestão informatizado, salas para praticar atividades farmacêuticas, respeitando as necessidades técnicas, tendo um sistema de arquivos informatizado. A farmácia hospitalar e uma unidade clínica e administrativa devendo ser contemplada no organograma, subordinada diretamente à diretoria clínica ou geral da instituição. Deve contar com farmacêuticos e auxiliares em números suficientes para realizar as atividades, respeitando limite de carga-horária semanal legalmente estabelecida (FERRACINI F.T, et al 2010).

Sempre manter os documentos obrigatórios em dias é imprescindível para continuar com as atividades assistenciais e gerenciais, e a renovação anual com os principais órgãos de fiscalização como a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedido pela Anvisa, Autorização Especial de Funcionamento (AE) Alvará Sanitário expedido pelo órgão Estadual ou Municipal de Vigilância Sanitária,

certidão de regularidade técnica, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia da respectiva jurisdição, Manual de Boas Práticas Farmacêutica conforme a legislação vigente e as especificidade de cada estabelecimento. Planos de Gerenciamento de resíduos sólidos de saúde (PGRSS) conforme Resolução RDC Anvisa N 306/04. A Licença Sanitária e a Certidão de Regularidade devem ser fixadas em local visível ao público. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros. Esse documento é emitido após análise dos riscos levantado (CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA, 2013).

Figura 1 Certidão de Regularidade 2020
 Fonte: Maфра Hospitalar



Figura 2 Alvará Sanitário

Fonte: Manual Orientativo farmacia.saude.pe.gov.br

3.4 Documentos para Aquisição e Distribuição de medicamentos

A distribuição de medicamentos da Farmácia Hospitalar consiste em um sistema em que ocorre a distribuição de medicamentos da farmácia para os hospitais, através de compras, controle de estoque, armazenamento e dispensação de medicamentos. Esse sistema tem por objetivo distribuir os medicamentos para os pacientes do hospital, garantindo que esses pacientes tenham acesso aos medicamentos, visando o sucesso no tratamento de doenças e enfermidades que acometem esses pacientes. Para que essa distribuição ocorra de maneira correta, o sistema precisa seguir os seguintes critérios sempre verificar se os medicamentos solicitados estão na quantidade certa, evitando a insuficiência na quantidade de medicamentos para o hospital, manter o sistema de distribuição eficaz e organizado, evitando erros na prescrição dos medicamentos, com isso aumentando o controle dos medicamentos e também garantindo que todos os pacientes recebam os medicamentos com prescrição médica (NETO MAIA, 2005).

Para a Farmácia Hospitalar continuar distribuindo medicamentos é necessário documentos que servem como autorização para esse sistema de distribuição. Esses documentos são RG e CPF do Responsável Técnico da Farmácia Hospitalar, Licença Ambiental da ADEMA (Órgão Ambiental Estadual), Registro de Devolução de Produtos do Estabelecimento, Validação pela FH (Farmácia Hospitalar) e Prescrição Médica (GUIA BÁSICO PARA FARMÁCIA HOSPITALAR, 1994).



Figura 3 Órgão Ambiental Estadual

Fonte: Deso 4500/UESC

3.5 Documentos da Farmacovigilância

Segundo a Organização Mundial De Saúde (OMS), a Farmacovigilância é uma ciência relativa à detecção, avaliação, compreensão, e a prevenção dos efeitos adversos e problemas relacionados aos medicamentos. Além de auxiliar os profissionais da Saúde e os Pacientes a conseguirem a melhor relação benefício/Risco, com o uso de uma terapêutica segura e efetiva a Farmacovigilância desempenha um papel muito importante na tomada de decisões em Farmacoterapia nos âmbitos Individual, regional, nacional e internacional. Ela tem o papel de zelar pelo cuidado e pela segurança dos pacientes, no tocante ao uso de medicamentos e a todas intervenções Médicas e Paramédicas, a segurança dos pacientes tem um componente essencial tanto para os profissionais da saúde, para os pacientes e seus Familiares. A Farmacovigilância foi definida pelo Conselho Federal De Farmácia (CFF), na Resolução 357 de 2001, como a Identificação e a Avaliação dos Efeitos Agudos e Crônicos em um Conjunto de Risco no âmbito do tratamento Farmacológicos hospitalar.

| QUEIXAS TÉCNICAS | |
|--|--|
| Tipos | Exemplos |
| Alteração de características físico-químicas | <ul style="list-style-type: none"> ○ Solução injetável normalmente transparente apresenta-se com coloração amarela. ○ Xarope apresenta-se sem o sabor doce |
| Ausência de conteúdo | <ul style="list-style-type: none"> ○ Ausência de um comprimido em um blister intacto ○ Ausência de uma caixa (embalagem secundária) dentro de uma caixa maior (embalagem terciária). |
| Ausência de informações | <ul style="list-style-type: none"> ○ Lote e validade não estão impressos no rótulo |
| Suspeita de falsificação | <ul style="list-style-type: none"> ○ Erros ortográficos impressos no rótulo ○ Alterações no símbolo da empresa não identificada em outras fontes |

| REAÇÃO ADVERSA A MEDICAMENTOS | |
|-------------------------------|---|
| Tipos | Exemplos |
| Reações de hipersensibilidade | <ul style="list-style-type: none"> ○ Reação anafilática após administração de penicilina |
| Lesões em órgãos-alvo | <ul style="list-style-type: none"> ○ Vômitos e alterações de provas hepáticas após uso de tuberculostáticos (Hepatotoxicidade) ○ Ocorrência de convulsão após uso de ciprofloxacino (Neurotoxicidade) |
| Ineficácia terapêutica | <ul style="list-style-type: none"> ○ Ausência de anestesia após a administração de um anestésico ○ Ocorrência de gravidez em mulheres em uso de contraceptivos |

Figura 4 Documentos de Queixas Técnicas e Reação de Medicamentos

Fonte: Secretaria de Saúde de Salvador Medicamentos

3.6 Documentos Necessários para Liberação de Medicamentos

É obrigatoriedade legal a presença do farmacêutico responsável nas farmácias Hospitalares com placa visível com o nome, registro no CRF e horário de trabalho, de forma a valorizar o papel do farmacêutico em sua função. O farmacêutico e a equipe multiprofissional são fundamentais no controle das infecções hospitalares como também na política de controle de antibiótico e outras atividades profissionais. Esses profissionais complementam ou reforçam as orientações médicas sobre o medicamento necessário e sua administração correta. São responsáveis pela elaboração de relatório a respeito de consumo, custo e uso de antibióticos (MOZACHI, et al 2005).

De rever a padronização dos antimicrobianos no hospital, em conjunto com a comissão de padronização de medicamento, manter atualizado e adequar implementação de normas e rotinas técnica operacionais visando a prevenção e o tratamento dos pacientes. É necessário a apresentação da Ficha de cada paciente preenchida corretamente, a Prescrição Médica preenchida sem rasuras, condição de que os medicamentos só serão dispensados mediante a receita. Declaração do

medicamentos injetáveis, Receita de Medicamentos Antimicrobiano (SOUZA VIRGINIA HELENA, et al 2005).

Prescrição Médica

Nº Inclusão: 898 Nº Prescrição: 3175 Abrangência: 02/06/2019 00:00:00 - 09/06/2019 00:00:00

Paciente: Cecílio Almeida Sexo: Masculino Idade: 42a Convênio: Amil

Motivo intern.: BCP Médico: -

Diagnóstico: AVC PRÉVIO + HEMIPLEGIA D Alergias: NADA CONSTA

| Item | Medicamentos | Via | Freq. | 02/06 Qua | 03/06 Qui | 04/06 Sex | 05/06 Sáb | 06/06 Dom | 07/06 Seg | 08/06 Ter | 09/06 |
|------|---|------------|---------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 2 | AAS 100 mg Comp Glaxo administrar 1 cp | VO | 8x/dia | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 |
| 3 | Digoxina 0,5 mg COMB® Marca administrar 1 cp | VO | 8x/dia | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 |
| 4 | Morfina 100 mg COMB® Marca administrar 1 cp | VO | 8x/dia | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 | 8:00 - 16:00 24:00 |
| 10 | Esquema de vac: com duração 8 horas | EV | 8x/dia | | | | | | | | |
| | Medicamentos | Quantidade | | | | | | | | | |
| | Seq: 1 | | | | | | | | | | |
| | 1) Rho(rh) 1 mg IM, IV Po (Inf. Marca | 1 g | | | | | | | | | |
| | 2) Soro Clotado 5% FR 200ml Marca | 200 ml | | | | | | | | | |
| | 3) Condilato 0,5% 2ml Marca | 2 ml | | | | | | | | | |
| 11 | Insulina Hum N P H 100 U/ml FA 10 ml Marca | SC | 12x/dia | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 | 8:00 - 20:00 24:00 |

Confirmação de auto:
 0 - 200 administrar 8 ul
 201 - 300 administrar 7 ul
 3 ou = 301 administrar 10 ul

Figura 5 Prescrição Médica

Fonte: iw1.iwsoftware.com.br.9090 Impressão da Prescrição Médica

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS – ADMINISTRAÇÃO DE INJETÁVEIS

Estabelecimento: _____
 Endereço: _____
 Telefone: _____ CNPJ: _____
 Responsável Técnico: _____ CRF: _____
 Data Atendimento: ____/____/____

Dados do Usuário
 Nome: _____
 Endereço: _____
 Tel. _____ CPF ou RG: _____

Médico Responsável: _____ CRM: _____
 Endereço: _____ Tel.: _____

Dados do medicamento administrado:
 Nome do medicamento e DCB: _____
 Concentração e forma farmacêutica: _____
 Via de administração: _____
 Lote: _____ Número de Registro: _____
 Posologia: _____

Orientação farmacêutica:
 Plano de Intervenção quando houver: _____

Farmacêutico: _____ CRF _____ Assinatura: _____

Figura 6 Ficha para Administração de Injetáveis

Fonte: ResearchGate Modelo de Declaração Injetáveis

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos se constituem num referencial para consolidação do desenvolvimento das atividades da Farmácia Hospitalar, os farmacêuticos da Farmácia Hospitalar deverão programar em seus serviços, ações que resultem em melhores condições técnicas e de trabalho e sempre atento aos documentos necessários para o funcionamento da mesma. Sem a documentação exigidas pelos órgão competentes a Farmácia hospitalar pode ser penalizada e seu Gestor pode

responder por isso. O Farmacêutico deve estar atento aos documentos estruturas, dos medicamentos, das fichas de pacientes, dos Antimicrobianos e das Prescrições médicas.

5. REFERÊNCIAS

FERRACINI F.T BORGES FILHO WM. Prática Farmacêutica no Ambiente Hospitalar do Planejamento à Realização 2ª Edição São Paulo Editora Atheneu 2010.

GUIA BÁSICO PARA FARMÁCIA HOSPITALAR, 1994.

MAIA NETO, J. F . Farmácia Hospitalar e suas Interfaces com a saúde 1ª Edição São Paulo, 2005.

MILÃO DENISE Revista de Graduação 2016.

NOVAES MARIA RITA CARVALHO Coordenadora de Pesquisa e Comunicação Científica da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS/FEPECS/SES-DF) e Farmacêutica Hospitalar da SES-DF, 2017.

PUBLICAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO ABRIL 2013.

SOUZA VIRGINIA HELENA SOARES, MOZACHI NELSON Manual do Ambiente Hospitalar 2ª Edição Editora Manual Real, 2005.

SBRAFH, Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar Serviços de Saúde 3 edição 2017.

GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES NAS EMPRESAS

Jhones Santos Soares
Renata Barbosa Rodrigues
Fernando José A. Moraes

RESUMO

Nos cenários da era da informação é de vital importância compreender as melhores práticas e aplicações das áreas de sistemas de informação e tecnologia da informação nas empresas. Diante disso, o presente estudo objetivou demonstrar a importância do sistema de informação gerencial (SIG) na gestão empresarial para a tomada de decisões. Os sistemas de informação na gestão empresarial são de suma importância para as organizações, pois através deles é possível coletar e processar dados. Os sistemas de informação gerenciais fortalecem o plano de atuação das empresas. A geração de informações rápidas, precisas e principalmente úteis para o processo de tomada de decisão garante uma estruturação de gestão diferenciada, resultando em vantagem competitiva sobre as demais empresas.

Palavras-chave: Gerenciamento, informações, empresas.

ABSTRACT

In information age scenarios it is vitally important to understand the best practices and applications in the areas of information systems and information technology in companies. Given this, the present study aimed to demonstrate the importance of the management information system (GIS) in business management for decision making. Information systems in business management are of paramount importance for organizations, as it is possible to collect and process data through them. Management information systems strengthen the companies' performance plan. The generation of fast, accurate and mainly useful information for the decision-making process guarantees a differentiated management structure, resulting in a competitive advantage over other companies.

Keywords: Management, information, companies.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade as organizações vivem em uma era de constantes avanços tecnológicos, e os sistemas de informação estão cada vez mais diversificados propondo mudanças e trazendo estratégias nos processos de negócios.

As empresas que querem obter um potencial competitivo no mercado, devem aderir a tal ferramenta, os sistemas de informação traz uma abrangente visão aos gestores, pois os mesmos são os grandes precursores no que se diz respeito a tomada de decisões de uma gerência de qualidade, e bastante proativa.

Diante desses fatores, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para a tomada de decisões, para isso mostraremos o que diz na teoria é demonstraremos como funciona na prática dentro de uma empresa.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado através de pesquisas bibliográficas, artigos, livros e conhecimento empírico, e a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa descritiva, com enfoque no gerenciamento de informações nas empresas nos dias atuais.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

3.1 Sistemas de informações nas empresas

Os sistemas de informação na gestão empresarial é de suma importância para as organizações pois através deles é possível coletar e processar dados. Que servem como informações para a criação de recursos para um perfeito gerenciamento de todos os processos dentro da empresa, são informações que pautam os interesses entre clientes e fornecedores.

BRITO (2014) diz que os sistemas de informação são divididos em três dimensões:

- **Dimensão tecnológicas:** envolve a infraestrutura, hardware, software e comunicações, aplicações de gestão orientadas ao ambiente organizacional interno, intranet, ERP, SAD, SIG.
- **Dimensão organizacional:** envolve processos (modelagem de negócios) e abordagens de gestão (mudança, cultura organizacional, liderança).
- **Dimensão humana:** envolve as pessoas que utilizam os sistemas, bem como aqueles que o desenvolvem e os processos de aprendizagem a eles relacionados.

3.2 Informações de compras do produto

As informações referentes a compra de produtos são extremamente necessário para se ter um bom controle de estoques, pois essas estimativas permite a averiguação da situação real com a do planejado identificando as variações favoráveis e as desfavoráveis esse controle é ideal para a uma boa estrutura dos processos dando suporte ao planejamento.

"Controle de compras significa ter organizadas as informações referentes ao estoque e programação de produção, de forma que você possa garantir ter os insumos e matéria-prima necessárias, sem atrasos ou prejuízos de material. Isso significa, também, evitar comprar quantidades a mais do que as que você realmente precisa. É cada vez mais importante que esses processos sejam controlados, pois podem representar custos pesados para a empresa" (SCHULTZ,2019).

3.3 Sistemas ERP

"Os ERP (*Enterprise Resource Planning*) que significa Sistema Integrado de Gestão Empresarial, focam nas áreas operacionais de uma empresa, como a Contabilidade, Finanças, RH, Produção, etc., buscando padronizar os processos, os procedimentos e as informações, quase sempre gerando maior produtividade". (VIANNA, 2015). Esse sistema é altamente capaz de processar vários tipos de dados, organizando as informações decorrentes das atividades da empresa, oferecendo aos gestores uma ampla visão estratégica a fim de buscar competitividade no mercado.

3.4 Sistemas CRM

O CRM (*Customer Relationship Management*), ou Gestão de Relacionamento com o Cliente, é uma plataforma online que facilita o contato entre os profissionais da sua empresa e os seus clientes. (MORAES,2018). Esse sistema é de fundamental importância para as empresas que querem manter um bom relacionamento com seus clientes, e que querem manter o mesmo padrão de qualidade, afinal o cliente é o bem mais valioso da empresa.

3.5 Gerenciamento de estoque

Segue abaixo a opinião de três autores referente a gerenciamento de estoques. Os autores MARTELLI e DANDARO (2015) destacam gerenciamento de estoques como:

"Gerenciamento de estoque nada mais é do que fazer um total planejamento de como controlar os materiais dentro da organização, trabalhando exatamente com base no que a empresa necessita para as determinadas áreas de estocagem, objetivando manter o equilíbrio entre estoque e consumo. Este controle pode ser mais bem aplicado por meio de sistemas integrados de gestão". (MARTELLI e DANDARO,2015).

Segundo GITMAN (1997), define o estoque como sendo "(...) ativos circulantes

necessários que possibilitam o funcionamento dos processos de produção e vendas, (...) representam um investimento significativo por parte da maioria das empresas”. Os autores apontam justamente a importância de um sistema de informação na gestão integrada, pois é tal investimento que irá possibilitar a agilidade e a eficácia nas atividades das empresas. Para se ter uma noção de como essas teorias são produzidas na prática, logo abaixo segue um modelo de como funciona um sistema de informação de dentro de uma organização.

3.6 Sistema de informação na Coca-Cola

Em uma pesquisa feita pelo Google com o intuito de encontrar sistemas de gerenciamento em empresas, utilizamos como exemplo o sistema *advisor* que é o sistema de gerenciamento da Coca-Cola que foi desenvolvido pela empresa *Nielsen*, esse sistema tem o objetivo de intensificar e acompanhar a variação dos produtos e as estratégias adotadas para as ações da coca cola, através desse elenco é possível fazer análises qualitativa e quantitativas.

No quesito estoque, a partir dessa analogia é possível verificar as informações no estoque, como, giro dos produtos nos estoques, verificação do mercado concorrente, dentre outros montantes, são essas análises que vão auxiliar na tomada de decisões.

O *advisor* tem como função vincular, e facilitar a integração das informações que são vindas através das pesquisas feitas pela *Nielsen*, isso traz um direcionamento para objetivas soluções dos problemas funcionais, permitindo a criação de soluções gráficas e relatórios customizados para a consulta de dados. O *advisor* permite um resumo completo das informações gerenciais possibilitando a união dos fatos ocorridos para fim de decisões a serem tomadas.

Através desse sistema é possível verificar alguns pontos de atenção:

- análises de distribuição de cada marca nos pontos de venda, Isso faz com que haja planos estratégicos operacionais a fim de fazer um abastecimento conforme necessidade.
- verificar a eficiência da execução da Coca-Cola Brasil quanto aos materiais promocionais, isso está relacionado ao marketing auxiliando nas estratégias de promoção e divulgação.

O SIG (Sistema de Informação Gerencial) atualmente é utilizado pela

maioria das áreas da Coca Cola Brasil, as informações são distribuídas facilmente a todos os usuários, tornando assim adepto, as informações em diferentes departamentos tornando se todos de forma alinhadas. Essas informações seguem os seguintes fluxos:

É feita toda coleta e atualizada nos software pela a empresa *Nielsen* e gerenciada pelos usuários da Coca-Cola, dessa forma é possível fazer um levantamento em relação ao comportamento do mercado decorrentes dos produtos oferecidos, como os concorrentes estão se sobressaindo, evoluções departamentais, novos lançamentos dentre outros.

Logo abaixo mostraremos um exemplo de como é feita a consulta do *Adivisor* de acordo com site da pesquisa feita em um site do Google referente ao sistema de informação da Coca-Cola.

- O usuário abre o programa e seleciona o canal de vendas e a abrangência geográfica os dados são encontrados A Partir das especificações da marca.
- Seleciona o tipo de informação a ser analisada, como volume, preço, compras, estoques, número de materiais.
- Seleciona o tempo de análise, pode ser feito através de comparações do ano anterior ao ano atual.

De acordo com as seleções feitas acima é gerado um relatório, no qual vai direcionar o gestor a tomar decisões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando os conhecimentos adquiridos, de acordo com a pesquisa e discussão do tema, o desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise teórica de como funciona os sistemas de informação dentro de uma empresa, no qual foi demonstrado o sistema de informação da Coca-Cola como forma de prática. E para isso é necessário entender os princípios de informações e compreender a definição de estratégias na gerência de informações obtendo conhecimento sobre quais são os meios de informações que devem ser utilizados. Também o presente estudo apresentou de forma sucinta o conceito de sistemas de informação, em relação essa nova era da inteligência artificial nos dias atuais.

5 REFERÊNCIAS

MARTELLI,L.L. DANDARO, Fernando **Planejamento e Controle de Estoque nas Organizações.** Campus Ponta Grossa - Paraná. 2015. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1mjo17NPSBWHyx2ghJVZyGe1hgZDiCqne/view?usp>

=drivesdk. Acesso em 02 de setembro de 2020.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Sistemas de Informação no contexto da inovação, dos sistemas, e das informação e dos processos gerenciais.** Florianópolis – SC. 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1mg1PbExIvWWXlva8UQLxpSc3wCH4GO_S/view?usp=drivesdk. Acesso em 02 de setembro de 2020.

BRITO, Vítor. **Dimensões de sistemas de informação.** 2014. Disponível em: <https://prezi.com/sukmps4zbxo/dimensoes-de-sistemas-de-informacao/>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

COCA-COLA. **Características da Organização Análise do Ambiente Organizacional. Sistema de Informação Advisor.** Disponível em: <https://sites.google.com/site/admsicocacola/sistema-de-informacao-advisor>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

SORDI, José Osvaldo. **Administração da informação - Fundamentos e práticas para uma nova gestão.** Curitiba. 2002 Rev. FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.3-12, set./dez. 2000 Disponível em: <https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:580443>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

MORAES, Daniel. **Saiba quais são as 13 melhores ferramentas de CRM disponíveis no mercado.** 2018. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/ferramentas-de-crm/>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

DE CINCO PANDEMIAS HISTÓRICAS AO NOVO CORONAVÍRUS: UMA QUESTÃO QUE ENVOLVE UMA ÉPOCA MARCADA PELA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO TECNOLOGIA

Juliano Gusmão
Marisa Silva
Bruna Nicole
Cristiane Nogueira
Domingos Alves
Jaqueline Souza
Priscila Xavier

RESUMO

Dentre as pandemias enfrentadas pelo mundo, a COVID-19 trouxe uma crise econômica de altas proporções. A doença que vem assolando o mundo desde dezembro de 2019, surgiu na China, tendo a cidade de Wuhan como epicentro. Alcançou o status de pandemia mundial em março de 2020. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), práticas de higiene pessoal e o isolamento social são os principais meios de evitar a contaminação entre as pessoas. Devido a essa medida os comercios foram obrigados a fechar as portas como medida preventiva de controle e a comunicação e as informações foram alicerçadas por meio de tecnologias.

Palavras-chave: Coronavírus, Pandemia, Tecnologia.

ABSTRACT

Among the pandemics faced by the world, COVID-19 brought an economic crisis of high proportions. The disease that has been plaguing the world since December 2019, emerged in China, with the city of Wuhan as its epicenter. It reached worldwide pandemic status in March 2020. According to the WHO (World Health Organization), personal hygiene practices and social isolation are the main means of preventing contamination and contagion among people. Due to this measure, businesses were forced to close their doors as a preventive control measure.

Keywords: Coronavirus, Pandemic, Technology.

INTRODUÇÃO

O mundo vem enfrentando várias doenças causadas por diversos motivos entre elas as pandemias quem vem causando morte e transtorno a população humana. Uma das cinco pandemias são Peste Bubônica, Varíola, Cólera, Gripe Espanhola, H1n1 e a atual coronavírus segundo Souza (2020) COVID-19 foi que provocou uma desordem econômico-social ou o caos social intrínseco ao sistema econômico vigente.

Com avanço da tecnologia ao decorrer dos anos no caso específico da comunicação facilitadas no presente pode ser perceber que a uma diferença nessa

pandemia atual, porque todos preocupam mais? Essa pandemia é a pior? A facilidade ao acesso às informações em que antes não tínhamos é um fato em que esse artigo discorre. (HENRIQUE *et al* 2020).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas, sites acadêmicos, atividades em grupo via online, mediante é possível observar a importância e a relevância do isolamento social perante a pandemia que assolou o País. Os dados avaliam requisitos e privações que favorecem essa situação a sociedade em si, e que predominam o conhecimento dessas doenças.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Ao decorrer da história as doenças pelo mundo não são recentes, ao longo do tempo o que tem variado é a velocidade e a forma de transmissão, tais como outros fatores, por exemplo: falta de comunicação e informação, desconhecimento da doença, a característica populacional, acesso ao sistema de saneamento básico, saúde e de educação. De acordo com Krause (1992), a transmissão eram devido às viagens marítimas, os oceanos se transformaram nas rotas de disseminação de agentes causadores de doenças, que hoje são encurtados pelas aeronaves que podem em 24hrs transportar pessoas com doenças incubadas, ocorrendo em questões de dias a exposição mundial aos vírus altamente infecciosos. Krause (1992) relata que, numerosos vírus antigos causaram episódios de surtos epidêmicos em consequência das mudanças nas práticas e no comportamento humano, um exemplo é o surto de dengue hemorrágica ocorrida no sudeste da Ásia na década de 1950, na América Central e Sul decorrentes de mudanças no meio ambiente, que resultaram na proliferação do mosquito vetor, o *Aedes aegypti*.

A peste bubônica é uma doença transmitida por ratos e pulgas infectados com bacilos da praga, se fez presente em agosto de 1899 no Porto e no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, de 1900 a 1906 (Delumeau 1978). Em agosto daquele ano as cidades estavam infectadas pela peste bubônica, por que havia um intenso fluxo de imigrantes e de mercadorias. Diante desta notícia o governo brasileiro criou suas próprias medidas, para impedir a disseminação da doença por todo o país, onde o governo português em 27 de agosto de 1899

tomou as seguintes medidas: estabeleceu um cordão sanitário ao redor da cidade de Porto, onde ninguém poderia entrar ou sair da cidade, podendo ser alvejado pelos soldados que a sitiaram, cortando relações populacionais que foram extremamente danosas para as relações lucrativas onde o Brasil mantinha uma estreita relação com a cidade portuguesa, desse modo as medidas buscavam evitar que pessoas, ratos e pulgas infectados chegassem ao Brasil pelos navios vindo da cidade portuguesa. Portanto, elas não foram o suficiente para evitar a chegada da doença no Brasil, onde foi notificado casos de peste, em Santos, onde logo se multiplicou causando uma epidemia que se espalhou para outras cidades como: o Estado de São Paulo e em seguida na Capital Federal (CUKIERMAN, 2011).

A doença se tornou uma das mais terríveis epidemias no Rio de Janeiro, só sendo controlada por Osvaldo Cruz em 1906 após ter ocorrido cerca de 2500 óbitos, (Benchimol 1990; Cruz, 1906), quando ele empreendeu uma série de medidas que incluíram o isolamento de doentes, notificação compulsórias de casos positivos, captura de vetores e campanhas de saneamento básico que reduzia a incidência de ratos onde as pulgas transmitiam a peste. A epidemia foi considerada extinta no Rio de Janeiro em 1900, com o saldo de 115 óbitos e de 323 infectados. Ainda com grandes lacunas de conhecimento sobre o seu tratamento e também sequelas físicas e emocionais, uma das mais recentes pandemias, que causou uma profunda mudança nos padrões de comportamento, trânsito de pessoas, entre outros afeitos em 2020, é o coronavírus, causador da doença Covid -19, que vem despertando curiosidades em compreender como esse fenômenos globais de doenças aconteceram na história mundial e quais os resultados adotados para prevenir ou diminuir os efeitos, quando não a cura. Com a intensificação dos fluxos nos comércios e na cultura o processo de globalização mostra -nos que estamos perante a uma dimensão econômica, social, política ,cultural e religiosa (EDLER,2018).

Na primavera de 1918 uma doença começou a varrer o planeta, um vírus letal que infectou um terço da população mundial e deixou mais de 50 milhões de mortos, A pandemia que ficou conhecida em todo mundo mundo como (gripe espanhola) não teve origem na Espanha, os primeiros casos foi registrado em março em Camp Funston, uma base militar no Kansas. Em seis semanas a gripe a doença atingiu as trincheiras da frente ocidental na França, e só em maior gripe eclodiu na Espanha. (PASSO, 2020)

Mas ao contrário dos estados unidos e da França que estavam muito

envolvidos com a primeira guerra mundial, a Espanha era neutra e por isso não censurou sua imprensa. Está focou em cobrir as mortes de milhares de pessoas no mundo causadas pela doença. A pandemia então ficou conhecida como "gripe espanhola" devido ao destaque a imprensa da Espanha deu a ela. (PASSO, 2020)

A Gripe espanhola foi uma pandemia causada pelo vírus da gripe influenza A, as péssimas condições de higiene nas trincheiras contribuíram muito com a propagação de diversas doenças, incluindo a gripe espanhola. A movimentação de diversas tropas ao longo do globo também ajudou muito para que a pandemia tomasse um nível mundial. (PASSO, 2020)

Relacionando o momento de pandemia que hoje se enfrentam e com o avanço de tecnologias, obtivemos uma análise relacionada ao embasamento de informações, entre o vírus da covid-19 e a H1N1, com base nesta pesquisa, foi possível notar a distinção entre elas. (MACHADO 2009)

Começamos pela quantidade de casos, que teve uma variação de 39,5% e o processamento das amostras eram realizados apenas em laboratórios de referência, não havendo subjetividade, sendo analisadas apenas após a confirmação/classificação com casos suspeitos e com orientações da vigilância epidemiológica. (MACHADO 2009)

Os serviços eram realizados apenas por unidades públicas, a inatividade do vírus H1N1 ocorre 30 s após a antissepsia das mãos com álcool a 70%. Uma diferença que não deve ser deixada de lado, foi as informações relacionadas ao uso de medicamentos com suposições sobre o vírus, o que aconteceu/acontece com a covid-19.(MACHADO 2009)

Com essas informações sobre medicamentos, atualmente várias pessoas fazem a ingestão de remédios supostamente eficaz contra o vírus, o que gera um grave problema na saúde, principalmente pelos efeitos colaterais destes. Isso tem relevância pois, o uso dos mesmos podem gerar outros problemas de saúde, como a arritmia. (MACHADO 2009)

Ao longo da história passamos por várias situações difíceis, uma delas foi o aparecimento da doença chamada cólera, uma doença mortal que matou milhares de pessoas pelo mundo e fazia vítimas até 2018.

A urbanização e as facilidades nos transportes contribuirão para inúmeras epidemias. A cólera fez vítimas em toda Europa, Ásia, e América. A falta de saneamento onde predomina a miséria, faz um meio de contaminação da doença, e faz a doença persistir até hoje, um meio de tratamento dessa doença foi o uso

dos antibióticos, seja eles em casos leves ou moderados, essa doença principalmente causada pela bactéria chamada *Vibrio Cholerae*, uma forma de ser diagnosticada através de exames laboratoriais (GEROLOMO, 2000).

A questão das informações sobre o covid 19 é uma batalha intensa entre a mentira e a verdade, divulgações de cura e remédios gera discussões em dúvidas, em quem acredita? Segundo HENRIQUE *et al* a guerra de versões entre as autoridades políticas e a comunidade científica ajudou a amplificar-las, tecendo um enredo cuja característica mais marcante tem sido o elevado grau de desorientação e perda de referências por parte da sociedade, colocando-a em situação de risco.

Quando mídias e redes sociais em especial Whatsapp propagam notícias entre os usuários sem ao menos constata a notícia isso gera várias opiniões e discussões no meio social, como consequência podemos constatar que a chamada fake news os obstáculo na luta contra o coronavírus .(HENRIQUES *et al* 2020)

O avanço da tecnologia ao decorrer dos tempo em geral a informações por meio da internet criou várias discussões em que as pandemias existente a que mais gerou impactos de notícias foi a covid 19. Segundo HENRIQUE *et al* as pessoas formam suas opiniões alicerçadas muito mais em suas crenças e emoções do que em fatos objetivos. Dessa forma, ganham relevo as comunicações instantâneas, que circulam de maneira rápida pelas mídias sociais.

43

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante esta pesquisa, foi possível notar a relevância da interação social e as doenças já existentes até hoje. Com isso, observou-se o quão grande e importante se torna uma boa informação para o indivíduo, família e coletividade, pelo momento de pandemia atual (COVID-19) mostra o real significado de ação, onde todos devem se unir para evitar a proliferação deste vírus. Entretanto, esse requisito foi/é explicável, diante das medidas de prevenção encontradas.

REFERÊNCIAS

PASSOS, E; WALTER, M. T. M. T.. **Pandemias do passado, lições para o futuro e um pouco legislação**. Cadernos de Informação Jurídica, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-61, jan./jun. 2020. Acessado 28 de Agosto de 2020. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.

NASCIMENTO.D.R.; SILVA.M.A.D; **A Peste Bubônica em Portugal e Brasil. Uma**

análise comparada (1899-1906).Disponível em:<https://www.uespi.br/site/wp-content/uploads/2013/09/Edi%C3%A7%C3%A3o%20completa%20-%20Revista.pdf#page=26> .Acessado em 28 de agosto de 2020.

MACHADO, Alcyone Artioli. **Infecção pelo vírus Influenza A (H1N1) de origem suína: como reconhecer, diagnosticar e prevenir.** J. bras. pneumol., São Paulo , v. 35, n. 5, p. 464-469, maio 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132009000500013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 ago. 2020.

HENRIQUES, CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA; VASCONCELOS, WAGNER. **Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil.** Estud. av., São Paulo , v. 34, n. 99, p. 25-44, Aug. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200025&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Aug. 2020. Epub July 10, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.003>.

44

Rev. Pública de Saúde, GEROLOMO, LF MARIA. CÓLERA. São paulo, ano de 2000.
SOUZA, Diego de Oliveira. **A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 25, supl. 1, p. 2469-2477, jun. 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 set. 2020. Epub 05-Jun-2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>.

A PEDAGOGIA DO MULTILETRAMENTO NA LITERATURA INFANTIL

Nelcileide Alvino
Simone Peres
Suely Pinheiro
Michel Ribeiro
Vânia Silva
Érica Garcez

RESUMO

Quando a criança chega na escola ela já vem letrada, ou seja, ela já possui uma visão de mundo, e é a partir desse letramento que iniciasse um processo de alfabetização, para que ela adquira a competência de ler e escrever, e o multiletramento vem com uma proposta mais ampla para inovar esse processo de aprendizagem. Portanto, o presente artigo teve como objetivo principal enfatizar a importância da literatura e o multiletramento para o aprendizagem da criança

Palavras-chave: Literatura Infantil, Influência, Leitura, Aprendizagem.

ABSTRACT

When the child arrives at school he is already literate, that is, he already has a worldview, and it is from this literacy that he starts a literacy process, so that he acquires the competence of reading and writing, and multiliteracy comes with a broader proposal to innovate this learning process. Therefore, this article aimed to emphasize the importance of literature and multiliteracy for children's learning

Keywords: Children's Literature, Influence, Reading, Learning.

1. INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo o ensino da leitura vem sendo transformada, pois as crianças começam bem mais cedo a ser inserido na sociedade, e com isso a maneira de ensinar também mudou. Sendo assim o aprendiz é inserido num mundo letrado, com vários impulsos, isso para que a criança possa se interessar pela leitura, facilitar a suas descobertas e também sua aprendizagem. Esse entendimento em relação a aprendizagem através da leitura começa antes mesmo da criança frequentar uma instituição escolar, ALLIENDE, CONDEMARIN (2005), diz que;

Com bases em pesquisas realizadas em várias partes do mundo, como Estados Unidos e Colômbia, estudiosos defendem que a estimulação das crianças deve ser efetivada desde cedo. E muito embora os estudos mostram que a linguagem oral seja o ponto de partida para o letramento, outras estratégias devem ser implementadas como: envolver as crianças em um ambiente letrado; contar e ler, alternadamente, histórias para elas; realizar leituras compartilhadas; e brincar de ler.

Existem vários sentidos para a palavra literatura, sendo que para LAJOLO, (2001, p. 35);

Como participante das propriedades da linguagem, ao simbolizar e, simbolizando, afirmar e negar simultaneamente a distância entre o mundo dos símbolos e o mundo dos seres simbolizados – literatura pode ser entendida como uma situação especial de uso de linguagem

que, por meio de diferentes recursos o arbitrário da significação, a fragilidade da aliança entre o ser e o nome e, no limite, a irredutibilidade e permeabilidade de cada ser.

Em se tratando do multiletramento a BNCC (2015), trata como fundamental, no ensino da área de linguagens, diz ainda;

Que é um termo criado na década de 90 por um conjunto de acadêmicos (New London Group) empenhados no desenvolvimento de uma nova pedagogia de alfabetização. Segundo Mary Kalantzis e Bill Cope, membros deste grupo, o termo se refere a dois grandes aspectos da comunicação e da representação na atualidade: a variedade de convenções de significados nas diferentes esferas da vida (cultural, social ou de domínio específico) e a multimodalidade resultante das características dos novos meios de informação e comunicação. ANGLO, BNCC (2015).

Podemos dizer que a literatura infantil tem várias possibilidades de multiletramento, pois existem estratégias e práticas de leitura que começam quando a criança ainda é um bebê. O contato com as narrativas literárias começa com a escuta de cantigas e contos por eles ainda no berço ou no seio da mãe e não se limita somente ao texto oral. Com o passar do tempo vão ser apresentados a eles os livros que dão a possibilidades de leitura, mediadas pelo professor ou alguém da família. É muito importante o contato com os livros, desde muito pequenos, principalmente os literários, com isso começam a compreender dando sentido ao que está ao seu redor e essa compreensão do mundo é o primeiro estágio para aprender a ler também o escrito.

46

2. METODOLOGIA

Nesse artigo a pesquisa bibliográfica foi realizada no intuito de mostrar a importância que a literatura e o multiletramento trazem para a aprendizagem da criança. A metodologia abordada neste trabalho foi baseada em pesquisa bibliográficas em artigos acadêmicos e revistas eletrônicas, e tem por objetivo demonstrar como a literatura infantil e o multiletramento pode contribuir no processo de ensino aprendizagem.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

A Literatura infantil inovou trazendo inúmeras possibilidades de multiletramento, ou seja, o leitor da atualidade deparam se com imagens, sons, movimentos e com a escrita, nesse contexto existem também vários elementos visuais, sonoros, gestuais, linguísticos que, combinados, e modifica o conceito letramento. A leitura influencia de forma positiva o processo de aprendizagem da criança e do adolescente, Segundo Morais, (1996, p. 45);

Por meio de um estudo criterioso e da análise de questões importantes relacionadas a leitura e a escrita encontra-se uma ligação intrínseca entre a concepção sobre o que vem a ser linguagem e sobre o que se entende por ensinar.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), traz a importância da leitura para aprendizagem da criança ela define que o multiletramento é uma abordagem muito significativa para o ensino e também na linguagem, o multiletramento surgiu em meados dos anos 90 por um grupo de acadêmicos que se juntaram para que pudessem desenvolver uma pedagogia mais ampla de alfabetização, eles buscaram uma forma diferente onde a leitura busca introduzir de forma significativa, incluindo os pontos de vista de uma vida cultural, social uma atualidade mais rica em meios de processos de comunicação e informação, fazendo com que a linguagem linguística alcance formas de interação em diversos contextos sociais, nesse sentido a busca por uma alfabetização não como a tradicional que se baseia apenas numa só língua, mas que pudessem quebrar paradigmas.

As características do multiletramento são importantes porque são interativos e ao mesmo tempo colaborativos, porque podem modificar as relações de poder já estabelecidos, são híbricos porque há uma mistura de culturas, essas características mostram que pode-se trabalhar de formas amplas e diferentes usando linguagem ou textos mais criativos, como por exemplo imagens, sons e movimentos, tanto a leitura quanto o multiletramento são importantes no processo de ensino e aprendizagem. São capazes de despertar o interesse da criança, tornando assim possível, levar conhecimento, e entretenimento para o desenvolvimento da aluno, em sala de aula podemos utilizar textos linguísticos de fácil compreensão isso faz com que o aluno tenha um olhar diferente para educação.

O multiletramento é definido por desenvolver um olhar diferente para a contemporaneidade e também a semiótica, que são a construção de textos onde ela transmite e se comunica, a literatura e o multiletramento tem avançado em relação os aspectos linguísticos. Ainda segundo o autor MORAIS (1996);

Desde muito cedo, ainda que não falem fluentemente, as crianças têm capacidade de fazer uso da linguagem oral para as mais diversas finalidades: pedir, solicitar, determinadas ações ou objetos, assim como manifestar seus sentimentos, indagar, explorar o mundo ao seu redor (MORAIS, 1996,p. 54).

A proposta de uma pedagogia dos multiletramentos surgiu em 1996 em um manifesto de professores e pesquisadores americanos, como resultado de um colóquio do Grupo de Nova Londres (GNL), onde se questionou os propósitos da educação de forma geral e de novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea. O documento sugeria anexar na prática escolar a diversidade de mídias, linguagens e de culturas introduzidas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. multiletramentos vai além, então, das noções de letramento e de letramentos múltiplos, a proposta é que a escola forme cidadãos capazes de analisar e debater sobre o assunto da multiplicidade de culturas e também de canais de comunicação que o rodeiam, podendo assim, participar de forma ativa , seja no aspecto profissional ou pessoal .

As escolas devem incorporar o que se chama de repertório de mundo do aluno, ou seja, da cultura local que este estudante leva para a sala de aula, sendo o multiletramento, de suma importância, as escolas precisam se atentar às novas tecnologias e reconhecer como essencial mediadora entre a sociedade, as diversas culturas e diferentes meios de comunicação, sabemos que muitos fatores podem interferir nas tentativas de cumprimento desse papel em sala de aula, no entanto deve se observar nas práticas escolares o ponto de partida para o debate sobre os desafios e possibilidades de aplicabilidade do tema multiletramentos, para FLECK, (2011);

Realidade da escola e do aluno se torna um importante instrumento auxiliador de ensino para o professor, contribuindo de forma positiva no desenvolvimento das aulas de modo que o ensino não seja um fator obrigatório repetitivo e cansativo não trazendo realização na esfera pessoal despertando o interesse pelo conhecimento e pela leitura (FLECK, 2011, p. 46).

São vários os métodos adotados para a inserção do multiletramento no processo de construção do saber, pode-se propor trabalhar atividades voltadas para o multiletramento direcionado a desenvolver tarefas de ensino e aprendizagem voltadas para as práticas sociais das linguagens e dos textos em circulação, principalmente os de suportes virtuais, multimodais. Os Multiletramentos permitem a construção de sentidos a partir de múltiplos textos forma multimodal possibilitando aprendizagens contextualizadas e efetivas na prática cotidiana. Em se tratando do uso da tecnologia exercício da leitura e da escrita que atendam as sala de aula Moita Lopes (2010);

Mas como entender os novos letramentos digitais

como práticas sociais situadas? Justamente porque tais letramento envolvem a participação conjunta de significados, mediada por instrumentos multissemióticos (textos, imagens, vídeos, sons, etc.), em comunidades de práticas no mundo digital(...) (MOITA LOPES, 2010, p.398).

A incorporação das tecnologias digitais na escola é entendida como "veículos de linguagens", podendo proporcionar processos de ensino-aprendizagem interativos, interdependentes de forma integrada com a realidade dos sujeitos envolvidos. Os fundamentos teóricos metodológicos no ensino de ciências em séries iniciais do fundamental é importante analisarmos os principais conceitos e categorias a serem trabalhados é necessário que haja conteúdos ligados a diretrizes da legislação educacional brasileira BNCC. Para trabalhar em séries iniciais é essencial o recurso de livros didáticos pedagógicos; desenvolver experimentos que estejam relacionados ao conteúdo aplicado um bom planejamento. Outro fator importante é fazer com que os alunos tenha uma participação ativa. É fundamental trabalhar com a ciências nos anos iniciais sendo assim o docente pode inserir alguns experimentos ao seus alunos ,essas experimentações será eficaz porque o discente alcançará mais conhecimento através dos resultados. O conceito da avaliação relaciona se a parte da determinação do ato ou ação, nesse caso o docente poderá avaliar seus alunos de forma coerente; mesmo que seja no ensino fundamental é viável que o aluno tenha interesse pelo ato de aprender; a prática da avaliação pode ser feita de acordo com os conteúdos direcionados pelo docente. Segundo Antunes (2008, p.8), a avaliação no ensino aprendizagem ela não se constitui em uma matéria pronta ou discussão finalizada ele afirma que é bem mais ampla , porque o professor precisa observar e avaliar todas as ações elaboradas . A avaliação poderá ser feita por exemplo através de conteúdos , o docente poderá avaliar a interação a participação , se o aluno tá absorvendo essa prática , seja numa roda de conversa , dinâmica, brincadeiras e até mesmo jogos . Essa avaliação é feito de acordo com o interesse e desenvolvimento do aluno .

49

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos obstáculos encontrados no processo de alfabetização e letramento da criança, a literatura infantil e as possibilidades do multiletramento são indispensáveis, pois, vem favorecendo e incentivando a leitura e a escrita graças a vários recursos existentes, assim permitindo que a criança ingresse no

mundo da cultura e da escrita, isso faz com que o aprendiz goste de ler e ouvir, e por consequência tornar-se leitor. Com o passar dos tempos através das inovações e modernidades tais como a tecnologia, o aluno está se interessando mais pela leitura e ao mesmo tempo facilitando o processo do ensino aprendizagem instigando o interesse pelo ato de ler.

Quando a criança chega na escola ela já vem letrada, ou seja, ela já possui uma visão de mundo, e é a partir desse letramento que iniciasse um processo de alfabetização, para que ela adquira a competência de ler e escrever, e o multiletramento vem com uma proposta mais ampla para inovar esse processo de aprendizagem.

A literatura infantil caminha junto com o multiletramento, pois ambos despertam o gosto pela leitura e o interesse das crianças. Portanto a proposta é que as escolas forme cidadãos capazes de analisar e debater sobre a multiplicidade das culturas, dos contatos com os livros para possibilitar a criança na aprendizagem contextualizadas na prática cotidiana. O uso dessas tecnologias estará mais propenso a ter êxito em preparar seus alunos não só nos aspectos conceituais, mas também os preparando para futuros leitores.

50

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLIENDE, Felipe; CONDEMARÍN, Mabel. **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. 8.ed.

FRITZEN, Celdon. Cabral, Gladir da Silva (orgs.). **Infância: Imaginação e Educação em Debate**. Papirus, Campinas, SP, 2011.

LAJOLO, M. **Literatura: Leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001, p.7-12, 29-44 e 113-122. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANZ Rodrigo de Paula Ramos, **Área de linguagens da BNCC: o que é multiletramento?** Anglo 2016, Disponível em: **<<http://anglosolucaoeducacional.com.br/area-de-linguagens-da-bncc-o-que-e-multiletramento>>**.

MORAIS, José. **A arte de ler**. UESP, São Paulo, 1996.

DIVERSIDADE RACIAL NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE REVISÃO

Fernanda Martins Faria
Déborah Malaquias de Paula
Rosângela Matos dos Santos
Vanessa das Ilhas Silva
Bheatriz Borges Ferreira Pinheiro de Sousa
Bethânia Silva Stival.
Manoela Marilda Batista Barbosa

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discutir sobre a diversidade racial a nível mundial, dando ênfase no estado de Goiás. Observaram-se diversas informações de como se dá a diversidade racial na Educação Infantil. Buscando sempre transparecer a realidade que nos rodeia. Discorremos sobre a importância de se saber ensinar a criança sobre respeitar o próximo independente de sua cor de pele e enfatizando as diversas formas de como se aplicar em sala de aula. Chegamos à conclusão que é de suma importância ensinar para a criança sobre as diversidades raciais que se tem em seu país, explicar a ela que se tem pessoas de diferentes raças.

Palavras-chave: Diversidade; Diversidade Racial; Projeto.

ABSTRACT

This study aimed to discuss racial diversity worldwide, with an emphasis on the state of Goiás. There was a variety of information on how racial diversity occurs in early childhood education. Always seeking to show the reality around us. We discussed the importance of knowing how to teach the child about respecting others regardless of their skin color and emphasizing the different ways of how to apply in the classroom. We have come to the conclusion that it is extremely important to teach the child about the racial diversity that you have in your country, explain to him that you have people of different races.

Keywords: Diversity; Racial Diversity; Project.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é o cenário em que se inicia a formação escolar do indivíduo. Nesta fase, um dos objetivos do educador é que a criança seja capaz de desenvolver habilidades sociais de interação entre as pessoas e seu meio. As diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil destacam que as propostas pedagógicas dessa instituição devem considerar a criança como o centro do planejamento curricular, sendo esta um sujeito histórico e de direitos e que devem ser assegurados a ela "o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, bem

como o combate ao racismo e discriminação”. (BRASIL, 2009, art. 9, inciso VII).

Pensando a escola como esse ambiente em que as diferenças se encontram e são vivenciadas constantemente, é importante que se ensine a respeitá-las e a conviver harmoniosamente com elas. É interessante observar que mesmo as crianças menores já são capazes de reconhecer possíveis diferenças e semelhanças entre si e os participantes do seu grupo e identificar as características de cada uma delas. Diariamente, o professor é capaz de verificar situações em que seus alunos percebem diferenças e semelhanças físicas e sociais que interferem nas escolhas e posturas diante das atividades propostas. Na busca por compreender como essas interações sociais acontecem e como eram vivenciadas pelas crianças na faixa etária que corresponde à Educação Infantil, buscamos como aporte teórico autores como Vygotsky (1998) que descrevem a relevância das interações na vida dos indivíduos. Também embasam as análises nos estudos sobre as relações étnico-raciais, principalmente as que privilegiam a temática racial na Educação Infantil (CAVALLEIRO, 2000; DIAS, 2007; TRINIDAD, 2011;).

2. METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido a partir de um processo, onde primeiramente foi feito uma busca de dados e informações através de livros, artigos e sites da internet. Com trocas de pesquisas entre os integrantes do grupo, tendo em base referenciais importantes e confiáveis. Buscou-se utilizar de uma apresentação de um projeto escolar sobre a diversidade racial, onde ocorreu peça teatral, para enfatizar sobre o conceito de saber histórico, em sala de aula ao vivo. Quanto a natureza de pesquisa: uma pesquisa básica, objetiva gerar novos conhecimentos para avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Quanto a abordagem: pesquisa qualitativa: considera que existe um mundo entre e o sujeito que não pode ser traduzida em números.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

3.1 A LEI 10.639/03

A trajetória de regulamentação e da aprovação da Lei n 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Deveria ser mais conhecida pelos educadores das escolas públicas e privadas do país. Ela se coloca em um processo de luta pela superação do racismo na sociedade Brasileira e tem como protagonista o

movimento negro e os demais grupos e organizações participantes da luta anti racistas.

Mostra também uma atenção na postura do estado, ao colocar em execução iniciativas e práticas de ações afirmativas na educação básica Brasileira, conceituadas como uma correção de desigualdades históricas que incomodam a população negra em nosso país.

No início do século XXI, quando o Brasil mostra avanço na implantação da democracia e na superação das desigualdades sociais e raciais, é também um dever da democracia da educação escolar e das instituições públicas e privadas de ensino a execução de ações , projetos , práticas, novos desenhos curriculares e novas posturas pedagógicas que cumpram a regulamentação legal da educação como um direito social e incluam nesse direito a diferença.

A sanção de tal legislação significa uma mudança não só nas práticas , mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso que também são a população negra. Tais ações são suscetíveis de avaliações e tem caráter emergencial , sobretudo no momento em que entram em vigor. Elas podem ser realizadas por meio de cotas, projetos, leis, planos de ação, Entre outros.

53

Ao inserir a discussão sistemática das relações étnico-raciais e da história cultural Africanas e Afro-Brasileiras, essa legislação impulsiona mudanças significativas na escola básica brasileira articulando o respeito e o reconhecimento a diversidade étnico-racial .Ele altera uma Lei Nacional e Universal, a Lei n 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) o seu cumprimento é obrigatório para todas as escolas e sistema de ensino.

3.2 DIVERSIDADE RACIAL EM GOIÁS

A causa racial tem sido enfrentada a muito tempo, e está relacionado a cor da pele, até culturas e etnias. que convenções sociais se transformam em verdades dá origem a falta de visibilidade aos preconceitos, forma de dominação ideológica e cruel, porque não é diagnosticada por dominantes e nem por dominados.(GUIMARÃES,2004)

Em Goiás, a causa étnica foi abraçada pelo Governo do Estado, e a SUPIR (Superintendência de Promoção da Igualdade Racial) traz o compromisso do Estado para a superação das desigualdades raciais e a proteção dos direitos individuais e dos grupos étnico-raciais afetados pelas intolerâncias.(GOIÁS,2003) Reconhecer as enormes diferenças que separam ricos e pobres, negros e brancos,

as pessoas tidas como normais e os considerados deficientes, é o fator inicial para se contornar, em médios e longos prazos, tamanha desigualdade.

Alguns programas já foram arquitetados para iniciar a reforma pela democracia, como a concessão de bolsas de estudo universitária aos estudantes carentes, mas é preciso realizar ações de estruturação social.

É importante ressaltar que o Estado de Goiás é pioneiro em ações de desenvolvimento para comunidades entre Quilombos e Ciganos, que ativos culturalmente, recebem a atenção governamental.

Em Goiás está situado o maior aglomerado de quilombolas do Brasil, abrigando igualmente, a Comunidade Kalunga, o maior em extensão e população. Ao todo são 135 comunidades divididas em 35 municípios, uma prova de que a diversidade existe, de que o esforço em perpetuar a riqueza de nossa cultura, resultará, principalmente, na valorização de todos em igualdade de direitos.

Segundo o relatório de desenvolvimento humano, revela-se grande distância na educação e nas ocupações entre os brancos do país. Sessenta por cento (60%) dos afro-brasileiros estavam na condição de não-escolarizados, ou de analfabetos funcionais. Quanto ao ingresso na universidade, os dados são: 18% dos(as) negros(as) têm possibilidade de ingressar na universidade, enquanto esta possibilidade para os(as) brancos(as) é de 43%. A pequena remuneração paga a maioria dos negros e negras e a falta de acesso aos postos melhor remunerados, mesmo em nível semelhante de escolaridade, são as consequências práticas do preconceito, como já mencionado. Um reflexo da visão preconceituosa contra os negros e negras revela-se também na forma com que as pesquisas de tema étnico-racial são abordadas nas próprias universidades. Têm-se verificado que, em determinados centros, adotam-se uma visão deturpada dos(as) negros(as) em que eles são responsabilizados por desordens sociais. Tais pesquisas, dissociando dados quantitativos de uma abordagem crítica, que ofereça os porquês de índices de violência, miséria e evasão escolar tão altos entre a população negra, indica que na visão dos cientistas, o negro tornou-se objeto de ameaça, sendo sua inserção um problema materializado em tabelas preconceituosas, e não um desafio ético e humano, típico de uma sociedade que se propõe justa. (GOIÁS, 2003. p.17)

O papel da escola é de fundamental importância no combate ao racismo e na implantação de medidas que permitam um mínimo de qualidade no acesso aos diferentes níveis de ensino, desde creches e jardins de infância às Universidades.

A base da proposta de ação do Governo do Estado de Goiás na área educacional priorizou a implementação da Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e a ampliação das políticas públicas e a efetivação de estudos para implantação de políticas compensatórias rumo à justiça social. Nesse sentido, a Secretaria de Educação tem demonstrado respeito e engajamento à Causa Étnica.

3.3 DIVERSIDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola é um importante espaço de socialização. As crianças estão na escola durante parte considerável de seu dia, e muitas vezes as pessoas que trabalha na escola são aquelas com quem vão ter uma relação mais próxima por mais tempo durante a semana; na escola são construídas relações afetivas, desenvolvem-se conceitos e autoconceitos, é um dos espaços importantes na vida dessa crianças.

Reconhecendo a importância desse espaço para a constituição do caráter dos indivíduos, nos propomos aqui a pensar em como essa escola pode sim estar alinhada com a diversidade racial, o papel da escola, neste contexto, e dos seus profissionais é desenvolver um trabalho voltado para conscientização das crianças, a respeitar às diferenças desde os primeiros anos de escola, a escola deve ensinar valores éticos sobre o respeito a diversidade racial são medidas como essas que podem garantir a construção de uma sociedade mais igualitária que respeita e considera as diferenças.

Pensando na criança, Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano se dá no meio social em que o indivíduo vive. Para ele, desde que a criança nasce ela é um ser social e para desenvolver-se necessita estar em contato com o meio, pois as interações sociais são elementos fundamentais na construção do indivíduo.

Essas interações possibilitam avanços no nível de desenvolvimento, aprendizado de novas atividades, significados e conceitos. Para Vygotsky (1998), o desenvolvimento do indivíduo se dá na relação com o ambiente sociocultural em que vive. A diversidade étnico-racial se apresenta cotidianamente nas relações interpessoais, no pertencimento étnico-racial da comunidade escolar, nas brincadeiras, nas diferentes formas de linguagens corporais e artísticas, nas práticas docentes, na arquitetura e localização da escola. A escola não é uma instituição isolada da sociedade, portanto produz e/ou reproduz contradições históricas, sociais, raciais e econômicas.

A questão racial se tornou obrigatório no currículo escolar através da Lei 10.639 de 2003, nela decreta a inclusão do ensino de História e da cultura afro-brasileiras na Educação Básica. Com isso, para trabalhar Diversidade Racial na Educação Infantil é preciso primeiro que elas tenham o conceito de preconceito, racismo e discriminação, para terem noção do quanto prejudicial será se praticarem

com os colegas em sala de aula.

Podemos incentivar o combate ao preconceito na escola trabalhando com roda de conversa sobre identidades mostrando jornais e revistas e dando espaço para que a criança se identifique, exibindo vídeos e contos que valorizam o respeito às diferenças e a importância dele em nosso convívio.

Algumas outras ideias a ser trabalhada em sala de aula é incluir bonecos negros nos brinquedos para que a criança crie laços com esse divertimento, podemos também colaborar com músicas, danças, comidas e artes típicas da cultura afro-brasileira, isso faz com que estimule a criança a contribuir o respeito com a sociedade afro-brasileira.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É fundamental abordar as diversidades raciais na educação infantil, para que desde os primeiros anos as crianças construam uma autoimagem positiva, respeitando e valorizando as diversidades.

A importância desse tema é indispensável para a transformação na sociedade, em busca de uma educação para todos, respeitando suas diferenças.

Não basta apenas ensinar os conteúdos didáticos, é preciso ir além, formando desde os primeiros anos de escolaridades cidadãos conscientes. É papel de a escola tratar essa temática valorizando as diversidades, promovendo a igualdade de todos, o respeito e o combate a qualquer tipo de preconceito. Só assim teremos uma sociedade mais igualitária.

Há algumas formas que ajudam a aplicar na escola o igualitarismo. Nas escolas deve haver bonecas diversas para que ao brincar, as crianças sejam estimuladas a valorizar e respeitar as diversidades. Além disso, pode-se fazer oficinas em que elas construam bonecos de si mesmos, valorizando a autoestima. As brincadeiras constroem identidades, fazem esboçar emoções e simulam situações cotidianas de seus próprios comportamentos e das pessoas ao seu redor.

Compreendemos assim, que a abordagem e a valorização das diversidades étnico-raciais na educação infantil são de extrema importância e podem contribuir não só para a formação educacional e cultural do aluno, mas como uma eficiente ferramenta de transformação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho era informar sobre a diversidade racial, tanto

em Goiás quanto nos outros lugares do mundo. Durante o artigo foi observado diversas informações de como se dá a diversidade racial na Educação Infantil. Buscando sempre transparecer a realidade que nos rodeia. Discorremos sobre a importância de se saber ensinar a criança sobre respeitar o próximo independente de sua cor de pele e enfatizando as diversas formas de como se aplicar em sala de aula. Chegamos à conclusão que é de suma importância ensinar para a criança sobre as diversidades raciais que se tem em seu país, explicar a ela que se tem pessoas de diferentes raças.

5. REFERÊNCIAS

MENEZES, D. **Como trabalhar as relações raciais na pré-escola**. 2007. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/130/como-trabalhar-as-relacoes-raciais-na-pre-escola>. Acesso: 24/08/2020.

ESPIN, L. A. **A importância de trabalhar as questões raciais na ED. Infantil**. 2016. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/11178/a-importancia-de-trabalhar-as-questoes-raciais-na-ed-infantil>. Acesso: 24/08/2020.

SANTOS, G. **A importância de trabalhar questões étnico-raciais na educação infantil é tema de pesquisa na UFLA**. 2019. Disponível em: <https://ufla.br/noticias/pesquisa/12934-a-importancia-de-trabalhar-questoes-etnico-raciais-na-educacao-infantil-e-tema-de-pesquisa-na-ufla>. Acesso: 24/08/2020.

57

PINO, A. A criança e seu meio: contribuição de Vygotsky ao desenvolvimento da criança e à sua educação. *Psicol. USP*, vol.21, n.4, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000400006&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 24/08/2020.

SANTIAGO, V. O desafio da escola no enfrentamento ao racismo é olhar para si mesma. 2017. Disponível em: <https://palavradepreta.wordpress.com/2017/04/07/o-desafio-da-escola-no-enfrentamento-ao-racismo-e-olhar-para-si-mesma-3/>. Acesso em: 24/08/2020.

GOIÁS, Secretaria de Políticas Para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. 2003 Plano de promoção da igualdade racial. Página 11. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_210_cartilha_igualdade_racial.pdf. Acesso: 24/08/2020.

GOIÁS, Secretaria de Políticas Para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. 2003 Plano de promoção da igualdade racial. Página 17 Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_210_cartilha_igualdade_racial.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

GUIMARÃES, A. *Revista Antropologia* vol.47 no.1 São Paulo 2004. Disponível em : https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100009. Acesso: 24/08/2020.

SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS

Alessandra Alves Martins
Bruna Costa Guimarães
Marcus Vinícius Martins
Patrick Mickael Soares Gomes
Priscila Maria do Couto
Valéria Batista de Araújo
Nathália Siqueira Sardinha da Costa Gomes

RESUMO

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados o SNGPC, monitora as movimentações de entrada (compras e transferências) e saída (vendas, transformações, transferências e perdas) de medicamentos comercializados em farmácias e drogarias. Sabendo disso, o presente artigo objetivou compreender como funciona a fiscalização diante de antimicrobianos e psicotrópicos comercializados nas drogarias e farmácias de todo o território nacional.

Palavras chave: Sistema, Controlados, Fiscalização, Monitoramento.

ABSTRACT

The National System for the Management of Controlled Products, the SNGPC, monitors the movements of entry (purchases and transfers) and exit (sales, transformations, transfers and losses) of medicines sold in pharmacies and drugstores. Knowing this, the present article aimed to understand how the inspection before antimicrobials and psychotropic drugs works in drugstores and pharmacies all over the national territory.

Keywords: System, Controlled, Inspection, Monitoring.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados o SNGPC, monitora as movimentações de entrada (compras e transferências) e saída (vendas, transformações, transferências e perdas) de medicamentos comercializados em farmácias e drogarias. (ANVISA, 2008)

Os medicamentos que se enquadram a esse sistema são os da Portaria 344/1998 (como os entorpecentes e os psicotrópicos) e os antimicrobianos. O SNGPC substituiu de forma gradual, entre 2007 e 2008, a escrituração tradicional, em que as informações ficavam apenas na empresa, pela escrituração obrigatoriamente eletrônica, com transmissão dos dados para a Anvisa. (ANVISA)

O consumo indevido de medicamentos, e de especificamente psicotrópicos, representa um grande problema de saúde pública. De acordo com o relatório anual de 2005 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) o Brasil é maior consumidor mundial per capita de anfetaminas com finalidade

emagrecedora. (PFARMA, 2012)

É necessário, portanto, bem como responder de forma efetiva à sociedade, fortalecendo a ação fiscalizatória dos órgãos competentes, frente ao uso abusivo e indiscriminado dos medicamentos entorpecentes, psicotrópicos e seus precursores. (FABIO, 2012)

As regras do SNGPC foram estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº. 27, de 30 de março de 2007. (DUARTE, 2018) Tais como:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, constituído por instrumentos informatizados de captura e tratamento de dados, disponibilizados via internet, sobre produção, circulação, comércio e uso de substâncias ou medicamentos sujeitos a controle especial.(MINISTÉRIO DA SAÚDE,2007)

Art. 2º - Os procedimentos para dispensação e manipulação de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial em drogarias ou farmácias ficam submetidos ao tratamento administrativo obrigatório do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC, constituindo o primeiro módulo do referido sistema, a ser implantado nos termos desta Resolução.(MINISTÉRIO DA SAÚDE,2007)

59

O SNGPC tem por objetivo monitorar a dispensação de medicamentos e substâncias entorpecentes e psicotrópicas e seus precursores, permitir o monitoramento de hábitos de prescrição e consumo de substâncias controladas em determinada região para propor políticas de controle, além de enfatizar a importância de se usar antimicrobianos e psicotrópicos racionalmente.

2. METODOLOGIA

No tema abordado sobre sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados foram feitas pesquisas relacionadas em livros e artigos por meios eletrônicos em plataformas como google acadêmico, scielo , bvs, em inglês e português, nos anos entre 2007- 2020, a fim de poder compreender como funciona a fiscalização diante de antimicrobianos e psicotrópicos comercializados nas drogarias e farmácias de todo o território nacional .

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes da criação do SNGPC, o registro dos medicamentos e substâncias era realizado de forma manual. Por conta dessa metodologia, o acesso às informações

era bastante lento, fazendo com que o controle realizado pela ANVISA se tornasse insuficiente, ocasionando demora na resolução de problemas.

Com o sistema instalado na empresa, é possível consultar rapidamente todas as substâncias que têm algum tipo de controle especial com apenas alguns cliques. O acesso é realizado em tempo real, o que permite que os farmacêuticos consultem receitas e, assim, verifiquem se há algum desencontro de informações nas indicações (COMFAR, 2008).

3.1 Como implantar o SNGPC pelo Intellitools (2018)

Primeiro tem que baixar o programa é instalar igual a todos programas baixado pela internet. Ao acessar pela primeira vez o programa, o assistente de configurações iniciais será aberto. Clica em avançar para continuar, em seguida preencher corretamente os dados do responsável técnico para o estabelecimento. Estes dados serão necessários para fazer acesso a ANVISA. Depois de colocar os dados, clicar em avançar, aguarde para que os dados sejam recuperados da ANVISA. Selecione sua empresa sendo Farmácia ou Drograria e clica em avançar. Selecione o tipo de operação do programa escolhido para o estabelecimento, são eles: Drograria(Movimentações de medicamentos), Farmácia de Manipulação (Movimentos de insumos/Matéria prima) ou os dois(Drograria e Farmácia de Manipulação). Então é só fazer a confirmação para concluir o assistente. Logo após, clique OK para esperar o processo de importação do inventário, uma observação importante é que ao importar o inventário, o sistema ficará com as informações da ANVISA, sendo assim , não precisará fazer o recadastramento manual do inventário no software.

Portanto depois de concluirmos o inventário, o RT deverá enviá-lo para o sistema. A duas formas para realizar essa operação. Temos a primeira opção, que podemos enviar para o próprio sistema. A segunda é mandar o relatório em formato XML no portal da agência. Basta inserir o e-mail, a senha e carregar o arquivo como é indicado para subir as informações para (DNA, 2017).

De acordo com a empresa DNA Sistema (2017), o sistema tem vários benefícios, para quem está empreendendo no ramo farmacêutico por exemplo: Com o sistema instalado na empresa, terá o controle de tudo que entra e sai no seu estabelecimento, conseguirá um acesso rápido sobre todas as substâncias que tenham algum tipo de controle no Brasil, o que permitirá que os farmacêuticos consulte em tempo real se há algum desencontro de informações nas indicações.

Desde então vale ressaltar, que o software não é disponibilizado pela ANVISA. Os empreendedores terão que desenvolver seus próprios programas ou contratar um serviços especializados. A implementação do sistema além da sua eficácia e rapidez, passou também a ser obrigatória para a formalização de um negócio, desde a legislação RDC N. 27, do dia 30 de março de 2007 para drogarias e farmácias particulares. (DNA, 2017).

O governo monitora esses dados do SNGPC rigorosamente, pois podem municiar ações educativas e decisões regulatórias por parte do governo federal, inclusive fiscalizar e controlar o sistema nacional de vigilância sanitária em drogarias e farmácias em todo o brasil. As penalidades para farmácias e drogarias são bem rígidas, casos mais comuns, tanto para os estabelecimentos e pessoas envolvidas é o de não envio do SNGPC e a detecção de fraudes nos dados enviados.(BLUESOFT, 2002).

Todas filiais e redes de farmácias ou drogarias devem credenciar e enviar os dados, pois a SNGPC controla o estoque e a movimentação dos remédios controlados. Então cabíveis a penalidades todos os estabelecimentos que não atendam a legislação estas previstas na lei número 6437, de 20 de agosto de 1977.(BLUESOFT, 2002)

61

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o contexto mencionado neste artigo fica-se claramente indispensável o uso dos relatórios SNGPC, pois assim a Anvisa tem controle sobre os medicamentos psicotrópicos e antimicrobianos, fiscalizando a obrigatoriedade da retenção da receita pela drogaria e farmácias em geral. O acesso pela vigilância sanitária fica ainda mais fácil através das entradas e saídas das notas, pois são lançados lotes e validades dos medicamentos.

Sendo assim os farmacêuticos gestores devem estar sempre atentos para envio dos relatórios nos prazos corretos, também ficar de olho na dispensação dos controlados pelos seus colegas de trabalho para que não haja uso indiscriminado por parte da população.

REFERÊNCIAS

ANVISA, SNGPC, 2007 Disponível em < <http://portal.anvisa.gov.br/sngpc> Acesso em 18 Ago. 2020.

Blog Bluesoft ERP. Blog de novidades e atualizações do Bluesoft ERP. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://blog.bluesoft.com.br/>> Acesso em 19 de Ago. 2020.

DNA Sistemas. Saiba mais sobre o SNGPC e a sua importância. Santo Antônio de

Pádua- RJ, 2017. Disponível em:<<https://dnasistemas.com/saiba-mais-sobre-o-sngpc-e-a-sua-importancia/>> Acesso em 19 Ago. 2020.

DNA Sistema. Saiba mais sobre o SNGPC eca sua importância. Santo Antônio de Pádua-RJ, 2017. Disponível em:<<https://dnasistemas.com/saiba-mais-sobre-o-e-sua-importancia/>> Acesso em 19 Ago. 2020.

DUARTE, Alex. SNGPC- O que é e para que serve. Bluesoft, 13 Julho 2018. Disponível em <https://blog.bluesoft.com.br/sngpc-o-que-e-e-para-que-serve/> Acesso em 18 Ago. 2020

Intellitools. Implantação do SNGPC: Como instalar e começar a utilizar o SNGPC. Curitiba, 2018. Disponível em:<https://www.intellitools.com.br/implantacao-do-sngpc/?gclid=Cj0KCQjw-O35BRDVARIsAJU5mQXUQJ_Ep9QNsrIr7URGiqcV8Y16bbxIzmNX18jPHIt6wZgLkwfJjDwaAs5QEALw_wcB> Acesso em 18 Ago. 2020.

PFAIZER, o que é o sistema SNGPC: apresentação. pfaizer, 2012. Disponível em <<https://pfarma.com.br/farmaceutico-drogaria-varejo/147-o-que-e-o-sistema-sngpc.html>> Acesso em 18 Ago. 2020.

DOCUMENTOS PEDAGÓGICOS NORTEADORES NO ENSINO E OS SABERES UTILIZADOS

Bethânia Silva Stival
Bheatryz Borges Ferreira Pinheiro de Sousa
Fernanda Martins Faria
Déborah Malaquias de Paula
Rosângela Matos dos Santos
Vanessa das ilhas Silva
Manoela Marilda Batista Barbosa

RESUMO

Este estudo teve como objetivo apresentar os saberes na educação com ênfase nos saberes histórico, escolar e docente. Fazendo uma breve análise nos documentos que norteiam o Ensino de História e os que ajudam na prática pedagógica, como: PCNs e BNCC. Os resultados apresentaram a importância dos saberes e como eles são aplicados e desenvolvido, trazendo uma breve introdução informativa sobre para que serve esses documentos norteadores para a prática pedagógica dos professores. Compreendemos que esses documentos são de suma importância na prática do professor, para a construção do conhecimento e formação dos docentes. As práticas educativas ainda necessita de um aperfeiçoamento mas significativo e renovador que transforme o ensino de história em algo prazeroso tanto para o aluno quanto para o professor.

Palavras-chave: Saber Histórico; Saber Escolar; Saberes Docentes; Documentos pedagógicos; PCNs.

ABSTRACT

This study aimed to present knowledge in education with an emphasis on historical, school and teacher knowledge. Making a brief analysis on the documents that guide History Teaching and those that help in pedagogical practice, such as: PCNs and BNCC. The results showed the importance of knowledge and how it is applied and developed, bringing a brief informative introduction about what these guiding documents are for the pedagogical practice of teachers. We understand that these documents are of paramount importance in the teacher's practice, for the construction of knowledge and training of teachers. Educational practices still need to be improved but significant and renewing that will transform the teaching of history into something pleasurable for both the student and the teacher.

Keywords: Historical Knowledge; School Knowledge; Teaching Knowledge; Pedagogical documents; PCNs.

1. INTRODUÇÃO

O artigo faz uma reflexão sobre a importância do Ensino de História no Ensino Fundamental destacando a metodologia do ensino, apresentado a importância dos objetivos da disciplina e mudanças metodológicas na sua prática planejando criar condições de superação do ensino tradicional. A partir deste estudo, compreendemos a prática dos professores e suas influências no desempenho da função docente. A pesquisa partiu das seguintes perguntas

norteadoras: 1) Como se constitui o saber histórico e sua relação com o saber escolar? 2) Quais os documentos norteiam o ensino da História e a prática pedagógica no Brasil? 3) O que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História? A pesquisa em questão teve como objetivo: Apresentar sobre os saberes e verificar a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs vol.5) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com suas propostas para o Ensino de História.

2. METODOLOGIA

Foram feitas pesquisas bibliográficas, busca de dados e informações através de livros, revistas, artigos e sites da internet, documentos tais com Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Com trocas de pesquisa e experiências entre os integrantes do grupo, tendo em base referenciais importantes e confiáveis como: Maurice Tardif, Paula Valéria Pilatti, Ana Maria Costa Monteiro, Katia Maria, e outros indicados. Buscou-se utilizar de uma apresentação teatral, para enfatizar sobre o conceito de saber histórico, em sala de aula ao vivo. Portanto, caracteriza-se como uma pesquisa básica de natureza qualitativa e descritiva.

64

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O saber é um conjunto de conhecimentos selecionados da cultura geral da sociedade para o ensino-aprendizagem e sua organização apresenta no currículo e matérias escolares, instituído conforme o propósito educacional. Segundo Monteiro (2003), no método, o currículo refere-se aos elementos culturais a serem apropriados (o conteúdo) e a didática cria a trajetória pedagógica essencial a tal apropriação (o método).

O saber histórico, está relacionado frequentemente a estudos compreendidos ao passado, e a fim de serem entendidos e buscando a compressão do presente, e novos objetivos para o futuro. Segundo Abud (2005), também está vinculada a teorias da aprendizagem e da didática, desenvolvendo pensamento mais reflexivos e críticos. Esse posicionamento vem se relacionando ao saber histórico escolar onde o intuito é o processo a ser construído que é a moral, a qual determine os valores dos justos e injustos, em uma perspectiva de um ideal inserido na vida.

De acordo com Abud (2005), o conhecimento histórico é a principal

ferramenta na construção dessa consciência histórica, que articula o passado com as orientações do presente e com as determinações do sentido com as quais o agir humano organiza suas intenções e expectativas no fluxo do tempo.

[...] Mas, é nas escolas que se estuda a História e onde se cruzam de modo que o comprometido o conhecimento científico e o conhecimento escolar, por que o ambiente escolar é privilegiado para que os alunos aprendam maneiras de pensar sobre o passado que deverão ajudá-los a se orientar no tempo, relacionando o passado, o presente e o futuro com suas vivências como seres temporais. As representações históricas que os alunos constroem emergem de determinados processos da vida humana prática, que interagem com o conhecimento escolar. (ABUD, 2005,p.28).

Entende-se que esses elementos devem estar intrinsecamente relacionados e refletem sobre as questões proximidade e distanciamento entre a ciência que ensina nas escolas e a ciência produzida pelos cientistas. A abordagem das questões educacionais é objeto de importante renovação teórica essencialmente aquelas concernentes à dimensão cognitiva/cultural e as atividades educacionais tudo faz parte do currículo. De uma visão Universal, egocentrista. elitista, prescritiva e normativa tornou-se a uma convicção tolerante relativista , pluralista baseado na visão antropológica e sociológica.

65

A escola mais do que um lugar de instrução de transmissão de saberes tornou-se considerada como um espaço configurado e configurador de uma cultura escolar onde se enfrentam diferentes forças e interesses sociais, econômicos, político e culturais. (FORQUIN,1993)

De modo que a percepção que constitui um saber escolar, baseando-se na compreensão de que a educação escolar não se limita a criar entre o que há disponível da cultura num dado momento histórico, mas tem por função tornar os saberes escolhidos efetivamente transmissíveis e assimiláveis. Monteiro (2003), diz que, para que tudo isso aconteça requer um trabalho de reorganização, reconstrução ou de transposição didática que dá origem a configuração cognitiva típica especialmente escolares capazes de compor uma cultura escolar com marcos que ultrapassa os limites da escola.

Segundo Pilatti (2015), o professor, no exercício de sua prática, se depara com uma variedade de situações que exigem diferentes saberes, que são mobilizados, construídos e reconstruídos durante o processo de ensino/aprendizagem.

Segundo Tardif (2002) os saberes dos professores são um conjunto de saberes provenientes de fontes variadas (dos livros didáticos, dos programas

escolares, dos conteúdos a serem ensinados, da experiência) os quais o autor apresenta em quatro categorias: saberes profissionais, disciplinares, curriculares e experienciais. O autor, faz uma distinção, entre os saberes que são adquiridos pela prática docente, daqueles que são atribuídos na formação.

De acordo com Pilatti (2015), os saberes profissionais são aqueles saberes adquiridos na formação inicial ou continuada dos professores, saberes que são baseados nas ciências e na erudição, são transmitidos aos professores durante a formação. A autora ainda diz que, os conhecimentos pedagógicos relacionados às técnicas e métodos também fazem parte dos saberes profissionais.

Pilatti afirma que, os saberes disciplinares são relacionados aos diversos campos do conhecimento, oriundos das disciplinas oferecidas pelas instituições formadoras (linguagem, ciências exatas, geografia). De acordo com Tardif (2002, p.38) esses saberes "emergem da tradição cultural e grupos sociais produtores de saberes".

Segundo Pilatti (2015) Esses saberes são formados por meio de situações específicas do cotidiano relacionadas a escola e estabelecidas com colegas de profissão e alunos.

[...]os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem – seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros educadores.(PIMENTA, 1999, p.20, apud PILATTI, 2025, p. 42294).

Dessa forma, os saberes por parte dos docentes são resultados de um processo histórico por meio do qual os professores transformam os conhecimentos a que tiveram acesso ao longo de sua formação e atuação profissional em saberes que são mobilizados no exercício da profissão.

Atualmente, os documentos que norteiam o ensino de história são eles LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Segundo a LDB (2007), todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados a história e a cultura afro-brasileira. A lei 10.639/2003 acrescentou a LDB dois artigos 26-A e 79-B.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de

novembro.

Segundo o site Nova Escola (2018), o ensino de história alinhado a BNCC, contempla dois pontos importantes: que o aluno possa aprender a relacionar o que aconteceu no passado com o presente, e que possam desenvolver uma visão crítica dos fatos. De acordo com a BNCC, é preciso “transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e das sociedades em que se vive”(BRASIL,2017, p. 401).

“A Base consagra um modelo de ensino mais próximo do que é realizado de fato pela maioria dos professores de História, sendo, portanto, muito mais realista e coerente”, afirma Oldimar Cardoso (2018). Sendo assim, os alunos não devem apenas aprender sobre os fatos de maneira distante ou fora de contexto a outros fenômenos e o próprio presente.

Para o PCN de história, segundo o site CTP, o professor deve possibilitar aos alunos que estes elaborem esses muitos saberes, constituindo assim o que se chama saber histórico escolar, o educador é o principal responsável pela criação das situações de estímulo para que o aluno construa entre estudado e vivido. O PCN no campo da história é contribuição para a superação da ideia de que o ensino de história deve influenciar valores no sentido da aceitação das desigualdades.

Segundo o site Sae digital (2019), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil, fundamental e médio. Deve-se criar planos de aulas adaptados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

De acordo com o site Sae Digital (2019), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) serve para:

- Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégia para apresentar e torná-los significativos com base na realidade do lugar e do tempo no qual os aprendizes estão situados.
- Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem.

“Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito!” (MEC)

Ou seja, uma nova organização de trabalho com os alunos, a BNCC quer que pense no desenvolvimento de habilidades comunicativas.

As PCNs apresentam suas propostas para o ensino de história e procuram traçar paralelos entre alguns elementos desse contexto e o seu conteúdo. O objetivo é demonstrar que o PCNs, compõe um fator de organização do currículo do ensino, e, portanto, consiste em um aspecto importante de saberes histórico.

Segundo a Introdução aos PCNs (1997), na reforma da educação brasileiras dos anos 1990, o MEC divulgou os Parâmetros Nacionais de 1ª a 4ª séries, em 1997; de 5ª a 8ª séries, em 1998, Ensino Médio, em 1999, acrescentando o PCN + (Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais), de 2002. O processo de elaboração dos PCNs passou por um estudo, a pedido do MEC, a Fundação Carlos Chagas, com base nesses estudos, elaborou se uma “versão preliminar” e houve um debate nacional, no qual participaram professores universitários, representantes de secretarias estaduais e municipais de educação, além de outros educadores e pesquisadores.

As propostas dos PCNs é trabalhar com eixos temáticos de acordo com as séries propondo ao aluno uma visão crítica e realista entre o passado e o presente.

Os PCNs apontam maneiras distintas de serem trabalhados os conceitos históricos, dando autonomia ao professor podendo escolher a melhor forma didática a ser trabalhados como sítios arqueológicos, edificações, plantas urbanas, mapas, instrumentos de trabalho, objetos cerimoniais e rituais, adornos, meios de comunicação, vestimentas, textos, imagens e filmes.

Levantar questões de antecipação do tema questionando aos alunos, quais suas ideias, opiniões, dúvidas ou hipóteses sobre o tema em debate e valorizar seus conhecimentos; propor novos questionamentos, fornecer novas informações, estimular a troca de informações, promoções de trabalhos interdisciplinares; desenvolvimento de atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos etc.)

De acordo com as PCNs o ensino de história deve partir do cotidiano da criança em seu tempo e espaço, incluindo contextos históricos, partindo do tempo presente e denunciando a existência de tempos passados, e também o modos de vida e costumes diferentes dos que conhecemos.

Desse modo, o professor deve trabalhar atividades que envolvam questionamentos, reflexões, análises, pesquisas, interpretações, e organizações de

conteúdos históricos. Dessa forma, faz-se necessário que o ensino de História promova uma reflexão crítica, a fim de que os indivíduos se reconheçam como agentes históricos.

É importante que a História seja entendida como o resultado da ação de diferentes grupos, setores ou classes de toda a sociedade. É importante que o aluno conheça a história da humanidade como a história da produção de todos os homens e não como resultado da ação ou das ideias de alguns poucos. Neste sentido, o ensino dessa disciplina deve investir na autonomia do aluno, criando então pressupostos para que este interfira na sociedade de modo crítico enquanto sujeito histórico.

Estudar história é muito mais do que decorar nomes e datas. É descobrir, analisar fatos registrados no passado, entender as atividades dos homens do mundo. É através dela que as relações estabelecidas em uma determinada época pode ser estudadas, podendo perceber as mudanças, resistências e permanências com o passar do tempo. Conhecer a sua história permite ao sujeito compreender o que acontece nesse lugar.

69

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste é informar sobre os saberes na educação, mais enfatizado nos saberes: Histórico, escolar e docente. Fazendo uma breve análise nos documentos que norteiam o Ensino de História e os que ajudam na prática pedagógica, como: PCNs e BNCC. Durante o artigo foi percorrido sobre a importância dos saberes e como eles são aplicados e desenvolvido, trazendo uma breve introdução informativa sobre para que serve esses documentos norteadores para a prática pedagógica dos professores. Compreendemos que esses documentos são de suma importância na prática do professor, para a construção do conhecimento e formação dos docentes. As práticas educativas ainda necessita de um aperfeiçoamento mas significativo e renovador que transforme o ensino de história em algo prazeroso tanto para o aluno quanto para o professor.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

SALAS, Paula. **O que muda no ensino de História com a BNCC?**. 2018.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12864/o-que-muda-no-ensino-de-historia-com-a-bncc>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

CPT. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-historia>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei obriga ensino de história e cultura afro**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=9403:sp-482745990>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

MONTEIRO, Ana Maria f:C. **A história ensinada: algumas configurações do saber escolar**. HISTÓRIA & ENSINO, Londrina, v. 9, p. 37-62, out. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12075/10607>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

ABUD, Katia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. **História & ensino : revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Faculdade Estadual de Londrina**, Londrina, UEL, v. 11, p. 25-34, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11834/10400> < DOI: 10.5433/2238-3018.2005v11n0p25. Acesso em: 17 de agosto de 2020. >

PALATTI, Paula Valéria. **SABERES DOCENTES EXPRESSOS NA PRÁTICA DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20470_9044.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

CPT. PCN - **Parâmetros Curriculares Nacionais: documento completo, atualizado e interativo**. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo-atualizado-e-interativo>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

SAE DIGITAL. **BNCC: O que é a Base Nacional Comum Curricular e qual é o seu objetivo**. Texto atualizado em 09/01/2019 por Fernanda Penteado. Disponível em: <https://sae.digital/bncc-o-que-e-qual-e-o-seu-objetivo/>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

TEMPO, MEMÓRIAS E NARRATIVAS: ANÁLISE SOBRE O APRISIONAMENTO E A LIBERTAÇÃO FEMININA NA OBRA *A COR PÚRPURA*

Josiene Camelo Ferreira Antunes
Daniela Kedna Ferreira Lima
Nayara Ruben Calaça di Menezes
Sidelmar Alves da Silva Kunz

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise do filme *A cor púrpura*, visando realizar uma discussão sobre o silenciamento e o aprisionamento feminino através da análise dos processos potencializantes da libertação das vozes silenciadas na obra. Dessa forma, o artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre gênero, discorrendo sobre as formas como as memórias e as narrativas sobre o feminino são historicamente construídas. Concluímos que o processo de silenciamento da personagem é um reflexo real da sociedade pautada nos princípios patriarcais que, embora retrate o início do século 20, pode ser facilmente transposto para a realidade de diversas mulheres da atualidade.

Palavras-chave: mulher, aprisionamento feminino, libertação feminina, narrativas.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the film *The color purple*, seeking to discuss women's silencing and imprisonment through an analysis of the potentializing processes of liberation of silenced voices in the book. Hence, the article aims to promote a discussion on gender, debating the way memories and narratives on womanhood are historically constructed. We conclude that the silencing process of the character is a genuine reflex of a society based on patriarchic principles that, although portraying the early 20th century, can be easily transposed to the reality of many women today.

Keywords: women, imprisonment, liberation, narratives.

1. INTRODUÇÃO

O filme *A cor púrpura* foi baseado no premiado livro da escritora estadunidense Alice Walker, publicado em 1982. A narrativa se passa em uma cidade do estado da Georgia (sul dos Estados Unidos) no início do século 20, porém continua atual, uma vez que pode ser facilmente transposta para os dias de hoje.

Escrever sobre o universo feminino não é uma tarefa fácil, já que não podemos negar as diversas vertentes existentes nesse debate, o que o leva a significar sempre diferentes coisas para diferentes pessoas. E, por mais que saibamos que a luta feminina tenha provocado significativa mudanças sociais, a contradição que existe entre a posição alcançada por elas na sociedade contemporânea e sua respectiva representação faz-se presente em quase todas as

áreas sociais como um reflexo das relações de gênero — marcadas pela desigualdade, construídas socialmente e determinadas histórica e culturalmente, representando, assim, a condição da mulher como o reflexo de uma visão conservadora e discriminatória, potencializadora de diversas formas de silenciamento e exclusão (Pires, 2000, p. 1).

Diante disso, explanar-se-á a respeito das opressões sofridas pela protagonista no decorrer da história relatada no filme, pontuando o embate travado por ela para se libertar de um pai e de um marido que a oprimem e a violentam. Em diversos momentos ímpares da história, a personagem manifesta a necessidade de se libertar da condição silenciada, buscando ter voz e visão em uma sociedade patriarcal.

A ação de um sujeito que, ao subjugar outro, seja pela força física, pelo assédio moral ou sexual, a fazer algo que por sua livre escolha não faria pode ser analisado como um ato desprovido de humanidade, pois, em uma visão dialética, ao impor a um terceiro a condição de objeto, o sujeito dessa ação também se desumaniza, sendo esse um dos principais elementos constitutivos do humano no filme.

Nessa perspectiva, a obra *A cor púrpura* possibilita uma reflexão pessoal e coletiva que extrapola o simples uso das palavras. O filme possibilita a vivência de momentos de silêncio que falam para além das imagens projetadas na tela, dispensando o uso de palavras. Há também momentos onde as mensagens são ditas de forma indireta e quebram parte da solidez da dor, permitindo a abertura de lacunas que geram uma alternativa de alívio ao possibilitar momentos de catarse, uma vez que a personagem principal vive num processo de constante busca por algo não dito.

A relevância deste trabalho está ancorada nas concepções relacionadas à protagonista do filme. A vida da mulher é constituída dentro de padrões de comportamento específicos cobrados pela sociedade em que vive, variando de acordo com a situação econômica e sociocultural. As dificuldades para mudar as situações são muitas, mas também são variadas as formas pelas quais as mulheres falam sobre seus problemas, procuram ajuda e por vezes conseguem transformar a situação. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar e analisar a presença da situação de silenciamento e aprisionamento da personagem protagonista Celie; e como objetivos específicos descobrir a quem pertencem as vozes silenciadas na narrativa e investigar se há ou não um processo

de libertação das vozes silenciadas.

2.AS RUPTURAS E AS TRANSFORMAÇÕES DE VIDA NA NARRATIVA

O título do filme não foi escolhido aleatoriamente. *A cor púrpura* representa o racismo, a submissão e a violência. É o marco histórico das mulheres sulistas dos Estados Unidos, perpetuando até o momento. Demonstra a trajetória da mulher do passado submissa e explorada rumo à mulher contemporânea. A cor púrpura seria o pigmento capaz de simbolizar algo singular e extravagante, é considerada a cor da magia, da teologia, do feminismo e do movimento LGBT, estando assim ligada a uma realidade mística potencializadora de transformações.

O filme retrata a realidade vivenciada pelas mulheres negras no fim do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos, focando na figura de uma mulher negra e semianalfabeta que foi criada em uma cultura sulista. Para a análise, privilegiaremos os momentos de ruptura e transformação das protagonistas Celie e Nettie, ao demonstrarem as transformações ocorridas em suas vidas. Para isso serão utilizados os conceitos de: violência, patriarcado e memórias.

Celie é descrita como um mulher negra, pobre, semianalfabeta, caipira, violentada e estéril. Vendida por seu pai Alphonso para um homem mais velho conhecido pelo nome de Sinhô, o mesmo é pai de quatro crianças tidas como mal educadas. O ciclo da violência foi reproduzido pelo marido que a submete à exploração doméstica, humilhações, discriminações, racismo, estupros e espancamentos. Já a personagem Nettie, irmã caçula de Celie, é apresentada como uma menina negra bonita, sorridente, inteligente e atraente, sendo assim responsabilizada por despertar desejos sexuais em seu pai e em seu cunhado.

A protagonista Celie, por ser uma criança negra, sofre com o racismo que continua na adolescência e na vida adulta. Aos 14 anos é abusada sexualmente pelo pai, resultando em três gestações indesejadas, e ao conceber cada filho não teve o direito de conhecê-los, pois foram retirados de seus braços logo após o nascimento. O primeiro filho foi morto pelo próprio pai e os outros sobreviventes foram doados sem o consentimento da mãe e foram adotados por um casal que não podia ter filhos.

Logo após o casamento, Nettie passou a morar com Celie; uma jovem negra bem apresentada e alfabetizada passa a viver na residência de sua irmã e

aproveita o curto tempo de convivência na casa para alfabetizá-la. Apesar das diferenças, ambas nutriam um sentimento recíproco e fraterno.

Albert, marido de Celie, um homem violento e rude, usava de sua força bruta para perseguir sua cunhada. Ela não se submetia às violências do cunhado, o que levou à sua expulsão da casa da irmã.

Celie possuía uma visão periférica sobre a sexualidade e compreendia o ato sexual como uma das obrigações da esposa. Isso fica claro na seguinte frase: "Sinhô trepa em cima de mim, faz o serviço dele, dez minuto depois a gente tá dormindo".

Essa rotina permeia a vida de Celie, que constantemente era humilhada pelo marido, que a insultava dizendo: "você é negra, pobre, mulher, você não é nada". Buscando libertar-se emocionalmente, Celie escreve cartas endereçadas num primeiro momento a Deus e num segundo momento à sua irmã. Essas cartas não foram enviadas: era uma forma que encontrava para aliviar a sua alma.

A infidelidade pelo marido não era ocasional. Albert possuía uma amante com o nome de Shug e por ela realmente nutria sentimentos. Dessa forma, Albert decide levar a amante que se encontrava doente para morar em sua residência com sua família. Celie não podia questionar a decisão do marido porque ele a tratava como doméstica e objeto sexual. No início a amante também trata Celie como uma serviçal, mas com a convivência o improvável acontece: na convivência diária entre esposa e amante, ambas passam a ser amigas. Shug passou a tratar Celie com respeito e carinho. Essa convivência despertou um sentimento em Celie que nunca havia imaginado e sentido antes. Apaixonou-se pela amante do seu próprio marido.

A primeira vez que eu vi um corpo negro inteiro foi o da Shug Avery, com os bicos do peito que nem ameixa preta, parecendo a boca dela. Eu pensei que eu tinha virado homem... [...] Eu lavei o corpo dela. Parece que eu tava rezando. Minhas mãos tremiam e minha respiração ficou presa [...].

Essa relação paradoxal é o início da emancipação de Celie. Shug, uma mulher independente, com uma vivência desacerbada colabora para o rompimento do ciclo de violência cometido contra a protagonista.

A protagonista conseguiu romper com as violências e abusos sofridos na trajetória de sua vida desde a infância até a maturidade. A mesma foi capaz de desatar as amarras de sua vida, que era um aprisionamento, e essa ruptura

possibilitou práticas de superação, libertação e empoderamento feminino. Celie passa a ter voz, mas por muito tempo precisou se silenciar.

3. APRISIONAMENTO E LIBERDADE

O poder é uma questão que permeou debates sobre a prisão, a loucura e a sexualidade. Foucault (2010, p. 224), afirma: "meu verdadeiro problema é aquele que, aliás, atualmente é o problema de todo mundo: o poder". O poder está relacionado à dominação. Segundo Foucault (2008), as relações de poder estão ligadas à existência de um Estado, exército, justiça e polícia.

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classes, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder (Foucault, 2010, p. 231).

75

Nesse sentido Foucault sugere a conceituação do poder como sendo;

[...] o poder é coextensivo ao corpo social; não há entre as malhas de sua rede, praias de liberdades elementares; - que as relações de poder são intrincadas em outros tipos de relação (de produção, de aliança, de família, de sexualidade) em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado; - que elas não obedecem à forma única da interdição e do castigo, mas que são formas múltiplas; - que seu entrecruzamento delinea fatos gerais de dominação, que esta dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária; que os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais de poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais, e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistência; que não se deve, portanto, pensar um fato primeiro e maciço de dominação (uma estrutura binária com, de um lado, os "dominantes" e, do outro, os "dominados"), mas, antes, uma produção multiforme de relações de dominação, que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto; - que as relações de poder "servem", de fato porém não porque estão "a serviço" de um interesse econômico dado como primitivo, mas porque podem ser utilizadas em estratégias; - que não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não têm que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (Foucault, 2010,

O patriarcado é uma organização das relações sociais de gênero em que o controle é desempenhado de maneira desigual. O controle masculino é praticado em todos os círculos sociais abertos e privados e a sua mensuração material é tipificada nas diferentes circunstâncias de desigualdade.

Bourdieu (1996) afirma que o patriarcado se manifesta de duas maneiras diferentes: em “coisas” (divisões espaciais entre espaços masculinos e femininos, instrumentos separado entre masculinos e feminino) e na mente (padrões de visão e divisão, categorizações científicas, padrões de caracterização). Dessa maneira, o controle masculino se registra nas estruturas objetivas e nas estruturas subjetivas. A inscrição nas estruturas subjetivas é o que garante a sua manutenção e o que dificulta a transposição de obstáculos para reformular a idéia do mundo de maneira inesperada.

As vivências das mulheres presas, como apresentado na obra, ainda apontam para tipos de pensamento, exercícios de sexualidade e resultados concebíveis relacionados à palavra sujeitos a diferentes tipos de controle que ocasionalmente resultam em circunstâncias de violência.

76

A leitura de Goffman (1974) sobre as instituições totais ainda está presente e atual na compreensão dos procedimentos de geração de subjetividade. Goffman caracteriza as instituições totais como estruturas fechadas, onde um número expressivo de pessoas vive em tempo integral. O autor também apresenta a presença de um grupo responsável por resolver burocraticamente as necessidades fundamentais. O resultado dessas instituições é a vigilância como uma abordagem para controlar e documentar os corpos. Assim, os internos são obrigados a realizar as atividades com um rigoroso controle do tempo, todos juntos e num mesmo local.

Nas instituições totais, todas as atividades da vida do interno se passam intramuros. De acordo com Kolker (2002), a obra de Goffman relatou os violentos processos de desterritorialização e reterritorialização nas instituições totais, que culminam no aniquilamento da autonomia e a submissão.

Essas instituições são estabelecidas para “repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças... (Foucault, 2002, p. 157)”.

Foucault afirma, ao falar dos corpos dóceis e úteis, que, enquanto o corpo é dócil, a punição torna-se disciplinar. A disciplina nesse ponto recai sobre o corpo

que é limitado por forças que forçam “limitações, proibições e obrigações (id., ibid., p. 200)”.

O ponto de vista de que esses fenômenos não podem ser vistos como ligados à conduta isolada das pessoas depende da constatação de relações de poder que se estabelecem em toda uma geração verificável, social e política, de natureza financeira, social, étnica e racial e de gênero, que em nosso país data da colonização.

Conforme Wacquant (2011), os Estados neoliberais — para se isentarem de suas obrigações sociais — produzem um Estado policial e prisional mais extremo. O autor chama ainda a atenção para o fato de que a polícia e o estado de prisão são a razão da incerteza emocional em todas as nações. No Brasil, a situação é extremamente perigosa, pois aqui, como regra geral, o Estado de bem-estar social nunca existiu, verdade seja dita; podemos supor que houve, no máximo, um Estado “previdenciário”.

As inovações do poder disciplinar e dos sistemas de segurança são obtidas através de diferentes dispositivos que buscam a padronização e o controle da população, ou seja, o trabalho dentro de uma unidade de internação é realizado através da retenção e da desintegração das disparidades da população, pois é necessário inspecionar permanentemente a massa.

Desde que fomos concebidos, somos englobados por diretrizes essenciais, as quais nos oprimem, e consistentemente somos advertidos, primeiro por nossos pais, depois nos estabelecimentos educacionais, em nosso trabalho, pelos regulamentos de trânsito, etc. Somos, assim, moldados pela sociedade em geral, pela convicção religiosa e pelas qualidades morais.

Seja como for, as instalações de detenção são únicas: a pessoa sujeita ao confinamento e ao controle pode ser levada a um procedimento de subjetivação separada. A cadeia é o local ideal para essas condições acontecerem.

Hoje o grosso da população carcerária é formado pela invenção cotidiana da guerra contra as drogas por intermédio do uso de novas tecnologias de controle; também o arranjo social foi interpretado numa abordagem de limitação populacional para os indivíduos que vivem em localidades específicas da cidade; e a estratégia de tolerância zero importada de nossos vizinhos norte-americanos (Batista, 2003). Vivemos na contemporaneidade em um “Estado penal” (Wacquant, 2003) e esta é a criação de uma cultura de pavor na sociedade, na qual certos setores sociais são transformados em inimigos da sociedade.

De acordo com Foucault, a prisão não é apenas um prédio ou estrutura planejada para os rejeitados e os degenerados, mas também uma estratégia: uma abordagem para proteger a sociedade contra o que ela não tolera.

Contudo, estar em uma cadeia pode ser compreendido como uma simples troca de lugares. Para Lagarde (1997), as mulheres “estão presas e diversas são suas prisões na sociedade e na cultura. Pelo simples fato de serem mulheres num mundo patriarcal, todas dividem a prisão constituída por sua condição de gênero”.

O patriarcado é a expressão ideológica de relações sociais que têm uma premissa material e nas quais existem várias conexões entre os homens, e solidariedades entre eles, que os capacitam a controlar mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres (Saffioti, 1999 p. 143).

De acordo com Morga (2001), as mulheres detidas são “negligenciadas, excluídas [...] e limitadas a certas atividades”. Não devemos esquecer que cada mulher tem sua própria história e as coisas creditadas a essas mulheres são rejeição, segregação e estigmas, e elas precisam agora satisfazer a uma disciplina para representarem uma ressocialização ou recuperação.

Em um estudo dirigido pelo IBGE em 2007, descobriu-se que as mulheres detidas não recebem o mesmo tratamento dado à população masculina.

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. Entretanto, a ênfase mais atenta no cotidiano... faz com que as tiremos das dobras do tempo para mostrá-las nas diferentes relações entre os sexos. Não é apenas por serem mulheres que elas são objetos da história. No silêncio, nas ações ou nas palavras, essas mulheres podem ser vistas, mesmo que nas sombras das contingências das exclusões (Morga, 2001, p 39).

As mulheres que estão cumprindo sua sentença experimentam os efeitos nocivos da prisão e da sociedade. E ao mesmo tempo são rejeitadas e discriminadas, não tendo acesso adequado, na maior parte das vezes, a trabalho, educação e saúde e as demais políticas públicas e sociais.

Se não é mais o corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que então se exerce? A resposta dos teóricos – daqueles que abriram, por volta de 1789, o período que ainda não se encerrou – é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita a própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (Foucault, 2002, p. 18).

Nos casos em que elas ficam à margem da sociedade para realizar

ilegalidades, em geral ligadas a seus parceiros em crimes relacionados a drogas ou identificados como tráfico de drogas, elas serão significativamente menosprezadas, emudecidas pela impossibilidade de apresentarem suas falas.

Autores como Goffman (1975), Foucault (2002) e Lapassade (2001) introduziram a natureza e a função social das prisões, por meio da visão espantosa do poder que essas estruturas possuem para confinar a experiência humana a uma realidade praticamente insuportável, promovendo um trágico fim àqueles que se revoltam ou enlouquecem.

As investigações dos autores acima sobre as instituições totais contribuem para a compreensão da geração de subjetividade das presas, pois tanto elas como seus familiares são influenciadas pelos procedimentos da prisão.

Segundo Lopes (2007), o pano de fundo histórico do aprisionamento de mulheres no Brasil tem poucos registros. No entanto, nos documentos disponíveis fica patente que o sentido da pena tem reproduzido, historicamente, o do encarceramento de pobres e a reprodução do domínio masculino (Bierrenbach, 1998).

Podemos dizer que as instalações femininas de detenção, independentemente de terem uma dinâmica alternativa das penitenciárias masculinas, foram idealizadas como prisões masculinas e seguem, de várias perspectivas, a alma das cadeias masculinas. O descuido com as necessidades das mulheres detentas faz das penitenciárias femininas unidades de segundo nível, isto é, desconsideram que as mulheres ainda desempenham diferentes funções na sociedade (Farrell, 1998).

As mulheres não são iguais aos homens, mas têm direitos humanos paralelos. As questões do delito feminino não podem ser tratadas como questões de homens. Isso está relacionado ao que Fernandez (1995) denominou direito de gênero. As mulheres são censuradas por padrões legais indistinguíveis dos homens, mas, por causa de seus contrastes e diferenças de gênero, elas não podem ser tratadas da mesma forma.

4. VOZ E SILÊNCIO

Voz significa a faculdade de falar; grito, clamor, queixa, conselho; sentimento; opinião; impulsão; rumor, ruído. Compreende-se a voz como uma libertação, ou seja, o empoderamento da mulher na sociedade conquistando

posições sociais que lhe foram negadas por um patriarcado marcado por opressões, humilhações, cárceres privados. Mas muitas mulheres conseguiram se libertar dessa forma de opressão rompendo com esse silêncio, aqui compreendido como uma das diversas formas de aprisionamento feminino. Segundo Alves (1991), a mulher ocupa espaço na sociedade reivindicando acesso à voz.

Essa voz se manifesta por meio da escrita, conforme Lispector (1999, p. 156):

Não basta só aprender ler e rascunhar o nome. Da leitura se faz necessário fazer outras sabedorias. É preciso autorizar a escrever o texto da própria vida, assim como é preciso ajudar a construir a história dos seus e é preciso continuar decifrando os vestígios do tempo, os sentidos de tudo que ficara para trás, e perceber que por debaixo da assinatura do próprio punho outras letras e marcas havia.

Muitas mulheres conseguiram superar o silêncio que por muito tempo foi vivenciado pelo ser feminino; a mulher não tinha direito de fazer suas escolhas, tais como se vestir, escolher sua carreira profissional, com quem poderia se relacionar. Embora muitas tenham se libertado desse patriarcado, na atual conjuntura, segundo Del Priore (2016), há muitas mulheres que ainda vivem amordaçadas, não conseguiram quebrar o silêncio dentro delas mesmas; há uma historicidade por trás dessa mudez.

E quebrar esse silêncio se faz necessário para compreender que existem inúmeras formas de reflexões e de indagações. Na análise do filme *A cor púrpura*, o silêncio abrange dois importantes pontos: o indizível e o vazio. Quanto à simbologia do silêncio, ele significa um “prelúdio de abertura à revelação, o mutismo; o impedimento à revelação, seja pela recusa de recebê-la ou de transmiti-la [...] (Chevalier & Gheerbrant,, 1999, p. 834)”.

O desafio do silêncio será compreender o que está por trás dele. Isso depende da circunstância em que se dá esse silêncio e também dos elementos envolvidos. Saber quem são os indivíduos e quais as situações em que o silêncio está presente faz diferença para que se possa compreender ou investigar o sentido do silêncio, bem como para que seja possível diferenciar silêncio de silenciamento. Seja em sentido positivo ou negativo, o fato é que o silêncio produz significados. Desde uma concepção positiva, podem-se encontrar diversas formas de silêncio, como o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder. São sentidos positivos que mostram a importância do estar em silêncio, de acordo com o que a

situação exige (Orlandi, 2007, p. 42). Como podemos, então, compreender o silêncio?

Diríamos que o silêncio não é interpretável, mas compreensível. Compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa. Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação com o dizer ("traduzir" o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar (Orlandi, 2007, p. 50).

Orlandi (2007), ao significar o sentido do silêncio, percebe que, em alguns momentos da história, a mulher se calou para resistir e compreender o processo de sofrimento e tortura a que era submetida: o silêncio a impulsionava a dar voz aos desejos antes aprisionados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme narra a história de uma mulher negra que sofre muitas violações e explorações no âmbito familiar em todos os sentidos, tais como: social, cultural, política e econômica. Essa mulher negra e invisível foi objeto sexual e estava em uma posição desfavorável onde não gostaria de estar.

Celie conseguiu romper com o círculo vicioso a que era submetida e conseguiu quebrar esse círculo de violências diversas. A personagem se assumiu como mulher conseguindo ressignificar sua vida e buscou o rompimento com o aprisionamento. Isso ocorreu porque a protagonista reconheceu a condição de mulher aprisionada.

Ao se assumir como ser aprisionado, ela se liberta das amarras do seu passado, que por muito tempo mantiveram sua voz sufocada e silenciada. Em outras ocasiões o silêncio se fez necessário como forma de reflexão para voltar a se ouvir. Para Collins (1998), as vozes das mulheres negras coletivamente constroem, afirmam e mantêm um ponto de vista autodefinido e dinâmico.

A protagonista necessitou ouvir o seu próprio interior e o recurso utilizado para sua emancipação foi a escrevivência. Evaristo (1995) cunhou o conceito das palavras "escrever" e "viver" na conclusão de seu texto para um seminário sobre mulheres.

A escrita através das cartas no filme ilustra o cotidiano vivenciado pela mesma: essas cartas evidenciam a realidade à qual foi submetida e refletem os espelhos da memória da protagonista, ou seja, o seu dia a dia.

Em *A cor púrpura*, a personagem Shug colaborou para a retirada da venda

sobre os olhos da protagonista Celie em relação ao amor próprio, o amor de outrem e o desvelar do prazer sexual.

A descoberta do prazer sexual é uma das conquistas em prol da possível libertação, é quando ela se aceita enquanto ser e se aceita como uma pessoa desejada e desejante. A personagem Shug foi um elemento divisor de águas nessa relação de Celie, no que se refere à sua própria aceitação, liberdade e poder. O poder, como puro limite traçado à liberdade, pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade (Foucault, 2006, p. 94).

Contudo, o filme *A cor púrpura* retrata as inquietações das mulheres diante dos diversos aprisionamentos de vida que lhes são impostos a cada situação, independentemente de cor, raça, religião, posição social e econômica. Ambas travam no seu cotidiano diário um enfrentamento com o aprisionamento. Devo frisar que Celie não era considerada como pessoa, e sim um objeto. O padrasto e o marido haviam matado a sua autoestima, afirmando que era “uma pobre e feia, mulher negra, nada mais”, e com isso ela introjetou essa imagem.

Celie se apaixonou por Shug. Para a protagonista essa relação é a única escolha. Pois, os homens com os quais ela se relacionou foram opressores. Ao se descobrir como mulher a partir do relacionamento com Shug, inicia-se uma construção de sua identidade como ser humano: aprendendo a amar a si mesma, ama os outros. Hooks (1999, p. 34) crê na libertação de um mundo dominador e opressivo para a “criação de um mundo mais humano”. Diz: “[...] queremos dividir o poder de autodeterminação. Nossa liberdade é doce. Será mais doce quando todos forem livres.

Abordar como a sociedade é organizada e composta, através de relações de poder desiguais entre as pessoas, implica desmontar os principais pilares da crueldade contra as mulheres. As mulheres que escolhem romper um relacionamento brutal também estão rompendo com vários sonhos e suposições sobre casamento e família. Há infortúnios nessa escolha. Lembrá-los infere ter a capacidade de trabalhá-los e, portanto, fortalecer o redirecionamento e fundação de novas atividades da vida.

É interessante observar a metodologia do filme para apreender o discurso de outrem: em *A cor púrpura*, há a transcendência das vozes das personagens Celie e Nettie, e a conversa epistolar avança esta forma de percepção em que quem escreve compõe a cena e permite ao outro ver apenas realidades e coisas que essa voz autoral anseia que sejam vistas.

A história de Celie é intrigante do início ao fim: é através dos sofrimentos, desafios e repulsões que ela experimenta durante todo o filme; o espectador tem a oportunidade de se colocar na situação de um indivíduo com precisão. Talvez o observador possa criar simpatia com a figura de Celie, mas também com cada uma das minorias com as quais fala e seus problemas nos dias de hoje. Ou seja, podemos dizer que este filme é uma história figurativa abrangente. O filme retrata uma história de preconceito, machismo, tirania e brutalidade contra as mulheres, que, por mais absurda que seja, ainda acontece hoje. Apesar do fato de que a história é a de uma mulher americana, parece até certo ponto a cultura brasileira, na qual, mesmo após o fim da escravidão, as mulheres negras continuavam sendo tratadas como subalternas. O filme demonstra que a mudança precisa começar das próprias mulheres para superar uma estrutura unilateral. Essas senhoras precisam levantar a cabeça e enfrentar o quadro, reclamando seus direitos.

Para finalizar, podemos dizer que o filme nos encoraja a compreender que a conclusão do aprendizado do "outro" pode influenciar nossa própria percepção do mundo. Nesse sentido, o filme espera que os observadores se decidam por uma escolha, induzindo-os a compreender, considerar e desconstruir a questão do preconceito e da selvageria contra as mulheres.

83

REFERÊNCIAS

- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (1991). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- Bierrenbach, M. I. (1998). Sistema penitenciário. A mulher presa. *Revista do Ilanud*, 12, 71-82.
- Bordieu, P. (1996). Novas reflexões sobre a dominação masculina. In M. J. M. Lopes, D. E. Meyer, & V. R. Waldow (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1999). *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Collins, P. H. (1998). *Fighting words: Black women and the search for justice*. London: University of Minnesota Press.
- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Farrell, A. (1998). Policies for incarcerated mothers and their families in Australian corrections. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 31, 101-107.
- Fernández, G. T. (1995). Mulheres, prisão e direitos humanos. *Capítulo*

Criminológica, 23(1), 335-358.

Foucault, Michel. (2002). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. (1974). As características das instituições totais e a carreira moral do doente mental. In *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Goffman, E. (1975). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hooks, B. (1999). Bell Hook. In K. Foss et al. *Feminist rhetorical theories*. London: Sage Publications.

Kolker, T. A. (2002). Tortura e o processo de democratização brasileiro. In C. Rauter, E. Passos, & R. Benevides (Orgs.). *Clínica e política: Subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia.

Lagarde, M. (1997). *Los cautiveros de las mujeres: Madreesposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Lapassade, G. (1989). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Lispector, Clarice. (1999). *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco.

84

Lopes, R. (2007). Memórias de pesquisa: A experiência de uma psicóloga no interior de uma prisão feminina. *Imaginário*, 13(14), 439-459.

Morga, Elenir. (2001). *História de mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC.

Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp.

Pires, V. L. (2002). Discurso e relações de gênero: Resistência e construção de outros sentidos. In *XV Encontro Nacional da ANPOLL*. Porto Alegre.

Safiotti, H. (1999). *Gênero e patriarcado*. São Paulo: PUC-SP.

Wacquant, Loïc. (2003). *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.

Wacquant, Loïc. (2011). *As prisões da miséria* (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

TESTES PRÉ-TRANSFUSIONAIS E BIOSSEGURANÇA NA HEMOTERAPIA: SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE DOAÇÃO DE SANGUE

Amanda Munik Freitas
Hillary Borges Arantes
Lionnel dos Santos Silva
Maria Eduarda Queiroz
Polliana Rodrigues Leite
Lívia do Carmo Silva

RESUMO

Sabe-se que a qualidade do sangue a ser transfundido, visando à segurança do doador e receptor, contribui significativamente para influenciar na decisão em doar sangue. Partindo deste pressuposto, o presente artigo objetivou apresentar os Testes pré-transfusionais e biossegurança na hemoterapia, bem como sua importância no processo de doação de sangue. Os resultados demonstraram que são realizados inúmeros testes que garantem a qualidade do sangue a ser transfundido e que a qualidade do sangue faz-se imprescindível para a segurança transfusional. É necessário grande apreço por cada fase do processo, onde é importante seguir cuidadosamente cada etapa e teste presente neste processo, e visar sempre a importância da doação de sangue.

Palavras-chave: Hemoterapia, Doação de Sangue, Transfusão, Biossegurança, Saúde.

ABSTRACT

It is known that the quality of the blood to be transfused, aiming at the safety of the donor and recipient, contributes significantly to influence the decision to donate blood. Based on this assumption, the present article aimed to present the pre-transfusion tests and biosafety in hemotherapy, as well as their importance in the blood donation process. The results showed that countless tests are carried out to guarantee the quality of the blood to be transfused and that the quality of the blood is essential for transfusion safety. Great appreciation is needed for each stage of the process, where it is important to carefully follow each step and test present in this process, and always aim at the importance of blood donation.

Keyword: Hemotherapy, Blood Donation, Transfusion, Biosafety, Health

1. INTRODUÇÃO

Um fluido corporal que intrigou mistérios desde os primórdios da humanidade, trazendo diversos mitos, lendas e instigando crenças ao redor do mundo todo: o sangue. Composto por plaquetas, glóbulos brancos, vermelhos e o plasma, representa 55% da composição sanguínea, sendo constituída por água, sais, vitaminas, e fatores de coagulação, na qual estão misturadas as partes sólidas que são: plaquetas, hemácias e leucócitos. Desde o dia em que nascemos até o dia de nossa morte, o sangue percorre o mesmo caminho. Circulando dentro

de nossas artérias e veias, irrigando todo o corpo. (Flausino, Gustavo de Freitas, et al – 2015, Belo Horizonte, Minas Gerais).

Desde a pré-história acredita-se que o sangue poderia vir a curar males que assolavam o corpo de enfermos. A partir daí, cientistas e médicos nos últimos tempos começaram a ousar mais, tentando o procedimento de transfusão sanguínea entre pacientes, pois poderiam assim salvar a vida de pessoas que morreriam pela falta deste tecido líquido tão valioso para o corpo. Em meio a erros, descobertas e acertos, hoje temos detalhadamente protocolos de segurança e testes, para garantir o sucesso de tal operação, começando desde a triagem, até depois deste processo. (Flausino, Gustavo de Freitas, et al – 2015, Belo Horizonte, Minas Gerais).

2. METODOLOGIA

Para este trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica dos diversos estudos disponíveis sobre Testes pré-transfusionais, doação de sangue e biossegurança na hemoterapia. As pesquisas foram realizadas em plataformas científicas considerando artigos científicos disponíveis no Scielo, Google acadêmico, e Livros.

86

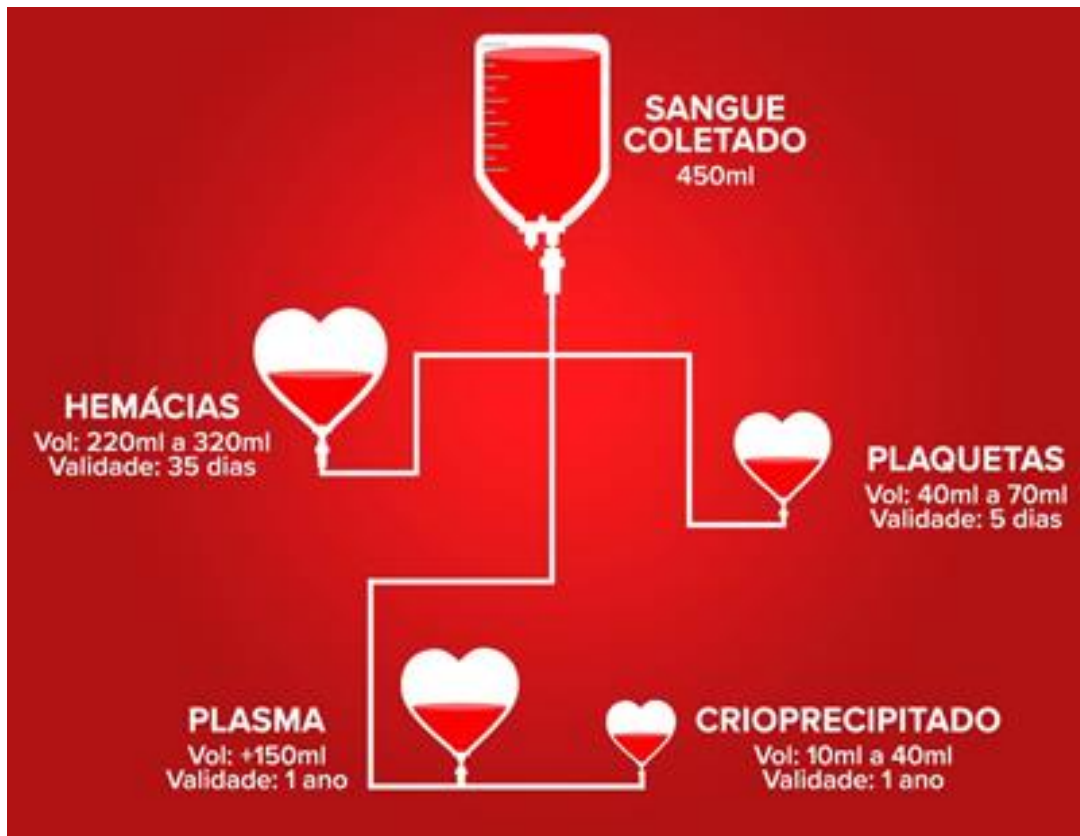
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Transfusão de sangue e sua importância

A transfusão de sangue consiste no procedimento de transferir o sangue ou apenas hemocomponentes, que são retirados de um paciente, e colocados no sistema circulatório de outro, começando desde a conscientização dos doadores, triagens clínicas e sorológicas, coleta, testes diversos, fracionamento, e por fim, a transfusão, que se faz tão importante atualmente. Graças à hemoterapia moderna, pode-se transferir apenas os hemocomponentes que se fazem necessários no tratamento. (Flausino, Gustavo de Freitas, et al – 2015, Belo Horizonte, Minas Gerais).

A transfusão é indicada para tratamento de diversas condições patológicas ou clínicas, como exemplo para pessoas com níveis severos de anemia, hemorragia, linfomas, mielomas. Pacientes afetados por tais problemas, com a transfusão sanguínea, poderão ter chances mais rápidas de curar-se, sendo que somente uma bolsa poderá ser fracionada, chegando por vezes a salvar até 4 pacientes que necessitem de hemácias, plaquetas, diversos hemoderivados, ou em

alguns casos, o sangue total (Torpy, Janet M., Et.Al – 2012, EUA).



87

(Imagem 1, Uma bolsa de sangue pode ajudar várias pessoas porque é dividida em vários componentes — Foto: Fabiana Assis/G1 fonte: (<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/11/27/doe-vida-uma-bolsa-de-sangue-e-dividida-em-componentes-e-transfusoes-salvam-ate-3-pessoas.ghtml>)

Porém, a cada dia, os estoques de hemocentro estão ficando mais vazios, tornando terapias alternativas á transfusão cada dia mais frequentes, porém ainda pouco conhecidas, como, por exemplo, o tratamento com sangue alogênico. (Dos Santos, Antônio Alceu, Et. Al – 2015, São Paulo, Brasil)

Também há recursos sendo bastante estudados para melhorar o racionamento e adequabilidade de pacientes, e trabalhar melhor o uso das bolsas de sangue através de inteligência artificial, considerando a relevância do sangue através de informações do paciente colocadas no aparelho (JANG, Woo Young, et. Al – 2018, Seoul, South Korea) .

3.2 fases do ciclo de sangue na doação de sangue

O Ciclo do Sangue que é um processo que se inicia na sensibilização de pessoas voluntárias para doar sangue a pessoas que dele necessitam. O Ciclo do Sangue é composto pelas seguintes etapas:

3.2.1 Captação de Doadores

É nesta etapa que procuramos sensibilizar as pessoas sobre a necessidade e importância da doação de sangue, realizando propagandas e campanhas, divulgações em redes sociais etc. (Instituto Haima, 2016 - ciclo do sangue).

3.2.2 Recepção

Após a sensibilização, o candidato à doação fará seu cadastro na recepção repassando para a atendente seus dados pessoais, documento oficial com foto e endereço atual. (Instituto Haima, 2016 - ciclo do sangue)

3.2.3 Teste de Anemia

Este exame é realizado com o objetivo de verificar se o candidato à doação possui níveis de hemoglobina dentro do nível aceitável. Caso o resultado seja abaixo ou acima dos valores indicados, o candidato é orientado a procurar serviços médicos. Candidatos com anemia não podem realizar a doação. (Instituto Haima, 2016 - ciclo do sangue)

3.2.4 - Triagem Clínica

Há a verificação de sinais vitais, batimentos cardíacos, pressão arterial, peso e hemoglobina/hematócrito (hemocentro de Goiás, ciclo do doador x ciclo do sangue)

3.2.5 - Triagem Hematológica

Nessa etapa do processo, o candidato à doação de sangue responde a um questionário individual, confidencial, e sigiloso que tem como objetivo principal avaliar se a doação pode gerar riscos para o doador e o receptor. É essencial que o doador responda a todas as perguntas corretamente, para poupar haver testes desnecessários caso o doador não passe no teste. (Instituto Haima, 2016 - ciclo do sangue).

3.2.6 - Voto de Autoexclusão

Nessa etapa o candidato tem a opção de excluir seu sangue de ser transfundido por motivos de risco acrescido não informados ou deliberadamente omitidos na triagem clínica caso necessário. (Instituto Haima, 2016 - ciclo do sangue)

3.2.7 - Coleta

Na coleta são coletados cerca de 450 ml de sangue por aproximadamente

20 minutos. A coleta é feita por equipe capacitada e sob supervisão médica ou de enfermeiro, para garantir o bem estar do doador. O material utilizado é descartável. O sangue é coletado em uma bolsa estéril que seguirá para o fracionamento, enquanto uma pequena amostra desse sangue seguirá para exames laboratoriais obrigatórios. A liberação desse sangue se dará somente após os resultados dos exames, que são sigilosos. Os resultados dos exames realizados estarão disponíveis para o doador, após determinado prazo. A entrega de resultados para terceiros será autorizada somente mediante emissão de procuração pelo doador. . (Hemocentro de Goiás, ciclo do doador x ciclo do sangue).

A quantidade de sangue a ser coletada na bolsa é estabelecida durante a triagem clínica e varia para cada pessoa, pois depende de vários fatores analisados, mas não ultrapassa 480 mL e, portanto, não causa prejuízo à saúde do doador. Além da bolsa, são coletadas as amostras para os testes laboratoriais. . (Hemocentro de Goiás, ciclo do doador x ciclo do sangue). Existem coletas internas e externas: Internas - Realizadas por uma equipe fixa no local de coleta; e Externas - Realizadas por equipes que se deslocam para locais pré-determinados, geralmente com a Unidade Móvel, facilitando o acesso do doador. . (Hemocentro de Goiás, ciclo do doador x ciclo do sangue)

89

3.3 Processamento do sangue

O sangue total coletado é submetido a uma série de etapas antes de ser liberado para utilização: a) Fracionamento: É a separação do sangue em seus componentes para transfusão (hemocomponentes). Nessa etapa o sangue total é fracionado em Concentrado de Hemácias, Concentrado de Plaquetas, Plasma e Crioprecipitado. Todos os hemocomponentes são armazenados em condições específicas para sua adequada preservação e uso, b) Exames Laboratoriais: Simultaneamente ao fracionamento, as amostras de sangue coletadas são encaminhadas aos laboratórios do hemocentros a fim de serem submetidas aos devidos exames. De acordo com os resultados dos testes, os hemocomponentes podem ou não ser liberados para uso, c) Liberação: Após a realização dos testes laboratoriais, aqueles hemocomponentes em condições de uso são liberados para o estoque, d) Estoque: Os hemocomponentes liberados para utilização são armazenados atendendo suas condições específicas e o respectivo prazo de validade e e) Distribuição: A distribuição é feita para as Unidades de Saúde

Públicas das cidades cadastradas nos hemocentros de acordo com a avaliação de suas necessidades e disponibilidade dos hemocomponentes, mediante requisições formais. (Hemocentro de Goiás, ciclo do doador x ciclo do sangue)

3.4 testes pré-transfusionais,

Os testes pré-transfusionais tem como objetivo fundamental garantir a compatibilidade sanguínea entre o doador e o receptor, a fim de que os componentes transfundidos tenham sobrevida aceitável e não causem dano ao receptor. (Freire, M. R. L. C., et.al - UFG ,2016)

- **Fenotipagem ABO:** Existem dois mecanismos para determinar a fenotipagem ABO: a prova direta e a prova indireta (ou reversa). A prova direta corresponde à pesquisa de antígenos A e/ou B na membrana da hemácia utilizando anticorpos comerciais específicos anti-A, anti-B e anti-AB, no qual ocorre reação de aglutinação quando positivo. A prova indireta, por sua vez, tem a finalidade de buscar por anticorpos regulares no plasma ou soro utilizando hemácias comerciais A e B, também por reação de aglutinação.

- **Fenotipagem Rh:** O sistema Rh é o mais importante do ponto de vista transfusional (depois do sistema ABO). Entre os principais antígenos do sistema Rh, destacam-se: D, C/c e E/e. Destes 5 antígenos, o D é o principal deles pela imunogenicidade, pois é capaz de induzir a produção de alo anticorpos devido à sensibilização por transfusão ou gestação.

- **Pesquisa de Anticorpos Irregulares / PAI:** Investiga a presença de anticorpos que não são esperados no plasma ou no soro e que podem reagir com antígenos de outros sistemas de outros grupos que não são ABO.

- **Prova Cruzada / Compatibilidade:** Investiga no soro ou plasma do receptor a presença de anticorpos contra os antígenos de grupos sanguíneos presentes nas hemácias do doador. (CARRAZONE,Cristina F.V. et.Al, 2004 Brasil)

3.5 TESTE DE COOMBS

O teste de Coombs é um tipo de exame de sangue que avalia a presença de anticorpos do sangue, provocando a sua destruição e podendo levar ao surgimento de um tipo de anemia conhecida como hemolítica.(Girello AL, Kühn TIBB. 2011). O teste de Coombs direto é um método que permite a identificação da presença de anticorpos fixados sobre as hemácias. Tecnicamente, baseia-se no fato de que os anticorpos que recobrem as hemácias podem ser identificados pela adição de

anticorpos antigamaglobulina humana. Quando positivo, ou seja, indicando a presença de anticorpos aderidos às hemácias, formam-se pontes entre elas, levando ao fenômeno visível de aglutinação.(Girello AL, Kühn TIBB. 2011).

O teste de Coombs contribui diretamente para o diagnóstico da anemia autoimune, pois sua positividade confirma que o anticorpo foi fixado in vivo à hemácia do paciente, auxiliando dessa forma o diagnóstico diferencial com outras anemias hemolíticas, como as causadas por alterações da hemoglobina ou da estrutura da hemácia. É importante também no diagnóstico das anemias hemolíticas do recém-nato e das anemias induzidas por drogas. Embora o teste de Coombs seja extremamente sensível, um resultado negativo não exclui a presença de anticorpos ligados às hemácias.(Girello AL, Kühn TIBB. 2011).

O teste de Coombs indireto permite a identificação de anticorpos antieritrocitários no soro. É importante para a avaliação de gestantes Rh (-) (avaliação de sensibilização), em pacientes com Rh (-) para avaliação da variante Du e nas fases pré-transfusionais, especialmente em pacientes já transfundidos, em que pode ter ocorrido sensibilização para Rh e outros sistemas.(Girello AL, Kühn TIBB. 2011).

91

O teste indireto identifica in vitro diferentes anticorpos, de acordo com a fase do teste que apresentou positividade. O teste é realizado em quatro diferentes etapas, conhecidas como: fase fria (reativos à temperatura ambiente), geralmente anticorpos da classe IgM; fase em meio proteico, identifica os anticorpos IgM e também anticorpos incompletos (da classe IgG); fase quente (à temperatura de 37°C), detecta anticorpos que só reagem a essa temperatura (geralmente IgG); e a última etapa, que identifica aglutininas da classe IgG e anticorpos fixadores de complemento.(Girello AL, Kühn TIBB. 2011).

Além da anemia hemolítica, este teste também pode ajudar a identificar outras doenças que afetam as células sanguíneas, como: leucemia, lúpus, monucleose e eritroblastose fetal também conhecida como doença hemolítica do recém-nascido.(Hopkins C, Walters TK.2013).

5. BIOSSEGURANÇA NA HEMOTERAPIA

A biossegurança, palavra que provém da segurança das atividades envolvendo organismos vivos. Consistindo em um conjunto de ações voltadas para prevenção, minimização e/ou eliminação de riscos inerentes, que podem comprometer a saúde humana, animal e do meio ambiente (CTNBIO,2005).

Segundo a norma NBR N° 14785 DE DEZEMBRO DE 2001, tem como finalidade, aplicar especificações de segurança em âmbito laboratorial e hospitalar, tanto na seguridade individual quanto da equipe, de seus clientes/pacientes, comunidade e meio ambiente.

Dentro da área da saúde, são possíveis os riscos de infecção/contaminação via material biológico, justamente por estarem sendo expostos ao mesmo. São classificados em: Risco físico, químicos, biológicos, de acidentes e ergonômico (LACEN, 2017).

1.1. RISCO FÍSICO: São considerados riscos físicos, as várias proporções de energia em que o trabalhador possa ser exposto. Ou seja, o trabalhador, irá manusear e será exposto a equipamentos com altas temperaturas (LACEN, 2017). Sua cor de identificação é **verde**. EXEMPLOS: Ruídos e vibrações: autoclave, centrífugas, ultrassom, condicionadores de ar; Temperaturas extremas: estufas, termociclador, forno de micro-ondas, autoclave, bico de Bunsen; Radiações eletromagnéticas: radiações ultravioletas, campos eletromagnéticos, radiofrequência, micro-ondas, celulares (LACEN, 2017).

92

1.2. RISCO QUÍMICO: São denominados aos que cuja a periculosidade, se dá a algum composto químico. Podendo adentar ao organismo pela inalação, absorção dérmica ou ingestão (LACEN, 2017).

Sua cor de identificação é **vermelha**. EXEMPLOS: Perigos Físico-Químicos: explosivos, gases inflamáveis, aerossóis inflamáveis, gases oxidantes, líquidos inflamáveis, sólidos inflamáveis; Perigos à saúde: toxicidade aguda, oral, cutânea ou respiratória; irritação/corrosão da pele (cutânea); irritação/graves danos oculares; sensibilização respiratória Perigos ao meio ambiente: perigos ao ambiente aquático, tais como substâncias lançadas em efluentes; substâncias que afetam a camada de ozônio. Podem ter efeito agudo ou crônico (LACEN, 2017).

1.3. RISCO BIOLÓGICO: Consiste na exposição a agentes biológicos (LACEN, 2017).

Sua cor de identificação é **marrom**. EXEMPLOS: fluídos sanguíneos, bactérias, fungos, vírus, protozoários, parasitas (LACEN, 2017).

1.4. RISCO DE ACIDENTE: Qualquer fator que coloque o trabalhador em perigo e/ou sua integridade, bem estar físico e moral (LACEN, 2017).

Sua cor de identificação é **azul**. EXEMPLOS: Instalação elétrica imprópria, com defeito ou exposta ; Perfurocortante: Materiais pontiagudos que possam perfurar ou cortar. São seringas, agulhas, vidros de modo geral; Incêndio ou explosão: Armazenamento, manuseamento e transporte inadequado de inflamáveis e/ou gases (LACEN, 2017).

1.5. RISCO ERGONÔMICOS: São as características psicofisiológicas do trabalhador causando desconforto ou afetando sua saúde (LACEN, 2017).

Sua cor de identificação é **amarela**. EXEMPLOS: levantamento e transporte manual de peso; distâncias em relação à altura dos balcões, cadeiras, prateleiras, gaveteiros, obstrução de áreas de trabalho; ritmo excessivo de trabalho, monotonia, repetitividade, responsabilidade excessiva (LACEN, 2017).

Estes riscos citados a cima, podem ser classificados conforme a sua representação de ameaça ao profissional/individuo, meio ambiente e comunidade (LACEN, 2017).

93

CLASSE DE RISCO 1: são agentes biológicos que representam baixo risco para o indivíduo e para a comunidade (LACEN, 2017).

CLASSE DE RISCO 2: são agentes biológicos que apresentam risco moderado para o indivíduo/profissional e risco limitado (ou médio) para a comunidade (LACEN, 2017).

CLASSE DE RISCO 3: são agentes biológicos que apresentam risco individual elevado (ou alto) e risco comunitário baixo (LACEN, 2017).

CLASSE DE RISCO 4: são agentes biológicos que apresentam elevado risco individual e a comunidade (LACEN, 2017).

Segundo a Resolução Nº 306 de 7 de dezembro de 2004, que fala sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) e como ele está relacionado ao conjunto de procedimentos que devem ser planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais. Ela também especifica que cada uma das instituições que prestam serviços à saúde é responsável por elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento dos RSS (PGRSS).

A 306 da Anvisa destaca a importância da segregação dos resíduos sólidos,

da orientação adequada sobre o tratamento que deve ser dado a eles dentro da especificidade de cada um e de como é necessária a busca por alternativas para adotar equipamentos que sejam mais eficientes na prevenção de acidentes, que tornem os processos mais eficazes e que gerem um volume cada vez menor de lixo.

SEGREGAÇÃO: consiste na separação no momento e local de sua geração. De acordo com suas características físicas, biológicas, químicas e seus riscos envolvidos (ANVISA, 2004).

ACONDICIONAMENTO: baseia-se no embalo de seus resíduos segregados em sacos e/ou em recipientes que evitem vazamentos, que resistam a ação de por exemplo ruptura, rasgos. E a capacidade de acondicionamento, devem ser compatíveis com a geração diária de cada tipo de resíduo (ANVISA, 2004).

IDENTIFICAÇÃO: reside em um conjunto de medidas que permite o reconhecimento de resíduos contidos nos sacos e recipientes para que haja um manejo correto com as informações precisas (ANVISA, 2004).

94

TRANSPORTE INTERNO: está relacionado no transporte de geração até o local destinado de armazenamento temporário;

ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO: guarda temporariamente os recipientes, contendo os resíduos;

TRATAMENTO: consiste na aplicação de métodos, técnicas, processos, que modificam as características de riscos inerentes aos resíduos. Podendo ser usada no próprio estabelecimento com condições de segurança, para o transporte entre estabelecimento gerados e o local de tratamento, evitando assim, contaminações (ANVISA, 2004).

ARMAZENAMENTO EXTERNO: é a guarda dos recipientes dos resíduos, até a realização da etapa de coleta externa em ambientes exclusivo e com fácil acesso para os veículos coletores (ANVISA, 2004).

COLETA E TRANSPORTE: é a remoção dos resíduos até a unidade de tratamento;

DISPOSIÇÃO FINAL: disposição no solo, preparado para recebe-los obedecendo devidamente os critérios, técnicas de construção, operação e com licenciamento ambiental conforme a legislação (ANVISA, 2004).

POTENCIALMENTE INFECTANTES: resíduos com possível presença de agentes biológicos, que podem apresentar riscos de infecção (COSTA, 2000).

QUÍMICOS: resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar riscos à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade (COSTA, 2000).

RESÍDUOS COMUNS: resíduos que não apresentam riscos biológicos, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podem ser comparados aos resíduos domiciliares (COSTA, 2000).

PERFUROCORTANTES: materiais perfurocortantes lâminas de bisturi, agulhas, escalpes, ampolas de vidros, lancetas, tubos de ensaio, capilares, placas de petri, lâminas, lamínulas, pipetas e outros (COSTA, 2000).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o ponto de vista inicial, é verossímil que, a transfusão de sangue na hemoterapia está intimamente ligada ao tratamento rápido, e possibilitar o salvamento de vidas que necessitam com urgência da bolsa de sangue total, ou de determinados hemocomponentes. Desde a época científica da hemoterapia, (a partir de 1900), Foram possíveis muitas descobertas que contribuíram veemente para fazer legislações que garantem a maior segurança para o doador e aos receptores da bolsa de sangue. A qualidade do sangue faz-se imprescindível para a segurança transfusional. É necessário grande apreço por cada fase do processo, onde é importante seguir cuidadosamente cada etapa e teste presente neste processo, e visar sempre a importância da doação de sangue.

95

7. REFERÊNCIAS

Freire, M. R. L. C., Cunha, M. C., & Andrade, S. P. (2016). IMPORTÂNCIA DOS TESTES IMUNO-HEMATOLÓGICOS EM RECEPTORES DE SANGUE E A OCORRÊNCIA DAS REAÇÕES TRANSFUSIONAIS. *Revista Eletrônica De Farmácia*, 13(1.1). Recuperado de <https://revistas.ufg.br/REF/article/view/40839>

[CARRAZZONE, Cristina F. V.](#); [BRITO, Ana Maria de](#) and [GOMES, Yara M.](#). Importância da avaliação sorológica pré-transfusional em receptores de sangue. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter.* [online]. 2004, vol.26, n.2, pp.93-98. ISSN 1806-0870. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-84842004000200005>.

DOS SANTOS, Antonio Alceu, Et.al, Opções terapêuticas para minimizar transfusões de sangue alogênico e seus efeitos adversos em cirurgia cardíaca: Revisão sistemática, *Rev Bras Cir Cardiovasc* vol.29 no.4 São José do Rio Preto Oct./Dec. 2014 Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-76382014000400020&script=sci_arttext&tlng=pt>

FLAUSINO, Gustavo de Freitas, et.Al O ciclo de produção do sangue e a transfusão: o que o médico deve saber, Rev Med Minas Gerais 2015; 25(2): 269-279

HEMOCENTRO - Ciclo do sangue x ciclo do doador. Disponível em: <<http://www.hemocentro.org.br/principal.asp?edoc=conteudo&secaoid=426&subsecaoid=414&lstrod=0>>

INSTITUTO HAIMA - Ciclo do sangue. Disponível em: <<https://institutohaima.com.br/doacao-de-sangue/ciclo-do-sangue/>>

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 306, 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html. Acessado em: 10 ago de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14785, dezembro de 2001. Laboratório clínico - Requisitos de segurança. Disponível em: <https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/21752/abnt-nbr14785-laboratorio-clinico-requisitos-de-seguranca>. Acessado em: 10 ago de 2020.

COSTA, Marco Antônio F; COSTA, Maria de Fátima B; Norma Suely F. "Biossegurança - Ambientes Hospitalares e Odontológicos". São Paulo: Livraria Santos Editora Ltda. 2000.

96

LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (LACEN). "Manual de biossegurança". Vitória, 2017. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/LACEN/Manuais/MANUAL%20DE%20BIOSSEGURAN%C3%87A%20LACEN-ES%20REV%2002.pdf>. Acessado em: 10 ago de 2020.

JANG, Woo Young, et.Al. Apparatus and method for appropriate transfusion based on Artificial Intelligence, Korea University Research and Business Foundation - Seoul, South Korea, 2018. Disponível em: <<https://patentscope.wipo.int/search/en/detail.jsf?docId=KR282245480&tab=NATIONALBIBLIO>>

Torpy, Janet M., Et.Al. JAMA, June 13, 2012—Vol 307, No. 22: Blood Transfusion, EUA

Girello AL, Kühn TIBB. Fundamentos da Imuno-Hematologia Eritrocitária. 3a ed. São Paulo: editora Senac; 2011.

Hopkins C, Walters TK. Thermal amplitude test. Immunohematology. 2013.

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL UM ENFRENTAMENTO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Marlon Gomes da Silva
Josiene Camelo Ferreira Antunes

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a questão da violência sexual infanto-juvenil, analisando toda essa visão da violência, que está enraizada na sociedade, e um dos sujeitos mais vulneráveis são as crianças e adolescentes. Pontuamos quais são as ferramentas do profissional de serviço social, que atua de forma teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, em especial quando esse fenômeno está permeado pela questão social. Sobre isso o assistente social trabalha de forma a garantir os direitos, articulando as políticas sociais existentes, e as redes de atendimento, que, no entanto ainda encontram-se transtornos na atuação do profissional, principalmente em um contexto neoliberal que rebete no seio na profissão. A questão da violência sexual apresenta uma diversidade na vida dessas crianças e adolescentes, e para a compreensão desta problemática é preciso considerar todo contexto social, a história de vida, entre outros aspectos e fatores determinantes. Sendo assim, a atuação do/a assistente social é de extrema importância e deve estar voltada para a prevenção e ao enfrentamento contra essa violência sexual, para um bom desenvolvimento social diante há essas crianças e adolescentes que necessitam de uma atenção especial.

Palavras Chaves: Violência, Serviço Social, Criança e Adolescente.

ABSTRACT

This article aims to discuss the issue of child-juvenile sexual violence, bringing this whole view of violence, which is rooted in society, and one of the most vulnerable subjects are children and adolescents. We also point out the tools of the social service professional, who acts in a theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political way, especially when this phenomenon is permeated by the social issue. About this, the social worker Works in order to guarantee the rights, articulating the existing social policies, and the care networks, which however still find inconveniences in the professional's performance, especially in a neoliberal context that hits the inside of the profession. The issue of sexual violence presents a diversity in the lives of these children and adolescents, and for the understanding of this problem it is necessary to consider all social context, life history, among other aspects and determining factors. Thus, the performance of the social worker is extremely important and should be focused on prevention and coping against this sexual violence, so that there are these children and adolescents who need special attention.

Keywords: Violence, Social Work, Child and Adolescent.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar a questão da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes, e a atuação do profissional de Serviço Social que se encontra inserido nos espaços de atendimentos a crianças e adolescentes que foram vítimas de violência, dando destaque à violência sexual. Ferreira (2002) relata que essa problemática se faz necessário discutir para que profissionais e comunidade entendam os tipos de violência contra as crianças e adolescentes

Por sua amplitude e disseminação vem, (...) adquirindo gradativa visibilidade desde que passou a ser discutida e estudada por diferentes setores da sociedade brasileira, preocupados em compreendê-la, em identificar os fatores que a determinam, buscando encontrar soluções de enfrentamento que possam reduzi-la a níveis compatíveis com a ordem social estabelecida (FALEIROS, 1995).

Segundo Medeiros (2013), "diante de toda problemática envolvendo a violência e estando inserida num programa que faz atendimento a crianças e adolescentes vítimas desta natureza, faz-se necessário refletir e problematizar sobre o papel do profissional que ocupa esses espaços de prevenção e combate".

A iniciativa está diretamente relacionada à prevenção dos agravos decorrentes desta violência, desenvolvendo uma reflexão referente à intervenção profissional sem discriminar, visando práticas que possam contribuir e abordar a violência sexual, bem como a gravidez na adolescência como expressão da questão social, o que leva a refletir sobre esses acontecimentos precoces e a importância da atuação do serviço social frente às estas demandas. Sendo necessário entender como ocorrem as mudanças físicas, psicológicas e sociais, além da questão socioeconômica enfrentadas na infância e adolescência e quais as consequências originadas por abuso e gravidez precoce. (MEDEIROS 2013,p.99).

Para tanto, o abuso e a gravidez na infância e na adolescência demonstra ser uma expressão da questão social na sociedade. O entendimento desta problemática nos demonstra a realidade, a classe social, a sociedade onde está inserida, pois a gravidez precoce pode causar várias impressões na adolescência (MEDEIROS, 2013, p. 97).

A atuação do profissional de Serviço Social é de fundamental importância no enfrentamento das expressões da questão social,

principalmente no que se diz a respeito à prevenção à violência sexual e gravidez na adolescência e atenção a vulnerabilidade da criança e do adolescente (BEUTER, 2019).

Partindo do pressuposto supracitado, objetivo desta pesquisa foi apresentar as diversas formas de violência diante as crianças e adolescentes, tendo em vista toda essa pesquisa baseada na questão social, como o foco central diante essa problemática que existe em nossa sociedade, e que a cada vez mais se modifica com o passar do tempo, deixando suas marcas perante essas crianças e adolescentes. A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO QUESTÃO SOCIAL

A violência possui como fator determinante a desigualdade social e vulnerabilidade entre os indivíduos que a compõem. Para Faleiros (2004), nas situações de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, a relação de desigualdade social é vista sob muitas perspectivas:

Há desigualdade de tamanho, de força física, psicológica e social, de idade, de autoridade, de geração, de recursos materiais e de argumentação, de experiência de vida, de status social. Trata-se também de um poder violento, pois além de violar os direitos à integridade física e psicológica viola o direito ao desenvolvimento pleno e sadio. (FALEIROS, 2004, p.13-19.)

Entende-se por violência sexual todo e qualquer contato, ato ou jogo sexual, assim como uma relação heterossexual ou homossexual tendo como objetivo a satisfação sexual de um adulto através da estimulação sexual da criança e do adolescente. Segundo Gabel (1997) a expressão violência e o abuso sexual demonstra a noção de possuir, de abuso do poder ou da audácia, de confiança, de onde demonstra noção de intenção algo premeditado está imposto. Ela define a disfunção em três níveis:

O poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco): A confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor) O uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo (GABEL, 1997, p.10).

O Abuso Sexual se apresenta como uma forma de maus-tratos a criança e o adolescente, trazendo para ela sofrimentos morais e psicológicos. Quando o Abuso é seguido de violência física, sequelas como hematomas, cortes, queimaduras ficam evidenciadas. Porém, quando não ocorre, a seqüela afetiva, aquela não vista a olho nu, fica mais difícil de ser

identificada. Assim, dentre vários tipos de maus-tratos, o abuso sexual seja, talvez, um dos mais difíceis de ser delimitado, pois estão pautados numa relação abusiva de autoridade que se detém sobre a criança (GABEL, 1997).

Diante dessas pesquisas, tal estudo delineou-se também com um olhar de conhecer as representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica além disso, buscou-se compreender como o fenômeno é interiorizado e como a violência sofrida afeta e interfere em suas vidas nas esferas do convívio social, saúde psicológica, qualidade de vida e ocupação profissional. A teoria das representações sociais é caracterizada como um conjunto de explicações, crenças e ideias que permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Essas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos (Moscovici, 2003).

É relevante conhecer as representações sociais das mulheres vítimas de violência doméstica e verificar como este conhecimento, elaborado e compartilhado por este grupo de pertença, cria uma realidade prática e cotidiana. Faz-se necessário conceber as mulheres vítimas de violência como sujeitos sociais que carregam em si as características culturais do gênero que, segundo Ribeiro e Coutinho (2011), é uma construção social, e tem colocado o homem numa situação de dominação sobre a mulher ao longo da história.

“A violência doméstica contra crianças e adolescentes decorrem de vários fatores, que podem ser: psicológicos, socioeconômicos e culturais do pai, da mãe e do filho”. Esses fatores apresentam-se de forma dinâmica nas relações existentes entre os membros desse microsistema (a família), sofrendo grande influência dos macros sistema (a sociedade), que pode, de acordo com a situação e o momento de cada indivíduo elevar a relevância de um fator sobre o outro. Situações de desemprego, mudanças de endereço, separações de casais ou a chegada de um novo parceiro podem ser fundamentais na dinâmica dessa família para o entendimento da instalação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes; portanto, nenhum fator pode ser desmerecido ou afastado de investigação (GARCIA, 2002:147).

Garcia (2002), ressalta que toda forma de violência está relacionado a questões familiares, pois a violência recebe a influências das expressões da questão social, entre outros fatores. Sendo que nenhuma dessas

questões justifica a violação de direitos da criança e do adolescente, pois está consolidado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). É importante considerar O Art.4º do ECA Lei Nº 8069/90, assegurado pelo artigo 227 da Constituição Federal.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão(ECA,90)

Assim como o artigo 4º do ECA, garante que crianças e adolescentes devem ser protegidos de toda forma de: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, atribui à família, comunidade, a sociedade em geral e ao poder público, de assegurar com total propriedade e validação dos direitos, em que na maioria dos casos a violação dos direitos ocorre dentro de casa onde algum membro da família (pai, mãe, irmãos, padrasto, avô, tios e até de pessoas próximas de confiança da família, onde a vítima por ter algum tipo de confiança estará em contato com um suposto abusador.

De acordo com o Mapa da violência entre 2011 e 2017, no Brasil teve um aumento de 83% nas notificações gerais de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo boletim epidemiológico 2018 divulgado pelo Ministério da Saúde. Neste período foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo

58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. (WAISELFISZ, 2012).

Já a violência extrafamiliar é conceituada por Antoni et al. (2011) como uma forma de violência contra crianças e adolescentes vitimadas por adultos sem laços parentais, podendo ser conhecido ou não da família. Alguns autores associam a violência extrafamiliar à exploração sexual comercial. Para além do ambiente onde é perpetrada a suposta violência, é imprescindível analisar a dinâmica desse abuso. Vale ressaltar que ter a compreensão desse modelo é de extrema relevância para se entender como ocorre a violência e para identificar as questões, demandando assim, uma intervenção mais aprimorada e qualificada.

Gabel (1997) ressalta que o Abuso Sexual é uma das violências que mais se ocultam, pois as crianças tem medo de falar a respeito e quando eles conseguem, a família tem medo de ouvir. Ela sugere que seja feita uma distinção do abuso perpetrado pelos adultos contra as crianças dos abusos perpetrados entre eles e também dos ambientes onde ocorrem a violência. E conhecendo o processo pelo qual se dá esse abuso torna-se amplo o campo de reflexão e atuação a respeito.

A violência possui como fator determinante a desigualdade de poder entre os indivíduos que a compõem. Para Faleiros (2004), nas situações de Violência Sexual envolvendo crianças e adolescentes, a relação de poder desigual é vista sob muitas perspectivas:

Há desigualdade de tamanho, de força física, psicológica e social, de idade, de autoridade, de geração, de recursos materiais e de argumentação, de experiência de vida, de status social. Trata-se também de um poder violento, pois além de violar os direitos à integridade física e psicológica viola o direito ao desenvolvimento pleno e sadio. (FALEIROS, 2004:16)

Assim, por conta de toda complexidade a respeito do Abuso Sexual e a caracterização como um problema social, o estudo sobre a temática tem se perpetuado, estimulando, cada vez mais profissionais que trabalham com a violência, a busca pelo conhecimento. Fahlberg (2001) afirma que:

O abuso sexual da criança surgiu recentemente como um grave problema social neste país. Apesar de haver bastante evidência histórica de que isto tem sido, em vários aspectos, uma característica de todas as gerações e de cada cultura, foi somente na última década que a atenção do público e dos acadêmicos se concentrou profundamente neste assunto.(FAHLBERG, 2001)

O entrar na puberdade, mais cedo, geralmente acarreta um amadurecimento biológico que não necessariamente coincide com o amadurecimento cognitivo e emocional, o que se constitui, portanto, fator de risco para uma iniciação sexual prematura e suas negativas consequências (SIMKINS, 1984).

A gravidez na adolescência é um problema complexo, pois implica em dois fenômenos do desenvolvimento humano: adolescência e gestação. A adolescência é um período de crescimento e desenvolvimento humano, em que se observam rápidas e substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis, a citar o acentuado crescimento pondo-estatural, o surgimento de novas formas físicas e estéticas, as transformações no funcionamento orgânico, a construção

de novas relações intersubjetivas e as manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e de se comportar refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo da família. Já o período gestacional é repleto de modificações físicas, psicológicas, hormonais, neurológicas, sociais e familiares. A saúde reprodutiva depende de uma gama de condições socioculturais propícias, tais como serviços de saúde de qualidade, adequadas condições de vida e estabilidade social (PRIORE, 2008, p.16).

Os signos familiares referem-se ao estilo de relação interpessoal e prática comunicativa entre os pais, entre os filhos, e entre os pais e os filhos. Como se sabe, a estrutura familiar passou por muitas transformações nos últimos anos. A família trocou o modelo hierárquico, no qual os papéis familiares eram rigidamente estabelecidos e o poder centralizado na figura do pai, por um modelo igualitário, no qual se destacam os ideais de liberdade e respeito à individualidade. Neste modelo, não é correto que os pais imponham suas idéias aos filhos ou os proíbam de fazer certas coisas. O desenvolvimento dos filhos passa a ser orientado pela experimentação e descoberta. O diálogo, e não a autoridade, impõe-se como valor fundamental na educação e nas relações familiares (Benincá, 1994; Figueira, 1991).

Por fim, os signos individuais sintetizam os sentimentos e questionamentos do pai e da mãe sobre os comportamentos, problemas e promessas dos filhos em relação ao futuro. São percepções influenciadas pela formação educacional, atividades profissionais, relações sociais, características de personalidade e estilos cognitivos de cada um, seja o pai, seja a mãe. Os signos individuais não podem ser considerados nem compreendidos isolados do mundo que os cercam. Ademais, possuem o poder de, como percepção de si e do mundo, expressar-se como mediador, facilitador ou complicador dos problemas inerentes ao próprio curso da vida familiar (Wiley, 1994/1996). Convém notar que os três conjuntos de signos descritos incluem as formações perceptivas e expressivas tanto dos pais quanto dos filhos, enquanto partes de um elo comunicativo (Gomes, 1997).

Quando o problema já está instaurado, o casamento ainda é usado como forma de reparar a precipitação cometida gerada pela moral. Assim, a gravidez na adolescência se apresenta como uma expressão da questão social que permanece no cotidiano da sociedade e que, portanto, deve ser refletida continuamente por parte dos profissionais, pois a maternidade na

adolescência se constitui um desafio.(PRIORI, 2008, P16)

O papel do assistente social na saúde é determinante no que diz respeito a luta pelos direitos do adolescente no enfrentamento das expressões da questão social no que engloba a violência sexual e a gravidez precoce na adolescência para mediar com a prevenção contra a abusos e a da gravidez precoce. Sendo de extrema importância que a atuação profissional esteja pautada nas leis que dispõe dos direitos da criança e do adolescente, de acordo com a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e para os profissionais em serviço social as ações devem esta pautadas de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão e no código de ética profissional.

Assistência social é uma política pública regulamentada pela Lei Orgânica da assistência social, pela Constituição Federal de 1988, formando o tripé da Seguridade Social (Assistência, Previdência e Saúde). (CFESS, p.47,2016).

O profissional não deve agir com arbitrariedade ao pensar e projetar políticas públicas faz-se importante um estudo da realidade a par de perceber os determinantes e condicionantes que envolvem as devidas situações de violência (BARROCO,2012, p.179).

É preciso que o profissional diante de toda complexidade consiga, passar segurança e acolhendo a demanda. Souza, (2013) destaca que:

“É fundamental que o técnico estabeleça uma escuta ativa e sensível, aquela que, no ato do acolhimento da demanda do usuário, provoque a reflexão crítica sobre a mesma, podendo vir a ser redimensionada, ou mesmo, levantadas outras”.

A atuação profissional deve ser pautada com uma ação multidisciplinar, onde cada profissional, sendo relevante cada um expor sua contribuição baseado em suas especificidades de acordo com área de atuação profissional.Para Teixeira, 2001:

O valor da multidisciplinariedade, conjugando, prioritariamente, ações de diferentes disciplinas (Serviço Social, Psicologia, Direito, etc.) em prol de uma visão mais completa da situação apresentada. A cooperação atrelada a uma finalidade comum configura um trabalho integrado onde se conta com a disponibilidade dos profissionais de se articularem.

Em relação à intervenção do assistente social, é preciso que o

profissional ao conversar com a pessoa que fez a denúncia verifique como ocorre toda a dinâmica da família, seus laços e atores que compõem a sua rede social. Pereira (2009) vai justificar a importância de uma avaliação social nos casos de abuso. O objetivo desta avaliação é verificar a dinâmica social da família em questão, as redes de apoio de que dispõe, composição familiar, fatores que contribuem para o quadro de Abuso Sexual, enfim, toda a teia social da qual esta família faz parte e como isto interfere na manutenção da relação incestogênica e quais as possibilidades de mudança do quadro (PEREIRA,2009:28)

Garcia (2002) elenca-se como fatores essenciais para a intervenção, acreditar na criança, oferecer proteção e oficializar a denúncia. A oficialização da denúncia, que ao nosso entender, está ligado ao preenchimento da Ficha de Notificação Compulsória de Maus-Tratos que visa alimentar os dados epidemiológicos, e a notificação ao Conselho Tutelar em caso de suspeita ou confirmação de violência, fato preconizado no Art.13º do ECA, vale ressaltar que a notificação ao Conselho Tutelar não se configura como atribuição privativa do Assistente Social. Sendo assim, todos os profissionais envolvidos com a categoria Criança e Adolescente podem fazer tal notificação. A denúncia representa:

A proteção da criança e do adolescente vitimados, pois sem esse instrumento eles, já alvo constante de maus-tratos, estão compelidos a receber agressões cada vez maiores dos pais ou responsáveis que aplica o espancamento, principalmente como método disciplinador (GARCIA, 2002, p.148).

Os profissionais que trabalham com a violência doméstica precisam ter um olhar diferenciado para o que atendimento se dê de forma ética. De acordo com Vidotti et all(2009) deverá ter como postulado básico:

Das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, prevendo em seu bojo ações que contemplem a defesa, o tratamento e a prevenção da violência sexual doméstica contra criança e o adolescente. (VIDOTTI et all, 2009)

A entrevista possibilita que o profissional de Serviço Social tome consciência da relação entre os sujeitos e a realidade, facilitando assim a sua escuta e a sua intervenção. É preciso que o ambiente onde ocorrerá a entrevista seja um ambiente coletivo, com o objetivo de tornar o espaço próprio do usuário e não um espaço individualizante. Segundo Vasconcelos

(1997).

Os espaços profissionais não podem ser desprezados, e não deixam de ser privilegiados, ainda que não suficientemente, na luta pela transformação dessas condições, desde que não se traduzam em espaços individualizantes, parciais, fragmentários, reparadores, corretivos, frente a problemas que dependem de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. (VASCONCELOS, 1997)

Os desafios que se apresentam estão, não só relacionados à complexidade da temática, mas também a multiplicidade de atores envolvidos. Segundo Rocha (2004) trata-se da formação de profissionais, em nível médio e superior, para intervenção qualificada em seguimentos diversos: prevenção, diagnóstico e tratamento.

Esta qualificação, conforme Gonçalves (2004) é importante para que possibilite ao profissional uma intervenção mais adequada face a situação que se apresenta. Para ela esse profissional precisa ter um instrumental teórico, mas, sobretudo, precisa estar apto a apreender o novo, que decorre de cada realidade.

Diversos profissionais que trabalham com a violência desconhecem todo o processo pelo qual a violência se instala e se perpetua. Essa falta de propriedade acadêmica no profissional acaba por refletir no seu atendimento com o usuário. Ele não consegue ter a percepção de algumas situações específicas e por isso não as considera como relevante para tal caso (MEDEIROS 2013 P.96).

A apropriação da literatura a respeito do abuso sexual também se torna necessário. Entender a dinâmica da violência, a intervenção adequada torna o trabalho mais qualificado. Segundo alguns atores, a produção a respeito da violência no Brasil ainda é tímida. Os autores tem focado em estudos no perfil da vítima, do agressor, reações e dificuldades de um e de outros, restringindo-se a estudos epidemiológicos (MEDEIROS 2013 p.96).

Os profissionais possuem como referência a literatura para ter como base para entender a demanda. Contudo, o profissional não pode ficar restrito às orientações dos textos, como se não fosse possível a realidade se modificar a cada momento. Atuamos com as relações sociais, que nunca são estáticas, estando sempre em constante construção.

Encontrar a distância adequada entre a literatura e os casos singulares, estar preparado para encontrar surpresas,

tropeçar em novidades e encontrar crianças e responsáveis que contradizem o material apresentado em livros, parece-me serem fatores essenciais da qualificação dos profissionais e do exercício das funções de capacitação e de supervisão de atendimento. (GONÇALVES, 2004, p. 54)

Face a todas as questões abordadas, é significativo que o profissional que trabalhe com a violência, em especial o abuso sexual, tenha como postura a busca pelo conhecimento, pela qualificação, pelo entendimento, de como funciona toda a rede seja ela da temática, da família como a da rede de serviços o qual subsidiarão as intervenções adotadas. Precisam ter claro que a literatura auxilia todo o processo de atuação, mas que a rotina do trabalho trará uma gama de novidades que ainda não foram exploradas em textos, estimulando o profissional a sistematizar as suas ações para acrescentar estudos a literatura correspondente ao abuso sexual (MEDEIROS 2013,p. 110).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões apresentadas nos leva a considerar que a infância e a adolescência sendo uma fase da vida caracterizada pelas transformações físicas, psicológicas e sociais e pela descoberta da sexualidade sendo assim período marcado por sentimentos de medo, dúvidas e ansiedade o que a torna mais complexa quando passa por situações violência sexual, que acaba trazendo sérios problemas sociais.

Essas expressões da questão social em que estão inseridos, podemos notar uma fragilidade devida falta de informações, e a vulnerabilidade social, que demonstra o quanto é importante a efetivação das políticas de saúde para a crianças e adolescentes além das políticas públicas efetivas presentes no cotidiano da sociedade, em que precisa ser inserida nas mediações dos profissionais de serviço social a fim de que possam construir respostas, e tratar da violência com a garantia de direitos e de efetivação dessas políticas existentes.

O serviço social tem um papel fundamental, visto que faz parte das transformações da sociedade contemporânea, nesse viés, é indispensável à atuação do assistente social que trabalhe na direção das políticas públicas universais e na efetivação dos direitos sociais, se opondo as políticas focalizadas e fragmentadas.

Na defesa e acolhida aos usuários que dela necessita oferecendo apenas os mínimos sociais à maioria da população, já que a riqueza está posta para poucos, os profissionais hoje tendo em sua formação uma visão mais crítica que reconhece o sujeito em sua totalidade, despidos de qual quer tipo de pensamento invasivo.

Um olhar de percepção da realidade do próprio profissional assistente social sendo divisor na qualidade de resposta e resolutividade na efetivação de seu direito as vitimam em situação de violência sexual. Por essa formação crítica e interventiva os profissionais de serviço social são chamados para compor as equipes multiprofissionais e interdisciplinares.

Diante disso nota-se que as políticas públicas possibilitam aos profissionais à construção de novas respostas para a intervenção profissional, a onde o assistente social irá trazer transformações de modo que possa desmistificar o cotidiano e suas relações no combate aos mais diversos tipos de violência com a prevenção, sobretudo, a atuação na perspectiva da ampliação dos direitos e compromissos com os princípios éticos do profissional.

Por fim, todas essas questões abordadas, é significativo que o profissional que trabalhe com a violência, em especial o abuso sexual, tenha como postura a busca pelo conhecimento, pela qualificação, pelo entendimento, de como funciona toda a rede, seja ela da temática, da família, como a da rede de serviços, o qual subsidiarão as intervenções necessárias, e no entanto precisam ter claro que a literatura auxilia todo o processo de atuação dos profissionais, mas que a rotina do trabalho, trará uma gama de novidades que ainda não foram exploradas, para tais estudos estimulando o profissional a sistematizar as suas ações para acrescentar na sua formação, com a total participação da literatura na busca de conhecimento e de aprendizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizado até a CE.64/2010
- 12ª edição.

BRASIL. Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde; 2016. Available from: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violenciainterpe

ssoal_autoprovocada_2ed.pdf.

DESLANDES,SF, Mendes CHF. Violências sexuais na perspectiva do campo da saúde. In: Minayo MCS, Assis SG, organizadores. Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2017. p. 397-416.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Atualizado. editora 2005. Niterói, FIA.

FALEIROS, E.T.S. Aspectos Relevantes na Definição de Abuso Sexual. In: OLIVEIRA, A.C (org). Abuso Sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional. 2.ed.Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2004. P. 13-19.

GABEL, M. Algumas observações preliminares. In: GABEL, M. (org). Crianças vítimas de abuso sexual. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1997,P.10.

GARCIA, M.R.C. Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: FERRARI, D.C; VECINA, T. O fim do silêncio na violência familiar. Teoria e Prática. São Paulo, editora Ágora, 2002. p.145- 152.

MIOTO, R.C.T. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS e ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS – ABEPSS, 2009 , p. 481-496.

MEDEIROS, Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social, 2013.

OMS. Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014 [Internet]. São Paulo; 2015.Availablefrom:apps.who.int/iris/bitstream/10665/145086/5/9789241564793_por. pdf.

PRIORI, L. Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães usuárias do centro comunitário e social Dorcas do município de Toledo – PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus – Toledo, 2008.

SOUZA, M.C. Movimento de Mulheres em São Gonçalo: Capacitação das Equipes, São Gonçalo: 2013.

TEIXEIRA, S.B.S. Reflexões sobre famílias em situação de violência: é possível ajudá las ? In: O Social em questão. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nº6, Ano V, Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social – Puc- Rio, 2001

WAISELFISZ, J.J. Mapa da violência 2012 – crianças e adolescentes do Brasil, RJ: 2012.

